Rosilene Dias Montenegro

A IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA:

Um estudo do pensamento econômico brasileiro.

Universidade Federal da Paraíba
Campina Grande, 1993.

Rosilene Dias Montenegro

A IDEOLOGIA DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA:

Um estudo do pensamento econômico brasileiro.

Dissertação apesentada ao Curso de Mestra do em Economia Rural da Universidade Federal da Paraíba, campus II, Campina Grande, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia Rural.
Orientador: Prof. Robério Ferreira dos Santos
EMBRAPA

Campina Grande
Departamento de Economia e Finanças da UFPB
1993

DIGITALIZAÇÃO:
UFCG
SUPRA OMNES LUX LUCIS
SISTEMOTECA UFCG

M777i Montenegro, Rosilene Dias.
A ideologia da modernização da agricultura : um estudo do pensamento econômico brasileiro / Rosilene Dias Montenegro. - Campina Grande : 1993.
170 f.

Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1993.
"Orientação : Prof. Robério Ferreira dos Santos".
Referências.

1. Economia Rural. 2. Economia Política. 3. Pensamento Econômico - Brasil. 4. Dissertação - Economia Rural. I. Santos, Robério Ferreira dos. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 338.43(043)

Dedico essa dissertação, com muito carinho, aos meus pais, avó, irmãos, marido e filhos, na esperança que me perdoem a atenção que não lhes pude dar.

AGRADECIMENTOS

Foram muitos os amigos que colaboraram indireta ou diretamente para a conclusão do processo de redação da presente dissertação de mestrado.

Quero lembrar aqui de alguns amigos que mais diretamente colaboraram com a redação deste trabalho, tentanto assim agradecer pela atenção, contribuição e solidariedade: a Claudeth Guedes pela importante participação na orientação dos primeiros passos; a Durval Muniz, pela discussão, críticas e sugestões, algumas das quais não pude incorporar pelo exíguo tempo com que contava; a Fábio Guttemberg pela sua solidariedade; a Ivony Savaiva pelo incentivo; a orientação do Profº Robério Ferreira dos Santos pela seriedade, responsabilidade, incentivo e dedicação que me dedicou nesse percurso; e, em especial, ao meu amigo e companheiro, de todas horas, José Benjamim Montenegro pelo incentivo, pelo apoio intelectual, pela informal co-orientação e pelo apoio afetivo.

Agradeço aos meus professores e colegas de mestrado, aos amigos de todas as horas e, enfim, a todos que direta ou indiretamente colaboraram com seus incentivos e votos de sucesso.

RESUMO

"A ideologia da modernização da agricultura: um estudo do pensamento econômico brasileiro" é uma análise do contexto histórico em que surge a concepção de modernização, como essa concepção se transforma num conceito analítico, o qual passa a ser utilizado pelas mais importantes linhas do pensamento econômico mundial: da marxista a neoclássica. Verifica a fundamentação epistemológica do conceito de modernização, para então apreender a sua derivação para modernização da agricultura, analisando as principais características dessa concepção de modernização da agricultura em três importantes "escolas" do pensamento econômico brasileiro: a neoclássica, a cepalina e a "escola" de Campinas. O objetivo é perceber como a produção teórica econômica foi influenciada por essa concepção de modernização da agricultura e como, a partir daí, contribui para o processo de modernização da agricultura brasileira e qual a sua relação com as consequências desse processo. Assim como, realizar uma crítica à idéia de inexorabilidade do modo-de-produção capitalista, que compreende a modernização da agricultura como algo inevitável e necessário e que perpassa todas as linhas do pensamento econômico em estudo. Conclui-se que o fundamento epistemológico das visões de modernização da agricultura estão inseridas, em geral, numa mesma "visão de mundo" e apontam para uma concepção de desenvolvimento econômico para a agricultura baseada na inovação tecnológica, ou seja, na modernização da agricultura. Assim sendo, as diferenças teóricas entre as "escolas" analisadas residem nas interpretações das consequências da modernização agrícola e não a sua essência.

ABSTRACT

"The ideology of the agriculture modernization: a study of Brazilian econômic thought" is an analysis of the historic context in which appears the modernization conception, how this conception is transformed in an analytical concept that is then used by the most important lines of the world economic thought: from marxism to neoclassic. It verifics the epistemologic justification of modernization concept to after apprehend its derivation to agriculture modernization, analysing the main characteristics from this conception of agriculture modernization in three important "schools" of Brazilian thought: the neoclassical, the cepalina and Campinas "school". The objective is to see how the economic theoretical production was influenced by this conception of agriculture modernization and from this how it contributes to modernization process of Brasilian agriculture and what is its relation with the consequences of this process. Also to achieve a critique on the idea of austerity of the capitalist way of production, that comprehends the agriculture modernization like something unavoidable and necessary and passes by all the lines of economic thought in study. It concludes that the epistemologic basis of the agriculture modernization visions are inserted, in general, in the same "world vision" and it points to a conception of economic modernization for an agriculture supported in a tecnologic innovation, that is, in the agriculture modernization. That being so, the theoric differences among the analised "schools" are in the comprehension of the consequences of agriculture modernization and not in its essence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

PARTE I: IDÉIAS DE PROGRESSO E CONCEPÇÕES ECONÔMICAS SOBRE A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

1 TEMPOS MODERNOS; MODERNIZAÇÃO: DEFININDO CONCEITOS..... 10

1.1 Introdução..... 10

1.2 Sobre o conceito de modernização..... 12

1.3 Sobre o conceito de progresso tecnológico e desenvolvimento..... 20

1.3.1 Sobre o conceito de desenvolvimento..... 20

1.3.2 Sobre o conceito de progresso tecnológico..... 22

1.4 Resumo e conclusão..... 26

2 CONCEPÇÕES DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA..... 28

2.1 Introdução..... 28

2.2 A visão de Marx sobre a modernização..... 30

2.2.1 Sobre a concepção marxista de modernização da agricultura..... 34

2.3 A visão neoclássica de modernização..... 46

2.3.1 A contribuição de Walras..... 48

2.3.2 Contribuição de Schumpeter à Teoria do Desenvolvimento e tecnologia.....

2.4 Schultz e a concepção neoclássica da modernização da agricultura..... 56

2.5 - Resumo e conclusão..... 61

2.6 - Notas..... 62

PARTE II VISÕES DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL

3 A VISÃO NEOCLÁSSICA DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASI - LEIRA..... 64

3.1 Introdução..... 64

3.2 A "escola" neoclássica brasileira..... 65

3.2.1 Influência neoclássica no debate de 1940-65..... 66

3.2.2 Principais aspéctos do pensamento de Eugênio Gudin.... 67

3.2.3 Principais aspéctos do pensamento de Roberto Simonsen. 71

3.3 A influência do pensamento de Schuh sobre a agricultura. 77

3.4 A influência neoclássica no debate sobre a agricultura brasileira, de 1965 aos dias atuais.....81

3.4.1 O projeto (vencedor) da modernização da agricultura... 81

3.5 A "Teoria da Modernização da Agricultura" Brasileira.... 90

3.5.1 Modernização de "modelo" tecnológico: a concepção neo-clássica de modernização..... 91

3.6 A modernização da agricultura na concepção de Eliseu Al-ves..... 93

3.7 A produtividade e a pesquisa agrícola em Eliseu Alves... 101

3.8 Resumo e Conclusão..... 103

3.9 Notas..... 104

4 A VISÃO CEPALINA DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA..... 106

4.1 Introdução..... 106

4.2 A CEPAL e o Desenvolvimentismo..... 107

4.2.1 Celso Furtado e o nacional-desenvolvimentismo..... 109
4.3 Furtado e a questão agrária..... 110
4.4 Furtado e a modernização da agricultura..... 113
4.5 Influência da "Escola" Cepalina no pensamento econômico brasileiro..... 119
4.6 Resumo e conclusão..... 121
4.7 Notas..... 123

5 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA VISAO DA "ESCOLA" DE CAMPINAS..... 125
5.1 Introdução..... 125
5.2 A "escola" de Campinas..... 126
5.3 Progresso técnico e inexorabilidade do capitalismo segundo a concepção de José Graziano da Silva..... 133
5.3.1 A inexorabilidade da modernização da agricultura..... 138
5.3.2 Modernização versus concentração fundiária..... 142
5.3.3 Modernização versus transformação do campesinato e lumpenização..... 144
5.3.4 Modernização versus homogeneização e diferenças regionais..... 148
5.4 Modernização e reforma agrária..... 152
5.5 Resumo e conclusão..... 154
5.6 Notas..... 156

6 CONCLUSÃO..... 157

7 BIBLIOGRAFIA..... 165

INTRODUÇÃO

Inicialmente queríamos fazer um estudo sobre a modernização da agricultura no Nordeste. Estudar as condições em que se processou, onde se processou, que contradições apresentou e apresentam esse processo e que implicações trouxe à economia nordestina e mais precisamente aos trabalhadores rurais. Não encontramos dificuldade em conseguir bibliografia. Há uma farta produção sobre o tema da modernização e inúmeros estudos de caso dos setores agrícolas modernizados. Porém no estudo da bibliografia selecionada nos defrontamos com uma primeira dificuldade: **o conceito.**

Observamos que a categoria modernização era utilizada, em geral, sem que os autores explicassem o que entendiam, ou o que pretendiam sintetizar, quando a utilizavam. Percebíamos que se utilizava essa categoria para mostrar os avanços tecnológicos ocorridos na agricultura. Surgiu, assim, a primeira dúvida: modernização é a mesma coisa que avanço técnico? Então, a primeira tarefa que nos propomos foi a de verificar como os autores selecionados definiam modernização, ou seja, qual o conceito de modernização desses autores.

Feito isso concluímos que, no geral, a modernização é definida (implícita ou explicitamente) como o avanço tecnológico ou progresso técnico; e que no tocante à modernização agrícola é definida como um conjunto de medidas técnicas que introduz na agricultura o uso de produtos industrializados, tais como máquinas, fertilizantes e adubos químicos, produtos veterinários, téc

nicas de produção, etc.

Um outro aspecto que chamava a atenção era o da importância que os autores atribuíam à tecnologia. O fato dessa demasiada crença na tecnologia, nos avanços tecnológicos, da modernização ocorridos ou que se faziam urgentes ocorrer, constatada, na leitura, e ao mesmo tempo a crítica das contradições resultantes da mesma nos deixava intrigados, porque não se mostrava outra alternativa, que não fosse o da modernização, do avanço tecnológico.

Atentamos para o fato de serem os autores em estudo considerados críticos (que fazem críticas ao sistema estabelecido). Procuramos ler autores de outra influência teórica. Constatamos que não há diferenças no tocante ao entendimento da modernização, enquanto avanço tecnológico e como algo inevitável, necessário.

Partimos, então, para o estudo da origem do conceito de modernização. Nesse estudo vimos que a categoria modernização surgiu com a Renascença e o advento da indústria, nos séculos XVI e XVII. Hoje é utilizada não só pelos cientistas sociais que se dedicam ao estudo da agricultura, mas pelos intelectuais, em geral. Estes se referem à modernização como avanço ou progresso tecnológico. Vê-se, portanto, mais uma vez a confusão entre esses conceitos. Essa confusão aumenta ainda mais quando é utilizada para outros períodos históricos.

Desses questionamentos e constatações surgiu nossa primeira hipótese: o conceito de modernização teria sido destituído de sua historicidade, dado ao seu uso generalizado para exprimir realidades históricas distintas. É esta hipótese que investigare

mos na primeira parte deste trabalho.

Para a compreensão acerca do processo de modernização da agricultura brasileira existe já uma vasta literatura. Mas desconhecemos uma literatura brasileira que trate da discussão epistemológica da modernização agrícola. E realizar essa discussão implica no estudo das variadas formas e contextos em que foram apreendidas as idéias de modernização agrícola, em que foram construídos projetos com esse fim e a relação dessas idéias com a teoria econômica geral e, em especial, com O pensamento econômico brasileiro.

Nos trabalhos de José Graziano da Silva, Ângela Kageyama, Celso Furtado, Eliseu Alves, entre outros, podemos observar que a modernização agrícola faz parte de um projeto maior, que é o projeto de desenvolvimento econômico brasileiro - o desenvolvimentismo (tema sobre o qual, também existe uma vasta bibliografia), e os problemas que esta encontra na sua realização. Mas, o que destacamos de mais importante para a pesquisa é o quadro conceitual com que erigem suas interpretações sobre a modernização agrícola.

Nesse sentido, analisaremos o conceito de modernização sob o seu aspecto epistemológico, ou seja, as base do conhecimento em que são fundamentadas; procurando, assim, verificar se existe relação entre as concepções de modernização e as particularidades desse processo.

Para a análise epistemológica sobre a "Teoria da Modernização da Agricultura" foi necessário o estudo de uma bibliografia interdisciplinar. Isso requereu a leitura de pensadores de outras áreas das Ciências Sociais, dado a complexidade do que po

demos chamar de paradigma da modernização agrícola. A bibliografia interdisciplinar que selecionamos aborda direta e indiretamente a questão do conceito de modernização. A dificuldade é trabalhar com os aspectos ideológicos que permeiam o conceito; e, principalmente, no que remonta mais diretamente à modernização agrícola, a sua origem e a construção histórica de seu discurso, e, em particular, como isso ocorre no Brasil.

No corpo deste trabalho apresentaremos as principais influências da ideologia do desenvolvimentismo como base para o estudo que se deterá sobre o aspecto do conceito de modernização agrícola e das representações ideológicas da teoria da modernização agrícola.

A formulação da hipótese, para a segunda parte de nosso trabalho, parte de alguns pressupostos, que apresentaremos a seguir:

1) o pressuposto geral é o de que a modernização tornou-se um mito e, como mito, traz sérias implicações para a sua crítica.

2) Essa idéia de modernização como algo necessário, algo imprescindível ao desenvolvimento, prova inconteste de superação do atraso, tem dificultado a crítica à mesma. A literatura que trata da questão da modernização agrícola se classifica em dois tipos: apologética ou crítica. Porém a literatura crítica tem ficado na crítica de suas consequências, como procuraremos mostrar no decorrer do trabalho. Na crítica aos resultados da modernização foram criados os conceitos de modernização sem mudança, modernização dolorosa, modernização excludente, etc. Mas a crítica à essência da modernização agrícola, que chamo **a crítica mesma**,

não temos conhecimento de que tenha sido feita.

Contudo, é inegável o significado da contribuição desses trabalhos críticos, para a apreensão de aspectos importantes do processo de modernização agrícola, suas especificidades, suas consequências, suas implicações.

Assim sendo, a investigação aponta para a apreensão dos conceitos de modernização, em particular de modernização agrícola, e para a abordagem desta enquanto ideologização do processo global do desenvolvimento econômico, capitalista, por entendermos que ela não tem sido discutida no seu aspecto ideológico.

3) pressupomos que as análises, por nós estudadas, têm se limitado às abordagens das formas, tipologias, não se constituindo, portanto, em abordagens da essência da modernização agrícola, qual seja, a de ser a modernização característica inerente ao desenvolvimento capitalista, e daí trazer imanentes e latentes aos processos desencadeados as desigualdades, diferenças e contradições próprias do capitalismo.

Nessa perspectiva, a modernização agrícola seria parte e ao mesmo tempo lógica do desenvolvimento capitalista. Sendo assim, a modernização agrícola, se analisada do ponto de vista de seus resultados, apresentará limitações no tocante às melhorias sociais. Sendo suas consequências evidentemente conservadoras, dolorosas, excludentes.

Nesse sentido, os nossos intelectuais, sejam de influência neoclássica, ou marxista, não fizeram ainda a crítica à modernização agrícola, mas às consequências desta.

A hipótese por nós levantada é a de que ao partirem da evidência, da lógica do desenvolvimento capitalista e, portanto

da lógica da modernização agrícola, os estudiosos da modernização agrícola, economistas, historiadores, sociólogos, filiados ao pensamento neoclássico ou ao pensamento de influência marxista, têm tomado como objeto de análise a modernização da agricultura, em geral, como algo dado imutável, um determinado histórico.

No tocante à modernização da agricultura, por mais limitada, por mais dolorosa que seja, aparece como algo necessário, contra a qual não há argumentos.

Será que a modernização da agricultura é uma coisa inconteste? Depois de tantos séculos, décadas, de modernização e concomitantemente do agravamento das condições sócio-econômicas das sociedades, pode-se fazer a ligação modernização-desenvolvimento social?

São questões gerais que tentaremos aprofundar no particular e complexo aspecto da ideologização da modernização da agricultura.

Contudo, a tarefa que nos propomos é das mais complexas e nos coloca de antemão várias dificuldades no que se refere ao método da abordagem. Teremos que trilhar caminhos originais, próprios, construir um método e técnicas de abordagem do tema que nos permita, no exíguo tempo que dispomos, realizar o que nos propomos.

O trabalho se apresenta constituído de duas partes. Na primeira parte, estudaremos o surgimento da idéia de modernização em seus aspectos geral e específico. O objetivo é verificar as relações que se estabelecem entre o contexto histórico e os cientistas sociais.

No primeiro capítulo discutiremos a ideologia no dis-

curso e procuraremos apreender historicamente o paradigma da modernização: 1) estudaremos os conceitos de modernização; e, 2) o conceito de desenvolvimento e progresso tecnológico. Tentaremos apreender o processo de construção histórica desses conceitos e a sua relação com o período histórico em que surgem.

No segundo capítulo discutiremos a visão de modernização dos dois matizes teóricos: neoclássico e marxista; 1) analisaremos como as diferentes ideologias se apropriam do conceito de modernização da agricultura; 2) verificaremos as semelhanças e as diferenças na apreensão e/ou utilização do conceito de modernização da agricultura; e, por fim, 3) verificaremos se foi, e assim sendo, como foi ideologizado o conceito de modernização da agricultura.

A segunda parte de nosso trabalho está constituída de três capítulos. Nestes tentaremos discutir a apreensão do conceito de modernização, assim como as visões que se formam sobre a modernização da agricultura nas três mais importantes "escolas" do pensamento econômico brasileiro: a neoclássica, a cepalina e a campineira. O nosso objetivo é analisar como a idéia de modernização da agricultura é apreendida pelos estudiosos brasileiros identificados com as correntes econômicas: neoclássica, cepalina e campineira, para assim verificar a influência teórica mais forte em cada uma dessas correntes e como se reflete concretamente na contribuição ou participação no projeto global de modernização da agricultura brasileira.

No terceiro capítulo procuraremos verificar como e em que contexto histórico, econômico e político se constituiu a vi-

são neoclássica da modernização e em que bases foram edificadas a sua teoria.

No quarto capítulo realizaremos uma análise das principais idéias de modernização da agricultura nos cepalinos, em especial, sob a leitura de Celso Furtado.

No quinto capítulo, analisaremos a contribuição da "escola" de Campinas, sobre a modernização da agricultura, baseada em três de seus principais expoentes: João Manuel Cardoso de Mello, José Graziano da Silva e Angela Kageyama.

E, por fim, apresentaremos as nossas conclusões que têm o sentido mais de suscitar um debate do que estabelecer verdades.

O método utilizado é o descritivo-analítico auxiliado por alguns procedimentos técnicos da análise do discurso dos textos, segundo a **escola francesa de Análise de Discurso**, que se baseia no texto escrito, apreende deste o quadro institucional doutrinário e identifica o tipo de discurso; ou que em outra técnica, apreende os propósitos textuais, relaciona a explicação-forma e a construção do objeto, para assim chegar aos objetivos determinados no discurso.

PARTE I:

IDÉIAS DE PROGRESSO E CONCEPÇÕES ECONÔMICAS SOBRE A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA.

CAPÍTULO 1

TEMPOS MODERNOS: MODERNIZAÇÃO. DEFININDO CONCEITOS

> "O melhor caminho para se combater os mitos não é ignorá-los, nem inventar outros de igual potência. A questão é exatamente a de desvendá-los perguntando sobre o seu porque e a sua função" (Hebert de Sousa).

1.1 - INTRODUÇÃO

> "O conhecimento da realidade exige que diferenciemos o modo como uma realidade **aparece** e o modo como é concretamente **produzida**. Imediato, abstrato e aparência são momentos do trabalho histórico negados pela mediação, pelo concreto e pelo ser. Isto significa que esses termos são contraditórios e reais. Sua síntese é efetuada pelo espírito. Essa síntese é o que Hegel denomina: conceito" (CHAUI, 1981:41).

A produção do conhecimento científico não é uma tarefa fácil porque requer para ser considerado como tal a elaboração de uma abordagem sistemática, com métodos e técnicas e um quadro conceitual que permitam explicar o real. No explicar criticamente o real, é que nos deparamos com a complexa relação entre **aparência** (o fenômeno) e a **essência** (a realidade).

É por existir esta relação entre aparência e essência que o conceito não pode ser, e nem é, "puro", nem tão pouco se constitui na verdade sobre o objeto de estudo - a determinada realidade do social.

Embora o conceito seja uma construção do concreto pensado (que, segundo Chauí, Hegel entende como "a síntese efetuada pelo espírito), o conceito não é a verdade, mas uma verdade, uma forma de explicar determinado aspecto da realidade. Sendo o con-

ceito uma síntese da realidade dada, e sendo criado por um pensador, que é por sua vez produto histórico, e portanto está ligado ao que aparenta ser a realidade, ao mesmo tempo em que ele próprio é concretamente produto e agente dessa mesma realidade, o conceito pode e não pode ser a expressão da essência, do imediato, do concreto aspecto da realidade, como também pode ser a expressão do imediato, da aparência. Por outro lado, a essência, a realidade, é constituída também da idéia, do subjetivo, da aparência...

> "(...) Em todos esses casos, o que se nota é o esforço de uma elaboração na qual a teoria possa coincidir, por meio dos conceitos, com o instante prático de criação social. Em outros termos, a teoria procura determinar o momento preciso no qual a sociedade teria nascido por obra dos homens.
> "(...) Isto significa simplesmente que (o que é enorme) o advento da sociedade histórica não pode ser determinado como um fato empírico nem como um fato ideal, isto é, como um dado positivo ou como uma idéia positiva, mas precisa ser pensado como um trabalho, no sentido forte do termo. O real não são coisas nem idéias, não são dados empíricos nem ideais, mas o trabalho pelo qual uma sociedade se institui, se mascara, se oculta, constrói seu imaginário e simboliza sua origem, sem cessar de repensar essa instituição, seu imaginário e seus símbolos" (CHAUI, 1989:17-18).

Por isso, para entender uma determinada realidade mais do que confrontar conceitos, faz-se necessário perceber qual o contexto histórico em que surgiu e sob que fatores foi apreendida.

> "(...) Reencontramos, assim, o mesmo problema anterior: o fundante e o fundado estão numa relação de reciprocidade tal que se torna impossível determinar o ponto empírico e o ponto ideal a partir dos quais se pudesse enunciar o modo positivo e o começo da vida política" (CHAUI, 1989:20).

Consideramos importante trazer essas reflexões para reforçar o nosso conceito de conceito. Só entendemos como uma cons-

trução histórica. Quanto mais forte, quanto mais expressivo ele é tanto mais demonstra o contexto histórico, social, político, etc, do qual é produto. Não existe um conceito que denomine a realidade concreta, mediata, porque não existe realidade sem a relação com o imediato, o aparente.

Portanto, o conceito traz na sua criação essa contradição. Porém ele pode ser ideológico, se o seu significado nos remete à compreensão de fenômeno como algo natural que justifica as diferenças, as desigualdades, e deixa de ser o conceito uma realidade produzida, para ser uma idéia geral e, o mais significativo, o sujeito social, político e econômico.

Estudaremos nesse capítulo a origem do conceito modernização, o que traz de real (concreto e aparente), quando é utilizado nessa perspectiva e quando é utilizado apenas na perspectiva do eminentemente aparente e, portanto, ideológico; e, quando ele é ideologizado.

Estamos entendendo por ideologizado a utilização de um conceito sem a devida verificação da sua proximidade com o real.

1.2 - SOBRE O CONCEITO DE MODERNIZAÇÃO

Os conceitos de modernização, progresso e desenvolvimento, embora remontem à explicação das mudanças sócio-econômicas e políticas ocorridas com o surgimento do capitalismo, só passam a ser utilizados nas ciências sociais a partir de meados do século XIX. Nesse tempo, esses conceitos se apresentam como idéias bem

gerais e sofrem uma forte influência da efervescência intelectual do "século das luzes". Trazem a marca do racionalismo e a pretenção do estatuto de leis. O predomínio da razão fundadora das teorias sociais do seu tempo: o positivismo e a influência do Darwinismo. Influência presente em toda a produção intelectual, científica ou artística do segundo meado do século XIX.

Trabalhando com a persperctiva do conceito enquanto produto histórico, vimos ainda que a idéia de moderno, modernidade, modernização são da mesma base empírica e filosófica, e que identificar o conteúdo ideológico de um conceito é perceber se ele contém o caráter de idéia geral, de sujeito em vez de realidade produzida.

A seguir veremos como a idéia de modernização e modernidade é interpretada e veiculada, propositadamente ou não, como sujeito da história. Para os homens dos séculos XVIII e XIX (surgimento e auge do iluminismo), modernos eram os tempos em que tudo se modificava numa rapidez impossível de acompanhar. O moderno criava e recriava constantemente, sem destruir totalmente o velho, mas trazendo coisas totalmente novas. Essa visão não se reconhece enquanto criador, fundador, mas como o fundado, ou seja, os homens se vêem assim como produtos desse movimento e não como fundadores do mesmo através de suas relações com a natureza e com os outros homens, nesse período a que denominaram genericamente de Tempos Modernos.

O conceito de modernidade é utilizado para expressar as mudanças culturais, artísticas. Enquanto que o conceito de modernização se aplica à área do conhecimento tecnológico e econômico.

Segundo o filósofo Marshall Berman, a primeira vez que

os termos moderno e modernidade aparecem na literatura é no século XVIII, através de Rousseau. Este vivia numa conjuntura em que,

> "... as pessoas estão apenas começando a experimentar a vida moderna; mal fazem idéia do que as atingiu. Elas tateiam, desesperadamente mas em estado de semicegueira, no encalço de um vocabulário adequado; têm pouco ou nenhum senso de um público ou comunidade moderna, dentro da qual seus julgamentos e esperanças pudessem ser compartilhados (...). É dessa profunda dicotomia, dessa sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que emerge e se desdobra a idéia de modernismo e modernização" (BERMAN, 1986:16).

Por essa resumida interpretação podemos imaginar o quanto ou com que velocidade estavam se processando as mudanças postas pela nova ordem sócio-econômica, por essa nova sociedade. Isso significa que as novas mudanças que ocorriam, e daí ser oportunamente expressivo o termo moderno, eram extremamente rápidas nas transformações não só tecnológicas, mas em todos os aspectos da realidade social e política.

Esse procurar entender as mudanças, assim como a idealização de novas mudanças deu origem, no século XVIII, ao movimento filosófico denominado **Iluminismo.** É o "século das luzes", do racionalismo como fundamento da produção cultural, literária, política, sócio-econômica. Tudo isso resulta e, ao mesmo tempo, implica em inúmeras mudanças e inovações em todos os aspectos da vida social.

Esse imenso dinamismo que envolveu as sociedades, em fase de industrialização, se manifestou de forma ambígua. Transformava-se velozmente as relações de trabalho, os valores individuais e coletivos, abalavam-se as estruturas de poder antiquadas, tradicionais, conservadoras, o poder da nobreza, o poder da igreja católica, mudava-se a paisagem com o surgimento e crescimento

das cidades, surgia uma vida urbana, em detrimento da grande população agrária, surgiam novas expressões de poder com o crescimento e fortalecimento econômico e político da burguesia; emergiam idéias, concepções diferentes sobre o que se passava, e qual deveria ser o fim desse processo radical de mudanças. Essas idéias encontram-se em todas as áreas de produção do conhecimento desse período.

> "Nesse clima, então, intelectuais radicais encontram obstáculos radicais: suas idéias e movimentos correm o risco de desmanchar no mesmo ar moderno em que se decompõe a ordem burguesa que eles tentam sobrepujar. Nesse clima, circundar alguém com um halo é tentar destruir o perigo apenas negando-o. Os intelectuais do tempo de Marx foram particularmente sensíveis a essa espécie de má-fé. Enquanto Marx descobria o socialismo na Paris de 1840, Gautier e Flaubert desenvolviam sua mística da "arte pela arte", ao passo que o círculo em torno de Comte construía sua própria mística paralela da "ciência pura". Ambos esses grupos - às vezes em conflito entre si, às vezes interligados - se auto-sagraram como movimentos de vanguarda" (BERMAN, 1986:115).

E todas essas mudanças, essas inovações, que por sua vez se davam gerando conflitos de valores, de relações de trabalho, de idéias, de religião, de indivíduos e classes sociais, tinham em sua base concepcional a razão. A razão de ser de todas as coisas, era a essência do dinamismo que tomara lugar nessa fase do desenvolvimento da humanidade. A razão era não só o caminho para se entender a humanidade, o homem, a sociedade, o processo de desenvolvimento social, mas também a base de organização, de ordenamento e sistematização dessa fase histórica, em que se dá o processo de consolidação do capitalismo.

Os pensadores dessa época acreditavam, dado a forte inflência do Iluminismo na produção intelectual, que com o estabe-

lecimento da razão se conseguiria atingir um nível tal de evolução social que possibilitaria à humanidade a realização do progresso (a contínua evolução social), da liberdade e elevação do homem.

O modo de produção capitalista se colocava, portanto, como a forma de organização sócio-econômica que tornaria essas aspirações e esses ideais possíveis de se materializar.

Esses eram os novos tempos, os tempos modernos. Tempos em que - como pensavam seus principais filósofos - se emergiam as bases sócio-econômicas, políticas e culturais para o estabelecimento da razão humana, qualidade que diferencia os homens dos animais, a treva da luz.

É inegável a quantidade e a qualidade das mudanças que se processaram nessa fase da história humana. Mas é inegável também que essa nova fase gera um potencial muito mais conflitivo e contraditório nas relações sociais devido, inclusive, ao dinamismo com que se manifestam essas mudanças.

Em geral a literatura sobre o assunto traz, às vezes implícita, e outras explicitamente, a concepção de modernização como algo necessário, uma lei histórica, como a compreensão abaixo expressa:

> "(...). Se o raciocínio global deste livro está correto, aqueles que estão à espera do final da era moderna deverão aguardar um tempo interminável. A economia moderna provavelmente continuará em expansão, embora talvez em novas direções, adaptando-se às crises crônicas de energia e do meio ambiente que o seu sucesso criou. As adaptações futuras exigirão grandes turbulências sociais e políticas; mas a modernização sempre sobreviveu em meio a problemas, em uma atmosfera de "incerteza e agitação constantes" em que, como diz o **Manifesto Comunista**, "todas as relações fixas e congeladas são suprimidas".
> Em tal ambiente, a cultura do modernismo continuará a desenvolver novas visões econômicas e sociais que incessantemente

transformam o mundo que nos rodeia, tanto para o bem como para o mal, também transformam as vidas interiores dos homens e das mulheres que ocupam esse mundo e o fazem caminhar. O processo de modernização, ao mesmo tempo que nos explora e nos atormenta, nos impele a apreender e a enfrentar o mundo que a modernização constrói e a lutar por torná-lo o nosso mundo. Creio que nós e aqueles que virão depois de nós continuarão lutando para fazer com que nos sintamos em casa neste mundo, mesmo que os lares que construímos, a rua moderna, o espírito moderno continuem a desmanchar no ar" (BERMAN, 1986:330).

Berman parece ter se inebriado com o feitiço da modernidade, que se mostra deveras encantadora e tentadora e nos induz a vê-la apenas na sua aparência, como fundante.

No que concerne à Economia, essa idéia está presente para todos os seus matizes teóricos, com uma influência significativa nos tempos atuais. Talvez a diferença da importância dessa base filosófica e dessa influência ideológica seja a de que na economia a idéia de modernização, enquanto uma necessidade inexorável, mostra-se mais forte. Na afirmação abaixo, que analisaremos na segunda parte deste trabalho, essa idéia de **necessidade**, no tocante à modernização da agricultura, encontra-se explicitada de maneira bem contundente,

"A agricultura brasileira está, assim submetida a duas tensões: a da modernização, ou seja, será muito mais baseada na ciência do que nos recursos naturais e no fator trabalho; e a de se adaptar aos sinais da demanda de um país urbanizado e industrializado. A ciência terá papel fundamental, mesmo no que diz respeito à conquista tradicional da fronteira agrícola. A tecnologia tradicional lá não se adapta e já não existe mais a abundância de mão-de-obra que facilitou a agricultura do Centro-Sul.
O mercado internacional criou condições para a expansão da atividade rural, no ano passado. De lá vieram, também, as principais tensões. Hoje, o mercado nacional é o principal fator indutor de progresso nos campos e, também, a razão principal das crises e tensões. O mercado internacional, contudo, ainda é importante e se caracteriza pela competitividade, sendo a produção fortemente influenciada pelos avanços da ciência e, portanto, pelo crescimento da produtividade" (ALVES & CONTINI, 1988:50).

Parece ter a modernização se transformado num projeto histórico tão importante quanto o da liberdade, da felicidade e o do bem-estar social. A modernização assume, em certos discursos, a própria encarnação do desenvolvimento, do progresso, do bem-estar social, como pode-se observar na crítica abaixo:

> "Progresso esparramado pelas ruas da cidade, fornos queimando carvão, rolos de fumaça tecendo molduras voláteis na paisagem promissora, máquinas velozes, multidões compactas caminhando convictas em direção de um ponto previamente determinado. Em meio a este movimento, uma parada para o descanso, algo qualquer, num desses lugares onde os hábitos são públicos: a sala de estar é a rua e olha-se ao redor com uma nova sensibilidade: sínteses de rua e interior de residência. O olhar recupera, ainda que momentaneamente, a capacidade de ver. O observador maravilhado admira o pulsar da cidade e, em meio a um gole e outro, conclui: isto é moderno" (MONARCHA, 1989:90).

Há que se fazer, no mínimo, uma distinção: construção histórica da idéia de modernização e conceito de modernização. O que temos visto até o momento é a construção histórica do conceito de modernização. Seu surgimento num período histórico bem determinado - o capitalismo industrial; mais precisamente, sua absorção por parte da intelectualidade como algo advindo de uma força externa, natural, mas não divina.

O conceito de modernização que adotamos é basicamente o de Habermas acrescido da ratificação do que entendemos ser seu tempo e espaço histórico, qual seja:

> "A palavra 'modernização' foi introduzida como termo técnico apenas nos anos 50... O conceito de modernização se refere a um conjunto de processos cumulativos e interativos (ocorridos a partir da fase industrial do capitalismo): à formação de capital e à mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho: à imposição de poderes políticos centrais e à construção de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas de vida urbana e da educação formal; à secularização de normas e valores, etc" (HABERMAS, 1989:12) (parênteses nosso).

Contudo, no caso do conceito de modernização faz-se preciso realizar alguns esclarecimentos. Na bibliografia consultada percebemos que o conceito de modernização em muitos momentos se confunde com o conceito de desenvolvimento das forças produtivas, com o conceito de progresso tecnológico e com o de desenvolvimento. Neste caso, a confusão entre esses três conceitos precisa ser observada, dado a grande possibilidade que essa confusão propicia ao entendimento de modernização como algo a-histórico. Esse tipo de compreensão pode tanto ser ideológica, quando o fenômeno aparece natural, como o sujeito; quanto ideologizada, quando se apreende o conceito sem criticar o contexto em que foi produzido.

Aprendemos que: primeiro, o processo de evolução e complexidade das sociedades humanas passou por milhares de anos para avançar em suas descobertas e aperfeiçoamentos técnicos; segundo, que a medida em que se vai diminuindo a distância entre um avanço tecnológico e outro vai coincidindo também com a complexificação das sociedades, as suas transformações e o surgimento de novas e diferentes organizações sócio-econômicas.

Nesse sentido fazemos a seguinte reflexão, as bases filosóficas que fundamentam o conhecimento científico, hoje são predominantemente as do século XIX. Essa se caracteriza pela concepção linear na história, do progresso e da humanidade. O entendimento que trazemos sobre o progresso tecnológico é o de que cada período histórico e sua dada organização social característica, produziu a tecnologia que atendia às suas relações com a natureza e às relações entre os homens.

Não é que a tecnologia da antiguidade clássica seja atrasada, mas da sua coadunação, conexão com as contradições de

sua realidade social. Nesse sentido, a tecnologia do capitalismo não é mais ou menos avançada que a tecnologia das civilizações pré-colombianas, mas tão somente a tecnologia que atende a produção e a reprodução das condições materiais de vida resultantes das relações sociais historicamente determinadas.

A idéia da inexorabilidade do "progresso tecnológico" tem seu fundamento na filosofia iluminista e no racionalismo científico originado no século XIX, que, se utilizado para a continuidade das relações sociais desiguais, serve aos propósitos hegemônicos dominantes qual seja, atualmente, da lógica capitalista de dominação.

1.3 - SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO TECNOLóGICO

1.3.1 - Sobre o conceito de desenvolvimento

No início de sua existência, o homem levou milhões de anos para conseguir reunir as condições necessárias a atingir um estágio mais elevado de organização. A passagem para fases posteriores sempre vieram acompanhadas de mudanças sociais, expressas no desenvolvimento das forças produtivas.

> "A produção e reprodução das condições de existência através do trabalho (relação com a natureza), da divisão do trabalho (relação de intercâmbio e de cooperação entre os homens), da procriação (sexualidade e família), constituem em cada época o conjunto das **forças produtivas** que determinam e são determinadas pela divisão social do trabalho" (CHAUI, 1981:61).

O conceito de desenvolvimento das forças produtivas dá a idéia de linearidade e de evolução que está contido na categoria desenvolvimento. Quando se pensa de-sen-vol-vi-men-to se pensa evolução, linearidade, crescimento, progresso.

A palavra desenvolvimento tem seu uso generalizado com o processo de consolidação do capitalismo. E significa o ato ou o efeito de desenvolver, ou seja, de "tirar do invólucro; expor minuciosamente; desenrolar; explanar; fazer crescer; aumentar; aumentar as faculdades intelectuais de; tornar-se maior ou mais forte; alargar-se; progredir; instruir-se" (pequeno dicionário da língua portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda).

Desenvolvimento, utilizado enquanto categoria analítica, significa sempre a idéia de crescimento. Quando se fala em desenvolvimento tecnológico se fala em progredir a tecnologia, fazê-la mais eficiente, mais sofisticada. Observa-se, pois, que sempre que o termo 'desenvolvimento' é utilizado representa crescimento; sendo que, ao nosso ver, quando se refere às questões econômicas, o termo 'desenvolvimento' parece se transformar de substantivo para adjetivo.

A análise do conceito 'desenvolvimento' é muito complexa. Enquanto fenômeno sócio-econômico, o desenvolvimento assumiu, em períodos históricos recentes, tal força que por esse conceito se dizia tanto, e nele se via tantas representações imaginárias, que no Brasil se constituiu em mito e ideologia dominantes.

O que refutamos a todo o momento é justamente a idéia de linearidade existente e de essência. A concepção de que os processos históricos ocorram em sentido ascendente e crescente tem

dificultado a criação de outras alternativas no campo do agir político e social, das mudanças sociais.

O estudo dos processos históricos tem mostrado não só o quanto há de descontínuo, de inesperado e de causal, mas também o quanto há de problemático e ineficaz em projetos políticos e econômicos de fins do século passado até hoje. Nesse sentido, o desenvolvimento, assim como o progresso tecnológico e a modernização deixam de ser qualidades da sociedade capitalista para se transformarem em questões-problemas dessa mesma sociedade.

1.3.2 - Sobre o conceito de progresso tecnológico

O filólogo Francisco Silveira Bueno define **técnica** como sendo "o lado material de uma arte ou ciência, conjunto de processos de uma arte; prática; norma; especialização" e igualmente ao filólogo Aurélio Buarque de Holanda, define **tecnologia** como "Tratado das artes e ofícios em geral, explicação dos termos que dizem respeito às artes e ofícios; terminologia ou vocabulário privativo de uma ciência, arte, indústria, etc".

Por conseguinte, podemos afirmar que a técnica existe com o homem, ela é incessantemente repetida e/ou inventada, mas o seu tempo de existência é o da humanidade. Sem o homem não se pode pensar técnica.

> "O homem é um "fazedor de utensílios". Utensílios, ferramentas e máquinas são objetos tão importantes na vida do homem que chegam a servir de critérios para a classificação de civilizações inteiras. O sentimento de pertencer ao mundo se dá

pela possibilidade de o homem reconhecer-se como fazedor de coisas. É porque cria e porque é capaz de construir coisas que durem mais que sua própria vida que o homem pode sentir o mundo como produto de sua atividade" (VIDAL, 1988:25).

A tecnologia se constitui no saber sistematizado do produzir e/ou do utilizar a técnica. Como a autora diz acima, esse saber é "tão importante na vida do homem que chegam a servir de critérios para a classificação de civilizações inteiras". Ousamos ir mais adiante e afirmar que o saber tecnológico de cada época ou mesmo civilização é uma característica dessa determinada época, ou dessa determinada civilização. Mas, que o progresso tecnológico, no sentido mesmo da evolução, embora possa caracterizar determinada época é uma característica da relação do homem com a natureza e da relação entre os homens.

Nesse sentido, a categoria progresso tecnológico seria uma categoria específica desses aspectos das forças produtivas, conforme o entendido, acima, por Chauí (1981).

Mas até o momento estamos falando do significado e importância da tecnologia, quando sabemos que cada época, cada período histórico tem seu próprio pensar que lhe é particular. A idéia que hoje temos de progresso tecnológico é baseada na idéia que os homens da Renascença e dos Tempos Modernos tinham de sua realidade; e, para eles esta idéia representou uma significativa mudança em relação às concepções dogmático-religiosas da chamada Idade Média. Mas em nossos tempos a persistência na "crença ilimitada na criatividade humana, patente na profusão de descobertas e projetos que datam do Renascimento é compartilhada pela sociedade contemporânea". É algo que deve ser problematizado, estudado, entendido (VIDAL,1988:39).

A preocupação, hoje, em algumas correntes historiográficas é romper com a idéia que predomina na produção científica contemporânea, qual seja o da concepção linear dos acontecimentos, ou seja, a concepção evolucionista da história. A concepção evolucionista, que surge nos Tempos Modernos e se afirma no século XIX, com a influência que exerceu sobre as ciências sociais, a Teoria da Evolução das Espécies de Darwin e a Teoria Positivista de August Comte. Essa concepção não admite a causalidade, a continuidade, a descontinuidade e o irracional na história.

Assim sendo, o progresso tecnológico é menos progresso e mais saber dado num determinado momento, ou sob determinado processo histórico. E trará na sua constituição as contradições das relações de força e poder existentes.

O conceito de desenvolvimento surge da mesma visão em que foi originado o conceito de progresso. Em muitos momentos se apresentam com o mesmo significado.

O tempo de predomínio entre uma ordem social e outra se diferencia, entre outros fatores, pelo desenvolvimento de suas forças produtivas (onde se inclui o desenvolvimento tecnológico). Assim sendo, tivemos alguns milhões de anos do estágio primitivo, ordens sociais que viviam e produziam coletivamente dispondo de um conhecimento tecnológico extremamente simples; em seguida a Antiguidade Clássica (século V a.c. a séc. III d.c); a Idade Média, ou o Feudalismo (séc. IV ao séc. XVII); o Capitalismo (do séc. XVIII aos dias atuais); e, o socialismo (séc XX). Se comparado aos demais períodos históricos, o capitalismo é, indubitavelmente, o período em que mais rápida, dinâmica e complexamente tem se avançado o conhecimento tecnológico.

Faz-se, contudo, uma observação quanto a periodização. Nesta,

> "(...) Interessam os grandes traços, as características gerais, pois, como ocorre com as eras geológicas, não existem linhas de demarcação rigorosas separando as diversas épocas da história da sociedade" (MARX, I(1), 1984:424).

Têm sido de tal importância social as transformações das forças produtivas sob o capitalismo, que estas transformações se apresentam como características próprias do capitalismo, fazem parte de sua natureza e, ao mesmo tempo, são consequências de sua lógica.

No entanto, analisar o progresso tecnológico de forma crítica é expor o seu compromisso com determinados fins, com projetos pré-estabelecidos.

> "(...) Não é apenas a maneira acessória, a partir do exterior, que são impostos à técnica fins e interesse determinados - eles já intervêm na própria construção do aparato técnico; a técnica é sempre um projeto (**Projekt**) histórico-social; nela é projetado (**Projektiert**) aquilo que a sociedade e os interesses que a dominam tencionam fazer com o homem e com as coisas. Tal objetivo da dominação é material e, nessa medida, pertence à própria forma da razão técnica" (HABERMAS, 1980:314).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Habermas cita Hebert Marcuse:

> "(...) O método científico que levou à dominação cada vez mais eficaz da natureza passou assim a fornecer tanto os conceitos puros, como os instrumentos para a dominação cada vez mais eficaz do homem pelo homem **através** da dominação da natureza [...] Hoje a dominação se perpetua e se estende não apenas através da tecnologia, mas **enquanto** tecnologia, e esta garante a formidável legitimação do poder político em expansão que absorve todas as esferas da cultura (...)" (HABERMAS, 1980:315).

1.4 - RESUMO E CONCLUSÃO

O conceito é uma forma de apreensão de uma dada realidade, e enquanto forma de apreensão de um fenômeno, num tempo e num espaço traz na sua constituição tanto o concreto (a essência) quanto o abstrato - as formas de representação social (o aparente). Como o conceito não se origina por si mesmo, mas é produto da reflexão humana, ele traz necessariamente a forma individual e também de classe social de compreender essa determinada realidade. Logo o conceito traz a ideologia de seu tempo, de seu criador. Essa ideologia pode ser a dominante ou dominada.

Contudo, o fato do conceito, enquanto instrumento constituidor de metodologias de análise, trazer na sua constituição o elemento ideológico, não significa dizer que o conhecimento apreendido e produzido seja falso ou verdadeiro porque ideológico. Significa apenas que o conhecimento está predominantemente beneficiando as classes e a(s) ideologia(s) dominante(s). E que, no campo do conhecimento a serviço de ideologias dominantes, vários problemas sociais não encontram solução, porque sua existência já é dada como algo natural.

A conclusão que chegamos é a de que as bases da produção científica atual ainda são as da filosofia iluminista, cuja concepção de história está superada historicamente.

Por questões ideológicas ou por ingenuidade, tem se produzido ciência social com base em conceitos-chave ideológicos. Quando se tem conhecimento da incapacidade desses conceitos explicarem de forma mais aproximada a realidade e mesmo assim deles se utilizarem, então está se produzindo mais ideologia que ciên-

cia social. Quando não se percebe a inapropriação ou mesmo o conteúdo contraditório do conceito, se produz ciência ideologizada. O problema é que muitos críticos acabam por se enredar nas malhas ideológicas dominantes e acabam por, a pretexto de produzir uma ciência crítica, reforçar a essência ideológica dominante.

Exemplificando, estamos investigando se no tocante à modernização da agricultura, a idéia de modernização como progresso tecnológico e consequentemente de desenvolvimento social, como algo irreversível, é realmente um pressuposto que ajuda a compreender a realidade agrícola e das medidas sócio-econômicas e políticas que se devem empreender para se chegar senão à solução pelo menos à amenização desse grave problema; ou se pelo contrário essa idéia de modernização não encobre uma posição nítida de continuidade da dominação capitalista.

No próximo capítulo pretendemos justamente analisar as concepções que fundamentam a modernização da agricultura, se essa modernização é pensada segundo o conceito de Max Weber, como diz Habermas:

> "(...) A 'racionalidade' no sentido de Max Weber revela as suas duas faces: ela não é mais somente um **padrão de crítica** para o nível das forças produtivas, diante do qual a repressão objetivamente supérflua das relações de produção historicamente caducas pode ser desmascarada, mas ela é ao mesmo tempo **um padrão apologético** pelo qual essas mesmas relações de produção podem ser ainda justificadas como um quadro institucional funcionalmente adequado..." (HABERMAS, 1980:315) (grifo nosso).

CAPÍTULO 2

CONCEPÇÕES DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

> "O processo social, na realidade, é um todo indivisível. De seu grande curso, a mão classificadora do investigador extrai artificialmente os fatos econômicos... Um fato nunca é pura e exclusivamente econômico; sempre existem outros aspectos em geral mais importantes" (Schumpeter).

2.1 - INTRODUÇÃO

Seguindo a linha de raciocínio exposta no primeiro capítulo, procuraremos nesse capítulo apreender a concepção de modernização em Marx e seus principais seguidores - os marxistas clássicos. Assim como no pensamento neoclássico em geral e na "Teoria de Desenvolvimento Econômico", de Schumpeter, em particular. E, ainda, na linha neoclássica analisaremos a concepção de Schultz, que como veremos já tem definido o conceito de modernização e tem como objeto de estudo a agricultura, tema principal de nossa investigação.

Como vimos no capítulo anterior, até meados desse século não havia sido introduzido nas análises sócio-econômicas o conceito de modernização. O que existia eram idéias gerais, que utilizavam o termo modernização como indicador de vários aspectos do processo geral, e aí bem entendido como progresso, ou desenvolvimento das forças produtivas, ou ainda desenvolvimento tecnológico, portanto concepções bem gerais do que se mostrará como um processo extremamente complexo, como foi e tem sido o da moderni-

zação em geral e da agricultura em particular.

No entanto, os conceitos de modernização, hoje em voga nos estudos sócio-econômicos, surgiram de algo, e identificamos esse algo, ou essa origem como sendo as das concepções fortemente propagadas a partir do século XVIII e especialmente na segunda metade do século XIX.

A nossa insistência com relação à origem das idéias de modernização tem o propósito de negar a concepção muito comum de modernização como forças produtivas ou desenvolvimento tecnológico, aplicado então a toda a história e, por isso, consequentemente a-histórico.

Assim sendo, o objetivo desse capítulo é analisar a concepção de modernização em geral, e da agricultura em particular, em duas importantes linhas do pensamento econômico: a marxista e a neoclássica. Isso devido a importância da influência dessas duas linhas de pensamento na produção teórica econômica no Brasil, nas políticas governamentais e nos projetos de modernização que tem se apresentado para a sociedade e agricultura brasileira, temas que abordaremos nos capítulos seguintes.

Procuramos desenvolver a nossa análise, sempre que possível, relacionando os princípios e concepções teóricas que fundamentam a modernização, em particular a modernização da agricultura, no seu contexto histórico, buscando desta maneira perceber as relações que imbricam o processo de modernização da economia, principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial.

Contudo, alertaremos para o fato de dificuldade de especificar mais profundamente a concepção de modernização da agricultura dos principais teóricos das linhas do pensamento econômi-

co marxista e neoclássica.

O primeiro grande obstáculo com o qual nos defrontamos foi o de existirem apenas idéias de modernização explícita, e muita vezes implícita, nos trabalhos de caráter mais propriamente político do marxismo clássico, e nas análises dos economistas neoclássicos. O que pode indicar algumas questões de certa relevância, tais como: o do termo modernização não ter se constituído, até meados deste século, enquanto uma categoria analítica; ou a modernização ser compreendida como inerente à própria ordem sócio-econômica moderna; ou ainda, a idéia da modernização estar subentendida ou confundida nas "novas combinações" ou inovações (SHUMPETER, 1988).

2.2 - A VISÃO DE MARX SOBRE A MODERNIZAÇÃO

Existem algumas teorias que explicam a sociedade capitalista, sua origem e seus efeitos; ou apenas os seus efeitos, como é o caso do pensamento neoclássico. Cada uma dessas teorias, e as linhas de pensamento a que dão origem, possuem seu quadro conceitual.

No tocante ao conceito de modernização, este aparece, enquanto termo técnico, na leitura econômica, histórica e sociológica por volta da década de 50, deste século. Quando nos referimos à modernização antes desse período nos referimos à idéia, à concepção, mas não ao conceito enquanto um instrumento analítico, como o foram para a teoria da sociedade burguesa de Marx os

conceitos de capital, forças produtivas, classes sociais, progresso, etc.

Portanto, os cientistas sociais do século XVIII (Tempos Modernos) a meados do século atual não desenvolveram um conceito de modernização, mas introjetaram em suas teorias a idéia de progresso e de crescente desenvolvimento tecnológico. Sendo que o desenvolvimento tecnológico aparece como qualidade da sociedade e economia modernas. Daí as interpretações posteriores se referirem às mudanças sócio-econômicas dadas a partir do século XVIII como modernização.

Não encontramos em Marx o termo moderno, o qual aparece em alguns textos de Marx em seu sentido global, ou seja, tempos modernos, tempos de mudanças; e, designando a nova qualidade e estágio da produção social - **a indústria moderna.**

Para Marx, as mudanças ocorridas nas condições sócio-econômicas e políticas da sociedade capitalista são devido à sua essência contraditória. Um dos elementos fundamentais dessa contradição é a **lei da tendência à queda da taxa de lucro**:

> "Assim, ao progredir o modo de produção, o desenvolvimento da produtividade social do trabalho se configura na tendência à baixa progressiva da taxa de lucro e, lucro extraído; desse modo, no conjunto, ao acréscimo absoluto de ambos. Esse duplo efeito, segundo mostramos, em progressão mais rápida que aquela em que diminui a taxa de lucro. Para empregar-se capital variável absolutamente acrescido, no caso de composição superior ou de acréscimo relativo maior do capital constante, é mister que o capital global não aumente apenas na proporção da composição superior porém mais rapidamente. Infere-se daí que, quanto mais desenvolvido o modo capitalista de produção, tanto maior é a massa que o capital necessitaria para ocupar a mesma força de trabalho. Assim, no regime capitalista, a produtividade ascendente do trabalho produz necessariamente, com caráter de permanência, uma superpopulação aparente de trabalhadores" (MARX, 3(IV), 1987:255).

No modo de produção capitalista:

"(...) O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é a tarefa histórica do capital e o legitima. Excedendo justamente essa função cria ele as condições materiais de forma superior de produção, sem que esteja consciente disso (...)" (MARX, 3(IV), 1987:297).

Por essa compreensão de Marx, pode-se inferir que o próprio modo de produção capitalista apresenta essa necessidade intrínseca de superar continuamente os níveis de desenvolvimento das suas forças produtivas (Ver HABERMAS, 1980).

O desenvolvimento das forças produtiva tem, no capitalismo, o fim da obtenção de lucros cada vez mais elevados, porém devido aos seus elementos contraditórios, se confronta com a **tendência à queda da taxa de lucros.**

Para Marx, essa tendência à queda da taxa de lucro é minimizada e até superada, em alguns momentos conjunturais, pelo aumento do grau de exploração do trabalho; redução do salário; baixa de preço dos elementos do capital constante; superpopulação relativa; comércio exterior e aumento do capital em ações (Ver MARX, 3(IV), 1987:266-276).

Contudo, entra-se num círculo vicioso onde conquista de mercado, concorrência, produtividade, aumento do grau de exploração do trabalho, etc, impelem o capitalista individual a produzir e utilizar cada vez meios mais sofisticados de produção, ou seja o emprego de tecnologias cada vez mais desenvolvidas e avançadas.

Uma vez que a utilização da tecnologia que permite a maior produtividade atinge a média da produção capitalista global, a taxa de lucro terá decrescido, e para se contrapor a essa tendência torna-se, então, necessário novos aperfeiçoamentos e

avanços técnicos.

A esses aperfeiçoamentos e avanços técnicos ou tecnológicos foi denominado genericamente de **modernização.**

Para Marx, é inerente ao modo de produção capitalista a capacidade de desenvolvimento das forças produtivas (leia-se tecnológico), incomparavelmente superior aos demais modos de produção que o antecederam (MARX, 1, 1984:24). Sob o capitalismo foi alcançado um nível tão complexo e tão dinâmico das condições sócio-econômicas, que este é caracterizado, dentre os demais modos de produção, como revolucionário.

Sobre o capitalismo,

> "Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se ossificar. Tudo que era sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas" (MARX, 1, 1984:24).

Por transformar tudo em sua volta, o capitalismo se consolidou, enquanto modo de produção, através de um processo revolucionário, no sentido do significado e qualidade das transformações que opera, em sua fase industrial. Porém, uma vez cosolidado seu domínio, sobre os demais modos de produção, passa a se expandir conservando e subordinando todas aquelas condições, que mesmo contraditórias às características especificamente capitalistas, alto nível de composição orgânica do capital e relações de produção capitalistas força de trabalho assalariada, não impediram o seu desenvolvimento.

A modernização torna-se, então, uma característica desse

momento do processo de desenvolvimento e expansão do capitalismo, onde não se faz mais preciso revolucionar, mas inferir mudanças limitadas, ou seja, mudanças que não comprometessem, em sua essência, a dominação capitalista.

Uma outra questão que se coloca para a análise do conceito de modernização é a desta ser eminentemente política, explícita ou implicitamente ideológica. Nesse sentido, nos deixamos levar pela aparência das relações capitalistas, esquecendo-nos da massificação e secundarização que se dá às questões sociais mais preementes (isso também, é ideológico).

> "(...) O que aparece então como variável independente é um progresso quase autônomo da ciência e da técnica, do qual depende, de fato, a mais importante variável singular do sistema, a saber, o crescimento econômico. Resulta daí uma perspectiva na qual o desenvolvimento do sistema social **parece** ser determinado pela lógica do progresso técnico-científico (...)" (HABERMAS, 1980:331).

2.2.1 - Sobre a concepção marxista de modernização da agricultura

A idéia de modernização da agricultura em Marx(1), assim como nos marxistas clássicos, como veremos a seguir, é a de estensão da lógica desse processo na indústria, também na agricultura. Não vem de Marx mas de marxistas as análises específicas à agricultura. Contribuem, portanto, apara a análise marxista da agricultura os trabalhos que se tornaram clássicos: "O problema camponês na França e na Alemanha"(1894), de Engels; e, principalmente, "A Questão Agrária"(1898), de Kautsky: e, "Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América"(1917), de Lenin.

Não propomos, contudo, analisar cada uma dessas obras, senão trazer aspectos considerados principais das mesmas. Para assim formar uma compreensão mais geral da concepção marxista acerca da modernização da agricultura, o contexto no qual foi produzido e a influência que exerce em análises posteriores.

No seu texto "O problema camponês na França e na Alemanha" (SILVA & STOLKE, 1981), Engels analisa a situação e o papel do campesinato enquanto classe e consequentemente da agricultura, enquanto espaço de produção de riqueza social. Ele parte da exposição de seu entendimento sobre o conceito de camponês, qual seja: o pequeno produtor, aquele que tem a propriedade individual da terra, que é suficiente apenas para si e sua família trabalharem e retirarem o mínimo de seu sustento. Esse é o especificamente camponês, pois, são considerados camponeses os arrendatários, os médios e grandes proprietários de terra que trabalharam a terra com o auxílio de mão-de-obra paga; e que sua produção é vendida aos capitalistas. Os trabalhadores assalariados do campo não são considerados camponeses, mas proletários agrícolas.

Percebe-se na leitura desse texto que toda a construção analítica está totalmente agarrada à pressuposição de eminentes transformações na agricultura. Vê-se que, nesse período, algumas mudanças no tocante às formas de produzir e às mudanças tecnológicas, estavam se processando, como por exemplo a introdução de alguns experimentos com sementes melhoradas, instrumentos de trabalho. Ao mesmo tempo em que se davam essa inovações tecnológicas ocorriam alterações nas formas tradicionais de relações sociais de produção, com o aumento cada vez maior da utilização do traba-

lho assalariado, e consequentemente da inserção da agricultura no circuito de reprodução do capital. Essas mudanças implicavam na subordinação de pequenas, médias e grandes propriedades à produção agrícola capitalizada. Todos esses fatos contribuíram para reforçar o entendimento da agricultura como um setor tendencialmente subordinado à indústria, à expansão capitalista.

Mas, diante das constatações de mudanças na agricultura, assumindo estas claras evidências de capitalização, Engels só consegue encarar o problema da agricultura ou a questão agrária sob o ponto de vista da Revolução Proletária, ou seja, entre a contradição entre o querer permanecer pequeno proprietário camponês e o do aparecimento da propriedade camponesa, posto historicamente.

Nesse sentido, para Engels, o partido social democrata alemão teria que mostrar e convencer os camponeses de que só havia para eles a saída da propriedade coletiva. Fora isso era o fim. Ao mesmo tempo criticava o partido social democrata alemão por ceder politicamente na promessa de melhorar as condições de vida dos camponeses, mantendo a sua condição de classe camponesa, proprietária privada de terra. A proposta política dos social-democratas alemães tinha como único propósito conseguir o apoio político dos camponeses, os quais constituíam-se na maioria populacional (SILVA & STOLKE, 1981:66-67).

A grande questão que se colocava para os comunistas era a de propriedade privada da terra, e das implicações políticas do resguardo da propriedade privada camponesa, o que sem dúvida constituiria um grande obstáculo ao avanço do comunismo.

Percebe-se em Engels a influência de uma concepção evo-

lucionista da humanidade. São as marcas do evolucionismo social-darwinista. A idéia de necessidade histórica, de fim do campesinato, das relações de produção pré-capitalistas condenadas ao definhamento, à extinção, impediram esses pensadores de uma análise mais profunda sobre a complexidade das questões agrícolas, tanto assim que cem anos após, estas questões ainda continuam pertinentes.

Sem dúvida, o contexto político social da Alemanha apontava para transformações estruturais radicais. Os partidos social-democratas alemão e russo, principalmente, concebiam como iminente a revolução socialista. Toda a ciência sócio-política era pensada nessa perspectiva. A idéia de progresso, de evolução, de desenvolvimento, era a base dos programas e projetos políticos-sociais da "sociedade revolucionária" que apontava. Os maxistas entendiam que a partir de então, com a consciência revolucinária, a história humana seria consumada. Criticando essa euforia socialista de fins do século XIX, Hans Freyer diz o seguinte:

> "Hegel não pensou em momento algum futuro: pensava, de fato, na totalidade e no presente eterno do espírito. E é exatamente isso que agora se transforma em objeção contra ele. A expressão que ele usava com tanto prazer, **"hic Rhodus, hic salta"**, é totalmente invertida. Não significa mais que o concreto tem que ser justificado, e sim que o presente deve ser utilizado como alavanca para forçar ou desatar o futuro. Para Hegel o presente não é o fundo de agulha comum a todos aqueles que desde então se serviram da filosofia da história: anarquistas, socialistas e liberais, revolucionários e reacionários. Para todos eles, falta pouco para o meio-dia. Tudo depende do presente. Em sentido prático, ele é o ponto absoluto no sentido finalista. Até um pensador tão pouco revolucionário como Lorenz Von Stein distingue a "história da não liberdade", isto é, toda a história até então, na qual o Estado era um instrumento de poder nas mãos de potências sociais, da "história da liberdade", isto é, a história daqui para diante, na qual o Estado se liberta das garras dos interesses sociais ao tornar-se reino social. Trata-se de que ele faça isso agora, do contrário será muito tarde.

> (...)e o que Marx e Engels disseram a respeito do operariado poderia ser dito também em sentido mais amplo de todos aqueles que desde então lutaram sob a bandeira do progresso como por um pendão que garante a vitória, e progresso aí que dizer sempre: conhecemos o plano, conhecemos a ordem em que a história da humanidade será consumada, representamos esse futuro. Da mesma forma que nas guerras religiosas a luta não é travada em torno das verdades supremas, e sim para saber quem as possui ou representa (...). Quem quer que deseje fazer-se acreditado não dispõe de melhor palavra. O progresso, para utilizar a expressão de G. Sorel, é a palavra mágica da época" (FREYER, 1955:67-68).

Como veremos adiante, a idéia de progresso, a filosofia da história, como uma história consumação, teleológica, não é um mérito apenas da produção ceientífica de influência marxista, e do próprio marxismo, em termos gerais, mas também da produção científica notadamente burguesa, e no que também nos interessa nesse capítulo, das concepções neoclássicas de desenvolvimento econômico, de progresso e crescimento social.

Voltando ainda aos marxistas, levantaremos a seguir algumas questões com base numa nova leitura de "A Questão Agrária" de Kautsky.

Como é sabido, Kautsky foi o teórico mais influente da II Internacional Comunista. E gozava de grande prestígio no meio intelectual e nas organizações proletárias. Com a morte de Engels, foi quem continuou os trabalhos pela publicação dos escritos de Marx. E é com base nos princípios filosóficos e metodológicos do marxismo que escreve sua principal obra, A Questão Agrária. Nesta, aborda com profundidade as questões históricas, sociais e econômicas colocadas pela agricultura moderna.

O conceito de "agricultura moderna" em Kautsky é construído no decurso de sua exposição de A QUESTÃO AGRÁRIA. E de uma

leitura mais meticulosa de A QUESTÃO AGRÁRIA destacamos abaixo questões que achamos fundamentais para uma nova reflexão, pois elas foram e continuam sendo, no nosso entender, apreendidas superficialmente, nas análises mais recentes sobre a agricultura brasileira.

Primeiro, para Kautsky, a agricultura moderna seria aquela que adquiriu uma nova qualidade, qual seja, uma "tendência de evolução" das relações sociais de produção existentes; das formas de produzir (novos conhecimentos técnicos, e o conhecimento científico). Para Kautsky,

> "A evolução será um progresso quando não se limite a negar a suprimir, mas quando conserve também qualquer coisa; se ao longo da existência que mereça desaparecer ela também encontre a existência que mereça ser conservada..." (KAUTSKY, 1980:22).

Com a revolução industrial e crescente processo de consolidação capitalista e as tranformações que este acontecimento produz na sociedade, as atividades econômicas tendem a tornar-se cada vez mais específicas nos seus respectivos campos de atuação. A agricultura, à medida que foi sendo atingida pelo desenvolvimento crescente do capitalismo, foi sofrendo tranformações. E essas descortinavam uma nova fase de desenvolvimento (só que este só beneficiou os capitalistas).

Na Europa ocidental e nos EUA, onde esse processo primeiro se desencadeou, viu-se que passaram a ser característica de diferenciação dessa nova agricultura da antiga: a especialização das atividades eminentemente agrícolas; as pressões que a agricultura passou a sofrer do mercado; o contínuo progresso tecnológico, com a utilização crescente de maquinarias; a divisão do

trabalho; a liberação de mão-de-obra; a utilização sistematizada do conhecimento científico, o desenvolvimento da química e sua contribuição para esse novo tipo de produção agrícola; o surgimento de instituições de pesquisas e experiências agrícolas - as universidades de agronomia, etc.

Sobre a especialização das atividades eminentemente agrícolas, nos referimos às implicações que provoca a penetração do capitalismo na agricultura. O agricultor não mais produz todos os meios necessários à sua reprodução material e de sua família, mas vê-se por um conjunto de fatores obrigado a comprar produtos que antes ele próprio produzia. É o fenômeno que Kautsky chama de **agricultura pura**(2). O aprofundamente dessa mudança, que significou a distinção cada vez maior entre atividade agrícola e industrial, implica posteriormente numa maior especialização do trabalho agrícola, concomitantemente à divisão do trabalho agrícola. Na verificação desse processo, na Alemanha e França, de sua época, Kautsky faz a seguinte afirmativa:

> "... paralelamente ao desenvolvimento da cultura alternada se verificou o desenvolvimento da divisão do trabalho entre as explorações agrícolas. A cultura de três afolhamentos tivera por objetivo a satisfação das necessidades pessoais do camponês e do senhor; também ela, em toda a Europa Central, os mesmos característicos. Cada aldeia, cada camponês produzia em regra as mesmas coisas, quaisquer que fossem as condições do solo. Agora aparecia a produção para o mercado, e ao mesmo tempo a concorrência. O problema, para cada agricultor, se torna então, entre os produtos procurados, a escolha daquele que segundo a natureza do solo e a localização das suas terras, segundo as condições das comunicações, segundo a importância de seu capital a área de sua propriedade, etc., pudesse plantar com mais proveito. As diversas explorações se especializam. Umas dão preferência à cultura ou à viticultura. Os agricultores e os criadores, por sua vez, se dividem em numerosas subcategorias. Alguns entre os últimos se dedicam à produção de leite, outros à engorda, outros à criação de animais novos, etc., etc." (KAUTSKY, 1980:57).

O crescimento populacional das cidades exigia uma demanda maior de alimentos, nesse sentido havia toda uma pressão sobre a agricultura para que esta assumisse a função de fornecedora de alimentos para os centros urbanos.

Por outro lado as invenções de máquinas para a agricultura se fazia muito mais específica e uma tarefa muito mais difícil do que para a indústria, dado as particularidades da agricultura.

> "Mas o processo da transformação moderna da agricultura atinge uma altura particular quando as conquistas da ciência moderna, a mecânica, a química, a fisiologia vegetal e animal se transferem das cidades, onde foram elaboradas, para os campos (...).
> Em tal sentido, devemos incluir as máquinas entre os fatores principais de transformação. Os brilhantes resultados obtidos pelo maquinismo na indústria suscitaram naturalmente a idéia de sua introdução na agricultura. A grande empresa moderna tornava a coisa possível em virtude da divisão do trabalho - de um lado a divisão dos trabalhadores em trabalhadores manuais e trabalhadores servidos de cultura científica, de outro lado a especialização dos instrumentos e ferramentas e sua adaptação a atividades especiais - e como consequência, a produção em massa para o mercado" (KAUTSKY, 1980:50).

Essa "tendência de evolução da agricultura moderna" apontava já nos seus primórdios para a liberação de mão-de-obra, que ocorria quanto maior fosse o progresso tecnológico introduzido, e consequentemente o aumento do que Marx chama o "exército de reserva".

Contudo esse processo de modernização da agricultura não ocorre de forma homogênea, nem generalizada. A tendência é universal, mas o processo modernizador é específico a determinados setores produtivos dentro da agricultura. E analisando esse aspecto Kautsky faz a seguinte afirmação: "Eis porque é possível a formulação de uma teoria universalmente verdadeira da evolução

agrária, mas não um programa agrário internacional" (KAUTSKY, 1980:17).

Diríamos mais, que dependendo do processo histórico, nem a nível de um só país.

Entendemos que deve ficar claro que, embora estejamos em época bem avançada do que chamamos de tempos modernos, a "tendência de evolução da agricultura moderna" continua sendo uma tendência, que se concretiza em alguns setores específicos da agricultura, nos países subdesenvolvidos, trazendo profundas implicações sociais.

O grande problema teórico, colocado pelo que Hans Freyer chamou de filosofia da história da consumação foi, no nosso entender, o de a partir da tendência que se verificava na agricultura dos países desenvolvidos se aplicar como modelo de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos.

E nesse sentido, tanto os neoclássicos que produziram um conhecimento favorável à continuidade e perpetuação da dominação capitalista, quanto os marxistas que viram na "necessidade do progresso capitalista" a forma correta, verdadeira, de se chegar ao socialismo, viram as transformações que se processavam na agricultura com algo necessário.

Com raríssimas excessões, o que existe é uma defesa exacerbada do capitalismo, da necessidade que se cumpra, no todo, o seu potencial destruidor. Não se produziu uma ciência econômica que tratasse do desenvolvimento da agricultura que não estivesse com o objetivo de crescer a indústria, ou - no caso dos marxistas - acelerar ainda mais as contradições da sociedade capitalista.

O progresso técnico, a modernização da agricultura, foi

compreendido como algo indiscutível, e principalmente como uma tendência irreversível. No entanto, estão aí vários e complexos aspectos da agricultura que não foram de todo compreendidos ou resolvidos. Chayanov (SILVA & STOLKE, 1981) por exemplo, desenvolve toda uma teoria que nega o ângulo capitalista único de pensar e abordar a agricultura, e mostrar como determinadas características da agricultura sobrevivem, apesar de todo o desenvolvimento capitalista, que o processo de "desenvolvimento" da agricultura não ocorre da maneira que preconizaram os neoclássicos ou os marxistas.

As análises que partem da premissa da "tendência de evolução da agricultura moderna" como algo já definitivo são de tal forma predominantes na literatura agrícola, que os problemas provocados por esse "desenvolvimento" parecem não ter solução, ou melhor, que suas implicações são inevitáveis mas necessárias.

Lénin, no seu estudo sobre a agricultura, que mostra também o seu objetivo de mais uma vez comprovar as leis gerais do desenvolvimento capitalista, logo entende a agricultura como apêndice da sociedade capitalista, serviu e serve de referencial teórico a muitos estudiosos da questão agrária. Não temos autoridade para aprovar ou desaprovar quaisquer estudos, mas entendemos como uma posição teórica e política muito cômoda o de aceitar todos os problemas que os países subdesenvolvidos enfrentam hoje, em grande parte, por causa dos processos recentes de modernização de suas agriculturas como algo natural, inevitável, irreversível.

Apresentaremos as idéias principais do livro de Lenin, no objetivo de mostrar como estas influenciaram os economistas de esquerda, e como estes não perceberam que o pressuposto de Lenin

— o desenvolvimento do capitalismo na agricultura dos Estados Unidos da América — era inapropriado enquanto modelo de desenvolvimento para a agricultura russa e muito menos para a brasileira.

A filosofia da história da consumação, assim como uma forte influência do positivismo, são marcantes em toda a produção intelectual de Lenin. Na introdução, de mesmo título, do livro Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos é reafirmada a concepção de evolução, enquanto lei social: "O estudo das formas e das leis de evolução da agricultura (???) Estados Unidos..." (LENIN, 1980:01).

Essa obra foi escrita com o objetivo de refutar "A teoria da evolução não capitalista da agricultura na sociedade capitalista", considerada como a teoria dos democrata-burgueses. Ao desenvolver a sua exposição acerca do caráter capitalista da agricultura norte-americana, Lenin se depara com um conjunto de aspectos complexos, dado aos diferentes processos históricos existentes nos EUA. A primeira questão que aborda é a "das **formas** de propriedade e usufruto da terra", a partir do princípio exposto por Marx no livro III do **capital.** Segundo ele: "... o capitalismo não depende das **formas** de propriedade e usufruto da terra (...). O capital faz pesar seu jugo sobre todas estas formas de propriedade fundiária empregando uma variedade de meios e métodos" (LENIN, 1980:07).

Mais adiante, Lenin faz uma afirmação que evidencia aquela que fizemos anteriormente sobre sua concepção histórica,

> "(...) Para que a estatística agrícola fosse feita de forma inteligente ...seria preciso modificar seus métodos de investigação..., colocando as **homesteads**, por exemplo numa categoria à parte e *acompanhando seu destino econômico*" (LENIN, 1980:07) (grifo nosso).

O grifo no "destino econômico", assim como a citação que se segue, tem o propósito de destacar exaustivamente a concepção de história, como história da consumação.

> "Com efeito, a tendência fundamental e principal do capitalismo consiste na eliminação de pequena produção pela grande, tanto na indústria quanto na agricultura. Contudo, esta eleminação não deve ser compreendida **apenas** no sentido de uma expropriação imediata. Ela pode também assumir a forma de um longo processo de ruína, de deterioração da situação econômica dos pequenos produtores, capaz de se estender por anos e por décadas. Esta deterioração se traduz no trabalho excessivo ou na péssima alimentação do pequeno agricultor, no seu endividamento, no fato de que o gado é mal alimentado e, em geral, de baixa qualidade, a terra não é bem cultivada, trabalhada, adubada, etc.; não há progresso técnico, etc. A tarefa do pesquisador, se ele não deseja ser acusado de complacência voluntária ou involuntária com a burguesia, embelezando a situação dos pequenos agricultores arruinados e esmagados, consiste antes de tudo e sobretudo em definir com precisão os indicadores desta ruína, que estão longe de ser simples e uniformes; depois de elucidá-los e estimar, na medida do possível, a amplitude de sua propagação e modificação no tempo. Este aspecto particularmente importante da questão é dos que menos atraem a atenção dos economistas burgueses" (LENIN, 1980:64).

Como pode-se inferir, o desenvolvimento capitalista na agricultura remove e destrói as formas arcaicas, pré-capitalistas, e na perspectiva de uma sociedade socialista é inevitável e necessário que assim ocorra para que se aprofundem as contradições da sociedade capitalista e se dê a superação desta com o cumprimento do "destino da história", o comunismo. Assim sendo, se persiste na defesa da modernização da agricultura, do seu desenvolvimento capitalista, embora se aponte os indicadores do avanço capitalista sobre a produção agrícola: trabalho assalariado; utilização de máquinas, fertilizantes e adubos agrícolas; etc., e as consequências: desemprego, expropriação, proletariza-

ção, etc. Para Lenin, a característica fundamental do capitalismo na agricultura é a existência do trabalho assalariado, a produção agrícola capital-intensiva, a tendência à concentração fundiária, e todas as demais características já colocadas anteriormente por Marx e Kautsky sobre a agricultura moderna.

O que vimos nas concepções de modernização da agricultura em Marx e nos marxistas clássicos é que está intrinsecamente ligada à concepção de progresso, como algo realmente progressivo - digo crescimento no sentido linear, sem voltas, sem recuos, sem retrocessos, sem descontinuidades. Mas, passados mais de cem anos da obra de Kautsky, sem dúvida a mais profunda obra marxista sobre a questão agrária, e do início do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura na Europa Ocidental e Estados Unidos; e quase cem anos da obra de Lenin, o que podemos constatar é que progresso é um conceito impreciso, para as realidades em nome dele produzidas.

2.3 - A VISÃO NEOCLÁSSICA DE MODERNIZAÇÃO

Quando partimos para o estudo dos neoclássicos de meados do século passado a meados do presente percebemos o quanto lhes dista uma concepção de modernização, no sentido do termo e do significado sócio-econômico com o qual nos deparamos recentemente.

Simplesmente essa questão não está colocada pelos principais teóricos dessa linha de pensamento. Estes desenvolveram

verdadeiros sistemas teóricos para explicar o "equilíbrio geral da economia", o "desenvolvimento econômico", teorias de preços etc, mas o "fazer acontecer" não está na modernização. Nos neoclássicos, do período frisado, o fenômeno da "modernização" não é o demiurgo, ou a palavra mágica que a todos "desequilíbrios" atende. Os sujeitos do desenvolvimento econômico ou crescimento econômico (são conceitos semelhantes) são o empresário, o movimento financeiro, as forças produtivas (forças da natureza e serviço do trabalho), o crédito (imprescindível, na análise de Schumpeter). Tempos modernos, para esses pensadores de linha neoclássica, eram tempos de mudanças que observaram, que faziam parte de seu cotidiano. E as mudanças econômicas se davam em geral acompanhadas por mudanças técnicas, pelas "novas inovações" ou "combinações novas".

A finalidade e necessidade do desenvolvimento econômico eram inerentes à sociedade capitalista, sendo esta a representação da natureza humana.

Esse entendimento, portanto, parte de uma determinada concepção de história, que no tocante às duas linhas do pensamento sócio-econômico mais proeminentes de fins do século passado ao atual: a neoclássica e a marxista, têm como fundamento a "***filosofia da história da consumação***"(3). A idéia de progresso como inexorável se encontra tanto nos neoclássicos quanto nos marxistas.

Nos neoclássicos a consumação da história seria atingir, em seu aspecto absoluto, o liberalismo econômico e político, o ponto **óptimum** em que o mercado com "sua mão invisível" regularia e equilibraria todos os excessos, apararia todas as arestas, satisfazendo assim as necessidades e interesses tanto dos consumi-

dores, quanto dos produtores. Já para o marxismo, a consumação da história seria a sociedade comunista. Esta, seria a concretização enfim das utopias socialistas, o estabelecimento do "reino" da igualdade, justiça, liberdade e solidariedade.

Passados mais de 100 anos das primeiras idéias e organizações socialistas, assim como da teoria Walrasiana do equilíbrio econômico geral, observamos que, nem o liberalismo econômico, nem o comunismo se consumaram. Logo, o aspecto principal no campo das idéias e dos acontecimentos históricos, dos discursos, dos projetos, das práticas políticas, das lutas de classes, dos conflitos intra-classes: tem sido, desde meados do século passado, o progresso, o desenvolvimento econômico. O pensamento neoclássico, por sua vez, se funda na razão iluminista, sendo que neste o positivismo é a concepção que mais fortemente lhe influencia,

> "(...) a teoria neoclássica, em seu momento inaugural, constitui a face econômica de uma racionalidade construída ao longo de três séculos de história da razão do homem ocidental. Em verdade, poderíamos afirmar que ela é a mais ardilosa e bela construção teórica que a razão positiva ousou alcançar no campo das ciências sociais. Seu acabado modelo passa por todas as provas de cientificidade requeridas por uma razão cuja trajetória, anunciada na Revolução Científica Moderna nos séculos XVI e XVII, atravessa o século das luzes e se cristaliza na perspectiva epistêmica positivista do século XIX" (GANEM, 1989:267).

2.3.1 - A Contribuição de Walras

A influência do positivismo na ciência econômica, em especial na linha de pensamento neoclássico, é plenamente verificável nas premissas teóricas dos principais economistas neoclássi-

cos, ou fundadores da teoria da "utilidade marginal": Walras, Menger, Jevons, Pareto, Fisher; e o teórico do desenvolvimento econômico - Schumpeter -, dentre outros importantes teóricos neoclássicos.

Nos deteremos aqui, em termos bem gerais, na identificação dos elementos da filosofia positivista existente nas principais contribuições de Walras (tomando-as por excelência caracterizadoras da fundamentação teórica dos neoclássicos); dos teóricos da tecnologia e desenvolvimento, especialmente em Schumpeter pela sua contemporaneidade, sua importância teórica, principalmente, pela sua teoria da concorrência "que enfatiza o papel da mudança técnica dentro do sistema econômico" (ARAUJO, 1989), e, pela influência que exerce sobre a produção teórica econômica atual.

A análise desses economistas, sob o aspecto epistêmico de suas obras, faz-se no sentido de identificar, conforme o fizemos com o marxismo, o que há de ideológico nelas; o que há de fundamento positivista; e como se forma a concepção de modernização, hoje predominante.

Como vimos na seção 2.2, dado a sua concepção de história e ao seu método de investigação,

> "(...) É a razão que expressa um conhecimento, a um só tempo reflexivo e projetivo, de uma realidade reproduzida e entendida na sua concreticidade. É a perspectiva de compreensão da realidade em que cada fenômeno é parte de um todo e que, como parte isolada, é pura abstração..." (GANEM, 1989:273).

Sob a influência do seu tempo, o marxismo produziu uma teoria crítica que concebeu o progresso como uma necessidade histórica, enquanto os neoclássicos, influenciados pelo positivismo,

a Razão Positiva, analisaram os elementos econômicos de forma isolada, resultando numa produção teórica que toma as contradições da sociedade capitalista como dados naturais. Nesse sentido, são princípios da Razão Positiva "o padrão físico de cientificidade para as ciências sociais", "a racionalidade científica calcada nos atributos da lógica formal", "fundamentalmente a construção lógica ditada pelo rigor da matemática" (GANEM, 1989). E, essas características são evidentemente marcantes na fundamentação teórica dos neoclássicos.

Segundo Ganem, baseado nesse tipo de racionalidade,

> "(...) a razão Positivista reduzirá a ciência ao positivamente dado, e, através do critério da lógica formal, tratará os fatos, os fenômenos, como autônomos, absolutamente isolados. A articulação entre eles será funcional e, portanto, quantitativa. A hipótese mecanicista de ciência sublinhará o método que, partindo da contemplação e observação dos fenômenos, os combinará extraindo leis rigorosamente invariáveis com a decorrente e esperada previsibilidade. Os critérios de cientificidade serão ditados, de um lado, pelas certezas, empírica e metódica e, de outro, pela utilidade funcional da ciência: "prever para prover" é o lema comtiano que exemplifica suas preocupações praxeológicas" (GANEM, 1989:274).

Assim sendo, poderíamos classificar como a primeira grande contribuição de Walras à Economia a distinção entre:

> "... a ciência, a arte e a moral. Em outros termos, trata-se de fazer um apanhado da filosofia da ciência em geral, visando a chegar à filosofia da Economia Política e Social, em particular" (WALRAS, 1988:19).

Sob o pressuposto da análise científica, isolou-se a economia das questões morais, desprezando-se, assim, as questões referentes às contradições existentes na sociedade capitalista e da tendência à crescente desigualdade sócio-econômica.

A utilização da lógica formal, estruturada pela exposi-

UFPb/BIBLIOTECA/PRAI

ção e comprovação matemática, em sua "teoria geral do equilíbrio econômico", no livro Compêndio dos Elementos da Economia Política Pura (WALRAS, 1988), mostra de forma evidente que a racionalidade que orientou a teoria marxista é totalmente oposta à racionalidade positiva dos neoclássicos.

Walras, assim como toda a linha de pensamento neoclássica, tem como princípio a análise dos efeitos e não das causas, e raramente da origem.

Segundo Walras,

> "É uma verdade há muito esclarecida pela filosofia platônica que a ciência não estuda os corpos, mas sim os fatos dos quais os corpos são teatro. Os corpos passam; os fatos permanecem. Os fatos, suas relações e suas leis, tal é o objeto de qualquer estudo científico. Aliás, as ciências podem diferenciar-se em razão da diferença de seus objetos, ou dos fatos que estudam (...)" (WALRAS, 1988:19).

Tomamos Walras como exemplo de produção teórica de influência positivista, primeiro, porque entendemos que sua teoria foi de grande contribuição para a teoria neoclássica, e, também, um dos principais fundamentos para a teoria Schumpeteriana; segundo, porque trabalharemos a seguir com as reflexões desenvolvidas por Araújo (1989), e discordamos dele no que se refere à separação que faz entre a abordagem neoclássica e a schumpeteriana.

2.3.2 - Contribuição de Schumpeter a Teoria do Desenvolvimento e Tecnologia

Para Araújo (1989), existe uma distinção entre a teoria neoclássica e a teoria schumpeteriana. Ele justifica sua compreensão através da seguinte proposição:

> "a) Schumpeter propõe o debate sobre a instabilidade do ritmo da mudança técnica a nível macroeconômico, sobretudo relativamente às suas origens e consequências, enquanto a ideologia neoclássica toma o mesmo ritmo das inovações como dado;
> b) as características industriais tomadas como exógenas na ideologia neoclássica são "endogeneizadas" por Schumpeter;
> c) o progresso técnico adquire uma multiplicidade de formas, endógenas à economia e consistentes com a visão Schumpeteriana e seu posterior aprofundamento" (ARAÚJO, 1989:4).

Tentaremos a seguir fundamentar a nossa discordância quanto a essa compreensão de Araújo (1989). Para tanto, citamos abaixo, o entendimento do próprio Schumpeter sobre as suas diferenças para com os principais teóricos neoclássicos:

> "2 - O que o homem de negócios entende por estabilidade devemos agora traduzir para a linguagem teórica. O assunto pode ser abreviado, e sua exposição facilitada, se eu afirmar de início que, salvo diferenças em alguns pontos específicos, as observações seguintes giram inteiramente em torno da linha marshalliana. Mas eu poderia igualmente chamá-las muito bem de linhas Walrasianas. Isto porque, ***no âmbito da teoria econômica séria***, não existem coisas como "escolas" ou diferenças de princípios, e a única divisão fundamental em economia moderna está entre o bom e o mau. As linhas básicas são as mesmas para todos no mundo inteiro: existem diferenças básicas na exposição, na maneira - e no maneirismo - de colocar as coisas, por exemplo, de acordo com a relativa importância que os diferentes autores atribuem, respectivamente, ao rigor e à generalidade, ou à fidelidade para com a "vida real".
> E, ainda existem diferenças de técnicas adotadas; a própria grandeza de Menger, Bohm-Bawerk e Wieser reside no fato de eles terem conseguido tanto com ferramentas tão chocantemente toscas e primitivas, cujo manuseio foi uma barreira intransponível para se atingir com precisão. Existem, ainda, diferenças nas peças individuais da máquina analítica - como, por exemplo, entre as curvas de demanda walrasianas e marshallia-

nas, ou entre o papel atribuído aos coeficientes de produção, respectivamente por Marshall e Walras-Pareto-Barone. Finalmente, existem diferenças no que se refere a problemas específicos, sendo os mais importantes aqueles sobre a teoria dos juros e a teoria do ciclo econômico. Mas é apenas isto. Não existe diferença nos princípios fundamentais - seja na produtividade de Clark, no equilíbrio de Walras, nas concepções austríacas *(ele próprio é austríaco)*, na substituição de Marshall ou na combinação entre Walras e Bohm-Bawerk feita por Wicksell, ***sendo todos eles, em última análise, a mesma coisa, e todos, apesar das aparências contrárias, igualmente distantes e ao mesmo tempo sentido oriundos da colcha de retalhos de Ricardo***" (SCHUMPETER, 1984:156-157) (grifo e parênteses nosso).

Com essa longa fala de Schumpeter, queremos afirmar nossa discordância quanto à distinção epistêmica entre os neoclássicos e Schumpeter. Este, quando da sua fundamentação da Teoria do Desenvolvimento Econômico, toma de referencial teórico, entre outros neoclássicos, principalmente Walras, não para negá-lo, mas para aperfeiçoá-lo, apontando questões não analisadas por Walras e outros neoclássicos deo "edquilíbrio econômico". A sua perpectiva teórica, portanto, no que diz respeito aos princípios neoclássicos, estão no sentido mais de complementação do que de demolição.

Para Schumpeter, a sua teoria:

"Não se trata de algo contrário à teoria ortodoxa, mas no máximo, apenas contrário à sua exposição usual que não expressa claramente nosso ponto de vista" (SCHUMPETER, 1988:13).

Podemos caracterizar como princípios neoclássicos, ainda, a "tradição da Utilidade, desde Say e Senior até hoje"; a concepção geral da economia no âmbito apenas da circulação das mercadoria, sob a perspectiva da troca, que tem como teoria de valor a primazia do valor de uso sobre o valor de troca (o qual é reduzido o preço); o que consequentemente, leva à negação as re-

lações sociais e a redução do processo econômico a "um mero exercício de maximização da utilidade" (HUNT, 1987:309).

A Teoria do Desenvolvimento Econômico, de Schumpeter, como tentaremos mostrar adiante, é profundamente marcada pelas concepções neoclássicas, e como podemos observar nos seus principais trabalhos(4), ao contrário da negação ou mesmo a crítica dos neoclássicos, Schumpeter traz a complementação dos mesmos naquilo em que não conseguiram compreender, quer seja pela limitação das próprias condições históricas, quer seja pelas limitações teóricas.

Uma outra questão que é preciso salientar é a de Walras e Schumpeter, assim como os demais neoclássicos influenciadores e influenciados por estes meados desse século, por não trabalharem com o conceito de modernização. O que podemos inferir pelas leituras realizadas, no que diz respeito ao conceito que estamos investigando, é que Schumpeter (quem mais nos interessa no momento) quando se refere a moderno o faz no sentido etimológico, qual seja "dos tempos mais próximos de nós; dos nossos dias; recentes; atual; hodierno".

Essa questão nos coloca as seguintes interpretações: primeiro, Schumpeter quando se refere à indústria moderna e à sociedade moderna está se referindo à sociedade capitalista, predominantemente industrial, que produz sob parâmetros de desenvolvimento muito mais dinâmico e tecnologicamente mais avançado do que nas sociedades não capitalistas; segundo, o conceito com o qual Schumpeter trabalha quando se refere a avanços tecnológicos e desenvolvimento econômico (entendido como crescimento econômico) é "novas combinações", que significa para ele as inovações tecnoló-

gicas das "forças produtivas" (forças da natureza e o serviço do trabalho), as quais se dão de forma descontínua, ou surgem dos momentos em que há descontinuidades no processo econômico.

Procuraremos investigar noutros autores neoclássicos, que sofreram a influência das teorias de Schumpeter, em especial da teoria do desenvolvimento econômico, como os conceitos de "novas combinações" ou "novas inovações", trabalhados por Schumpeter, se metamorfosearam em **modernização.**

Outra questão importante para a presente investigação é a da concepção schumpeteriana de "desenvolvimento econômico". É bastante intrigante esse conceito das obras, analisadas no presente estudo, que concebem o desenvolvimento econômico como um processo (marxismo) ou um fenômeno (neoclássicos) linear. Schumpeter critica a concepção evolucionista que impede, no seu entender, a compreensão dos reais fatores do desenvolvimento econômico, quais sejam: as descontinuidades existentes (momentos de máxima criatividade empresarial), em que surgem as "novas inovações" ou "combinações novas", essas enquanto produtos de antigas experiências e conhecimentos associados com novas experiências e conhecimentos. Segundo ele, o desenvolvimento econômico,

> "... É uma mudança espontânea e descontínua..., que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. Nossa teoria do desenvolvimento não é nada mais que um modo de tratar esse fenômeno e os processos a ele inderentes (...). O desenvolvimento, no sentido que lhe damos, é definido então pela realização de novas combinações" (SCHUMPETER, 1988:47-48).

No entanto a crítica de Schumpeter à concepção evolucionista não se mostra verdadeira apenas pela sua compreensão de desenvolvimento enquanto produto das descontinuidades, porque desta

forma não se chega à crítica da sociedade que pode se desenvolver ou crescer economicamente, sem contudo estender as benesses desse crescimento à sociedade como um todo, mas somente às classes sociais dominantes. Por outro lado, as descontinuidades são constantes e de forma tal dinâmicas que se mostram como uma tendência linear, principalmente se analisadas apenas sob o prisma de geradoras do desenvolvimento econômico.

No sentido, portanto, do exposto acima, não há um conceito de modernização nos neoclássicos de Walras a Schumpeter, mas uma concepção de técnica e tecnologia.

Essa concepção em Schumpeter é um dos elementos de consubstanciação de sua teoria do desenvolvimento econômico. Para ele, observa-se que "... na vida prática... o elemento técnico deve submeter-se quando colide com o econômico", mas que a técnica é sempre produto de necessidades e conveniências econômicas.

2.4 - SCHULTZ E A CONCEPÇÃO NEOCLÁSSICA DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

No tocante à agricultura, até meados deste século, muito pouco se produziu. A grande referência continuava sendo Ricardo, com a sua contribuição sobre a renda da terra. A preocupação com a agricultura, quando existe, está em função do crescimento industrial, e dos problemas por este colocado. É somente a partir da década de 50 que a agricultura vai se tornar num tema especí-

fico de interesse teórico para os neoclássicos. Uma das análises tidas como mais significativa é a de Theodore W. Schultz, "A Transformação da Agricultura Tradicional". Em Schultz vê-se a crítica ao descaso dos economistas com a agricultura e a condenação de vários dogmas que serviram de análise da mesma. Ele critica dos Fisiocratas a Marx, passando pelas concepções mais atuais:

> "(...) Os economistas que têm estudado o crescimento, com poucas exceções, puseram a agricultura de lado para se concentrarem na Indústria, a despeito do fato de que todos os países têm um setor agrícola o qual, nos países de baixa renda, é geralmente o mais amplo. Enquanto isso, muitos países estão se industrializando em certa extensão. A maior parte deles o faz sem tomar medidas equivalentes para aumentar a produção agrícola. Alguns se industrializam a expensas da agricultura. Constitui uma exceção o país bem sucedido no desenvolvimento do seu setor agrícola de tal maneira que este passe a ser uma fonte real de crescimento econômico" (SCHULTZ, 1965:16).

O trabalho de Schultz tem como objetivo mostrar a lógica existente na base econômica da agricultura tradicional, à medida que nega a compreensão simplista da condenação à agricultura tradicional, como uma agricultura ineficiente. Em sua refutação a essa cencepção simplista, Schults mostra dois estudos de caso que oferecem elementos para a compreensão do processo histórico da agricultura tradicional, assim como para as vantagens da agricultura moderna. Isso é feito a partir das seguintes problematizações:

> "Na determinação das oportunidades existentes na agricultura para o crescimento econômico, será necessário resolver três questões não-solucionadas: 1) Podem as comunidades de baixa renda aumentar substancialmente a produção agrícola por meio de uma eficiente distribuição dos fatores de produção agrícola presentemente à sua disposição? 2) Que fatores de produção agrícola são primariamente responsáveis pelas grandes diferenças existentes entre os países, no sucesso do setor agrícola em contribuir para o crescimento econômico? 3) Sob que

condições compensa investir na agricultura?" (SCHULTZ, 1965:27).

A importância na refutação de Schultz ao dogma da ineficiência da agricultura tradicional, consiste na comprovação do **saber** resultante da observação e experiência acumuladas em séculos e até milênios, e da valorização do esforço e persistência que lhe permite os "fatores de produção". Mas vê-se, também, que na valorização desse saber e dessas limitações impostas pelos fatores de produção, a questão da capacidade da mão-de-obra, que Schultz chama de "capacidade do pessoal agrícola", é para ele fundamental no caso de transformações desse tipo de agricultura. O que se verificava era que as economias estavam em desenvolvimento, em alguns países como maior sucesso no seu crescimento econômico e noutros com a continuidade de fatores que tendiam a se tornar impeditivos, como a questão da agricultura tradicional. Sendo que, a agricultura tradicional era o que mais caracterizava os países subdesenvolvidos.

A preocupação levantada por Schultz é a da importância da agricultura para o crescimento da agricultura para o crescimento econômico, este último entendido como industrialização.

Percebe-se que o propósito principal de Schultz, que se revela no decorrer de sua exposição, é o de apontar as

"oportunidades existentes na agricultura para o crescimento econômico" (SCULTZ, 1965:26).

Para Schultz,

"O crescimento econômico de um país pobre depende predominantemente da disponibilidade e do preço dos fatores agrícolas modernos (não tradicionais). Os fornecedores desses fatores,

num sentido real, detêm a chave de tal crescimento" (SCHULTZ, 1965:149).

Assim sendo, Schultz vislumbrava na modernização da agricultura um possível equilíbrio no crescimento econômico geral de determinado país; e entende por modernização a caracterização da produção agrícola pela utilização de máquinas agrícolas, insumos químicos, incentivos e "capacidade do pessoal agrícola". Este aparece:

> "(...) como uma fonte principal do crescimento econômico proveniente da agricultura (...).
> Como já foi visto, esses fatores modernos são muitas vezes ocultos pelos economistas sob um artifício de exposição, a que chamam de "mudanças tecnológicas". Os fornecedores dos fatores agrícolas modernos são, entre outros, os pesquisadores que trabalham com estações agrícolas experimentais. Sua contribuição a esse respeito é de importância crítica. Os agricultores, em seu papel de consumidores dos novos fatores, aceitam-nos quando são verdadeiramente lucrativos. Mas tipicamente, os agricultores tradicionais não os procuram. No final, muito depende de que os agricultores aprendam a usar efetivamente os fatores agrícolas modernos. Neste ponto, o crescimento rápido e ininterrupto depende grandemente de determinados investimentos no pessoal do campo, relacionados com as novas habilitações e o novo conhecimento que este deve adquirir, para obter sucesso no jogo do crescimento proveniente da agricultura" (SCHULTZ, 1965:179-180).

Sem dúvida o trabalho de Schultz é muito rico e imprescindível para o conhecimento mínimo do pensamento de linha neoclássica, pela sua originalidade e principalmente pela fundamentação teórico-econômica que faz no tocante à rentabilidade do investimento e dos "novos fatores lucrativos" (ou seja, o papel estratégico, significativo e lucrativo dos fornecedores das inovações advindas da Pesquisa e Desenvolvimento).

As questões referentes ao desemprego que a modernização da agricultura provoca e a migração campo-cidade são tocadas, de-

monstrando uma certa preocupação de Schultz, mas de forma superficial(5).

Por que a teoria da transformação da agricultura tradicional de Schultz deve ser analisada com muito cuidado pelos economistas dos países pobres? Porque ao privilegiar os "novos fatores" (a modernização da agricultura), ele não aborda questões características da agricultura tradicional, não porque esta não é modernizada, simples jogo de palavras, mas porque tem como característica principal a herança de uma estrutura agrária concentracionista; o que constitui, como alguns outros aspectos da análise de Schultz, um fator eminentemente político e que coloca em questão o conceito de crescimento ou desenvolvimento econômico.

Alcantara, em La Modernización de la Agricultura Mexicana, coloca de forma muito pertinente à critica a concepção de modernização, que simplifica os dados negativos das contradições sociais aos dados positivos, em índices de crescimento nacional, em **per capita**,

> "(...) El incremento dado a la produtividad agrícola o el aumento de la producción industrial, por ejemplo, no benefician automáticamente a todos. Debe encararse la implicación real de conflito que es inherente a la modernización: la probabilidad de que algunas personas progresen a expensas de otras. Y es preciso reconocer que la modernización puede conducir tanto al "subdesarrollo" o a un "no desarrollo" como al desarrollo, lo que ocasionaría un deterioro realtivo y aun absoluto en el bienestar de grandes masas de población.
> Los cambios de tecnologia en que se sustenta la modernización pueden darse, claro está, teóricamente en um estado de aislamiento, como adaptación local a nuevas necessidades imperiosas. Pero de hecho, la revolución en las comunicaciones que cundió por todo el mundo en el último cuarto de siglo y la expansión de las esferas de influencia económicas y políticas de las naciones industrializadas por las más remotas partes del mundo han hecho obsoleta la innovación técnica gradual endógena. Hoy día, es sumamente probable que las naciones o regiones menos industrializadas importen tecnologías creadas fuera de sus limites y para situaciones sociales muy diferentes de la suya: y es frecuente que paguen por ellas un al-

to precio, no sólo en dinero sino también en organización social" (ALCANTARA, 1978:11).

2.5 - RESUMO E CONCLUSÃO

As principais linhas do pensamento econômico do século XX sofrem influências das teorias marxistas e neoclássicas, em geral e no específico à agricultura. Por sua vez, as elaborações teóricas de Marx e marxistas clássicos sobre a agricultura moderna, assim como a teoria de Schultz são produtos de suas respectivas épocas, que como se pode verificar, até o momento, trazem a marca do progresso e do desenvolvimento econômico.

Em Marx e nos marxistas, as consequências nefastas desse tipo de desenvolvimento - característico do modo-de-produção capitalista - eram historicamente inevitáveis e necessárias à mudança de qualidade de uma situação capitalista para uma socialista - a superação.

Nos neoclássicos é a lógica cartesiana do desenvolvimento, do crescimento econômico, a superação do atraso, do tradicional, o aumento da eficiência e produtividade e consequente solução de um conjunto de escassez de fatores de consumo: bens materiais, alimentos, etc., enfim, satisfação.

Ambos, marxista e neoclássicos, trazem leis gerais de determinação.

No próximo capítulo veremos como essas linhas do pensamento econômico resultam em fenômenos concretos da economia brasileira.

NOTAS

(1) - Dos teóricos clássicos: Smith, Ricardo e Marx, este último foi desprezado pelos economistas que os sucederam, por razões ideológicas óbvias. Os teóricos baseados nos princípios econômicos de Smith e Ricardo, foram denominados de neoclássicos e suas produções teóricas vão tentar preencher as várias lacunas existentes na compreensão e explicação dos fenômenos econômicos. A evidência das diferenças nos processos econômicos dos países, assim como a semelhança de vários fatos econômicos nesses mesmos países, reforçados pela concepção mais geral, em crescente predomínio na sociedade, do entendimento social do racionalismo iluminista e consequentemente da idéia de progresso, originaram várias teorias sobre o desenvolvimento econômico e seus aspectos.

É importante observar que nas teorias neoclássicas não se encontra a preocupação com a origem, e muito menos as contradições da economia capitalista. Os neoclássicos têm o capitalismo como o sistema econômico mais avançado e promissor. Assim sendo, suas análises vão se concentrar nos problemas existentes nas relações econômicas (tidas como justas, uma vez que o problema moral está resolvido, já que não é da competência da economia), nos fatores impeditivos da situação ótima, surge então a teoria do equilíbrio econômico geral, que se constitui na fundamentação da ciência econômica desde fins do século passado.

(2) O termo agricultura pura se refere a especialização que ocorre com o advento da expansão do capitalismo no campo, que resulta numa redivisão do trabalho social, de forma que à agricultura cabe, cada vez mais a produção de produtos alimentícios e matérias-primas.

(3) - Sobre a relação da economia, razão e história foi produzido um artigo pela autora e publicado no Diário da Borborema de 13/12/92, sob o título de "Razão da Economia ou economia da razão?".

(4) - Capitalismo, Socialismo e Democracia; e, História da Análise Econômica.

(5) - Talvez seja porque o nível de instrução dos agricultores norte-americanos lhes permitiu serem aproveitados enquanto mão-de-obra, minimamente, qualificada no setor de prestador de serviços (terciário)

PARTE II:

VISÕES DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL.

CAPÍTULO 3

A VISÃO NEOCLÁSSICA DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

"Não apenas a sua aplicação, mas já a própria técnica é dominação (sobre a natureza e sobre o homem), dominação metódica, científica, calculada e calculadora" (Hebert Marcuse).

3.1 - INTRODUÇÃO

Nesse capítulo procuraremos analisar a contribuição do pensamento neoclássico no Brasil em relação à modernização da agricultura. Para isso organizamos nossa abordagem em dois momentos: o de 1940-1965, e o de 1965 aos dias atuais. Esse procedimento visa perceber os contextos históricos em que são elaboradas as concepções neoclássicas sobre a modernização, e, em especial, como é forjado e a que se propõe o projeto de modernização da agricultura brasileira.

Analisaremos em geral, no que se refere a agricultura, como as grandes linhas do pensamento econômico neoclássico, do pós-guerra aos dias atuais, enfatizado pelo pensamento econômico de Alves e Schuh, vão ser assimilados no Brasil e a sua relação com a produção analítica e propositiva dos neoclássicos brasileiros.

Salientamos, todavia, que na análise do período de 1965

aos dias atuais enfatizaremos o pensamento de Alves e a influência que este sofre do pensamento neoclássico de Schuh; e, a sua contribuição na consolidação de uma linha política institucional no processo de modernização da agricultura brasileira.

3.2 - A "ESCOLA" NEOCLÁSSICA BRASILEIRA

O pensamento neoclássico se caracteriza pela sua fundamentação num conjunto de princípios doutrinários cujas filosofia e teoria econômica têm por característica epistemológica a concepção de progresso econômico, na qual se apresenta muito mais forte que em outras teorias econômicas a influência do positivismo e do social-darwinismo (como visto no capítulo 2).

Os princípios básicos dessa linha de pensamento são a defesa do sistema capitalista, entendido como a mais avançada forma de organização sócio-econômica que pode alcançar uma sociedade; e a concepção liberal da economia, que passa pelas teorias gerais do equilíbrio e do desenvolvimento econômico. Os neoclássicos compreendem o desenvolvimento econômico como o resultado da articulação do capital das forças produtivas (fatores de produção) e investimento(1).

No Brasil o pensamento neoclássico assume algumas características específicas dado a especificidade de sua economia - o subdesenvolvimento. A "Escola" neoclássica apresenta algumas divergências no tocante ao princípio fundamental da liberdade do mercado. Encontraremos economistas mais ou menos defensores desse

princípio e outros, que não negando o geral da doutrina neoclássica, negam a liberdade do mercado dentro das condições específicas de uma economia subdesenvolvida.

Veremos na próxima subseção as duas principais concepções neoclássicas da economia brasileira, no que se refere mais propriamente a questão da agricultura nas propostas de desenvolvimento econômico.

3.2.1 - Influência neoclássica no debate de 1940-65(2):

O pensamento neoclássico foi a principal fundamentação teórica do embate político, acerca do desenvolvimento econômico brasileiro, ocorrido no pós-Segunda Guerra Mundial.

É só a partir de meados dos anos 50 que a teoria neoclássica vai dividir a arena teórico-política com a teoria cepalina (que também tem sua origem no pensamento neoclássico).

A importância do estudo das principais concepções da "escola" neoclássica brasileira reside no fato de suas teorias terem embasado enormente as políticas governamentais implementadas nesse país, do pós-guerra aos dias atuais.

São quatro os principais expoentes da "escola" neoclássica: Eugênio Gudin, Octávio Gouveia de Bulhões, Roberto Campos (estes se apresentam como defensores da liberdade do mercado, embora mantenham diferenças no tocante a intensidade dessa liberdade), e, Roberto Simonsen (que diverge dos anteriores pela defesa do protecionismo e do planejamento econômico).

Veremos nas próximas subseções as concepções de Eugênio Gudin e Roberto Simonsen, no tocante a agricultura.

3.2.2 - Principais aspéctos do pensamento de Eugênio Gudin:

Segundo Abreu (1984) e Bielschowsky (1988), pode-se pesquisar sobre esse período nas fontes primárias: jornais, anais de congresso, e nas publicações de instituições de pesquisas econômicas especializadas. As análises econômicas de Gudin encontram-se em seu livro "*Princípios de Economia Monetária*" e, em artigos periódicos de O JORNAL, CORREIO DA MANHÃ (até 1954) e O GLOBO (de fins de 50 à década de 80).

Pudemos constatar ainda, na leitura dos autores acima mencionados, que Gudin possuía princípios neoclássicos ou neoliberais, posto que defendia o fim do intervencionismo do Estado, e de uma política mais afinada com o grande capital internacional. Quando ministro da Fazenda teve a oportunidade de colocar suas idéias em prática, o que resultou na criação da lei de Instrução nº 113 da SUMOC-Superintendência da Moeda e do Crédito.

Esta lei provocou grande polêmica na arena política brasileira, pois privilegiava sobretudo as empresas estrangeiras do comércio de importação e exportação, uma vez "que autorizava às empresas estrangeiras a importação de capitais sem cobertura cambial" (BIELSCHOWSKY, 1988:76).

Tendo sido, como ele mesmo admitia, um autodidata, Gudin não deixou trabalhos teóricos de maiores significados, afora sua

contribuição para o pensamento neoclássico brasileiro com "*Princípios de Economia Monetária*". Contudo, influenciou toda uma geração de economistas da década de 40 até hoje no tocante à questão da inflação e da atuação ou acompanhamento do Estado frente ao mercado (interno ou externo).

Salienta-se, também, que Gudin manteve estreitas relações com economistas renomados, da FGV - Fundação Getúlio Vargas e IBRE - Instituto Brasileiro de Economia (dos quais foi um dos fundadores). Essas instituições recebiam periodicamente a visita de professores visitantes para ministrar-lhes palestras e cursos que tinham como cerne de discussão a liberação da economia através dos mecanismos de liberação do mercado.

Podemos inferir das informações de Abreu (1984) e Bielschowsky (1988) que Gudin foi fortemente influenciado pelos teóricos economistas norte-americanos (com os quais mantinha contato regular, dado a sua participação nos orgãos da ONU - Organização das Nações Unidas). Vários economistas norte-americanos, em especial, tinham na década de 40 e 50 como objetivo principal, em particular, o estudo das questões referentes ao desenvolvimento ou crescimento econômico dos países subdesenvolvidos.

No tocante à agricultura, é somente em meados desse século que surge uma análise neoclássica mais consistente, consubstanciada na teoria da organização econômica da agricultura (1956) e da transformação da agricultura tradicional (1965) de Theodore W. Schultz (1953). Mas essa análise não é motivo de reflexão para Gudin, posto que a produção analítica econômica do mesmo não apresenta maiores preocupações nesse sentido.

Todavia, devido às transformações que estavam se operando na economia e sociedade brasileira, colocava-se em fins dos anos 50 um acirrado debate acerca da relação da industrialização brasileira e dos problemas apresentados pela agricultura.

Segundo Bielschowsky (1988) a questão da propriedade privada da terra tornou-se um dos principais debates de fins dos anos 50. Só que se apresentava subordinada às necessidades do processo de industrialização, no qual Gudin se pronunciou apenas umas poucas vezes:

> "Seu argumento básico era que a redistribuição da propriedade seria uma medida praticamente inútil e que os projetos que a visavam desconsideravam que a pobreza da vida rural é consequência da baixa produtividade, a qual se deve à insuficiencia de quatro elementos: saúde, alfabetização, técnica agrícola e crédito. A propriedade da terra seria, conforme o autor, apenas o quinto elemento, para o qual não havia necessidade de quaisquer medidas legislativas" (BIELSCHOWSKY, 1988:85).

Segundo Gudin a solução para a questão da pobreza rural "seria um esforço de elevação da produtividade, através das medidas mencionadas" (Bielschowsky, 1988:86) acima: saúde, alfabetização, ***técnica agrícola*** e ***crédito*** (grifo nosso).

Pelo estudado sobre o pensamento de Gudin e principalmente sobre a pouca referência deste à agricultura, que quando o faz, o faz num sentido tão geral como o exposto acima, entendemos que a influência de Gudin, no tocante à agricultura, no pensamento neoclássico brasileiro, é, todavia, fundamental pela importância que este atribui às questões técnicas que envolveriam quaisquer transformações que porventura se efetuasse na agricultura brasileira.

O interessante a destacar, nesse entendimento de Gudin

sobre as questões relacionadas à agricultura brasileira, é a influência dessa concepção da **técnica** na construção do pensamento político-econômico neoclássico dominante. Onde a sobrevalorização do fator **técnica** é uma das características principais da análise neoclássica sobre a modernização da agricultura.

Gudin, ao afirmar que os fatores saúde, alfabetização, técnica agrícola e crédito eram os elementos principais para a resolução dos problemas sócio-econômicos da agricultura, está despolitizando a questão principal dos problemas da agricultura, que residia, já nos anos 50, na forma como estava estruturada a propriedade privada da terra no Brasil.

Sem dúvida, saúde, alfabetização, técnica agrícola e crédito são imprescindíveis ao desenvolvimento da agricultura, mas no tocante a resolução da questão social adiciona-se o fator **terra disponível**, seja em propriedade privada ou coletiva, cooperativada ou sindicalizada, mas disponibilidade de terra para a produção que atenda a demanda dos pequenos produtores e trabalhadores rurais sem terra.

Outra questão importante a ser analisada é a concepção técnica, conforme esta se apresenta nas fundamentações das análises sócio-econômicas e políticas. Os neoclássicos entendem por técnica, meios e mecanismos de aperfeiçoamento de determinado objeto. A técnica estaria, assim, sujeita às determinações do *fazer* humano. Uma vez incorporada seria mais um elemento das forças produtivas, dos mecanismos de produção. Tornando-se, assim, objeto do fazer, do **agir** e da **racionalidade** humana.

Todavia, a técnica revela na sua feitura, na sua prati-

cabilidade, nos seus objetivos e nas suas consequências uma visão de mundo.

> "O *a priori* tecnológico é um *a priori* político na medida em que a transformação da natureza envolve a do homem na medida em que as 'criações feitas pelo homem' surgem de um ***ensemble*** societal e nele reingressam. É possível insistir ainda que a maquinaria do universo tecnológico, 'como tal', é indiferente a fins políticos - pode revolucionar ou retardar uma sociedade. Um computador eletrônico pode servir igualmente a uma administração capitalista ou a uma socialista; um cíclotron pode ser um instrumento tão eficiente para um partido belicista como para um partido pacifista [...] Contudo, tornando-se a forma universal de produção material, a técnica circunscreve toda uma cultura; ela projeta uma totalidade histórica - um 'mundo'" (MARCUSE(3), citado por HABERMAS, 1980:319).

Assim sendo, a contribuição de Gudin ao pensamento econômico brasileiro, no que se refere à agricultura, se constitui no entendimento desta como um setor secundário da economia, o qual deveria ser subordinado ao desenvolvimento industrial.

No tocante aos problemas existentes na agricultura, Gudin propunha que fosse implantada uma política que viabilizasse a superação desses problemas através de uma política de incentivos creditícios e inovações tecnológicas, que dispensassem a possibilidade de mudanças estruturais radicais.

3.2.3 - Principais aspéctos do pensamento de Roberto Simonsen:

Roberto Simonsen se destaca no cenário político brasileiro como um empresário progressista, bem sucedido, organizador da classe empresarial, e, defensor da concepção de industrialização da economia brasileira sob a proteção do Estado.

A base teórica do pensamento de Simonsen é neoclássica, embora no tocante a interpretação da realidade brasileira e o seu papel na divisão internacional do trabalho, Simonsen compreendia que a economia deveria sofrer a intervenção do Estado, no sentido de protegê-la e planificá-la.

A não aceitação, portanto, do princípio da absoluta liberdade do mercado para as economias subdesenvolvidas, não faz de Simonsen um opositor ao pensamento neoclássico, mas um pensador das especificidades econômicas do subdesenvolvimento brasileiro.

No tocante à agricultura, Roberto Simonsen defendia a implantação de uma política governamental planificada que abrangeria "*a criação de moderna agricultura de alimentação e a promoção dos meios apropriados à intensificação da nossa produção agrícola em geral*" (BIELSCHOWSKY, 1988:102), ao mesmo tempo em que se filiava às interpretações de Manoilescu sobre desenvolvimento econômico, planificação e protecionismo:

> "... a idéia de que a produtividade é superior na indústria porque o progresso técnico é um processo primordialmente industrial" (BIELSCHOWSKY, 1988:104).

Fica claro que Simonsen não negava a importância da agricultura, mas a via sob a relação funcional de atendimento às necessidades da industrialização, onde deveriam ser superados as deficiências com a demanda por alimentos, o barateamento dos preços alimentícios, os quais resultariam em aumento real dos salários e o fornecimento de matérias-primas para a indústria. Por esses motivos, fazia-se necessário que se modernizasse a agricultura, via inovação tecnológica, para o aumento de sua produtividade.

Mais uma vez percebe-se a atração que exerce o elemento técnico sobre as análises macroestruturais de origem neoclássica. Não se vislumbra em nenhum momento o aspecto político e social dos problemas agrários resultantes da estrutura fundiária. Evita-se a análise de tais problemas sob o ângulo da reestruturação da propriedade privada da terra. Em seu lugar aparece o elemento técnico, com ares de elemento a-político.

A título de exemplo vejamos a mesma questão, sob a interpretação de Roberto Campos:

> "No caso brasileiro, para ser específico, parece claro que o desenvolvimento econômico deve ser associado a uma industrialização intensiva, não só pelo alto coeficiente de crescimento demográfico (que eventualmente criará uma absorção mais rápida da mão-de-obra deslocada da agricultura), como também pelas potencialidades de um amplo mercado interno; e ainda por uma estrutura de recursos minerais conducente à industrialização e apenas amenizada por deficiências energéticas francamente superáveis" (CAMPOS(4), citado por BIELSCHOWSKY, 1988:129).

A importância desses dados para a nossa compreensão é a de perceber alguns dos elementos constituidores ou influenciadores das questões teóricas a respeito da modernização da agricultura, que vão tomar corpo no Brasil a partir dos anos 60.

E, nesse sentido, entendemos que foi decisivo o trânsito que o prof. Eugênio Gudin e o próprio Simonsen possuíam dentre os órgãos institucionais brasileiros e estrangeiros, a sua ligação com teóricos neoclássicos, ou, como chama Bielschowsky (1988), neoliberais, assim como a sua preocupação em formular bases teórico-políticas para as políticas econômicas governamentais, em períodos mais recentes de nossa história, em particular para as políticas agrícolas no bojo da "teoria da modernização da agri-

cultura".

Atente-se que o termo "moderno" quando utilizado por esses intelectuais, engajados no embate e na formulação de políticas governamentais, se refere a utilização de tecnologias e inovações nas técnicas de produção agrícola. Eles descartam como economicamente inviável ou pouco eficiente, as transformações que por ventura pudessem se realizar em termos de reestruturação fundiária.

A passagem da concepção liberal de Estado e economia ao nível dos países desenvolvidos para a concepção neo-liberal dos teóricos e/ou ideológicos dos países subdesenvolvidos comporta, pelas exigência das especificidades de seus processos econômicos, mudanças substanciais, mas não negações da doutrina liberal.

Essas mudanças substanciais no Brasil podem se verificar nos trabalhos teórico-analíticos dos pensadores neoclássicos, tais como: Gudin, Bulhões, Campos e Simonsen. Mantendo, é claro, suas divergências, esses intelectuais economistas, com maior ou menor afinco, defenderam a participação do Estado na economia, fosse para gerenciá-la, fosse para intervir ou agir, ou seja: ser o próprio agente do processo.

As questões advindas do processo de expansão capitalista não eram questionadas na sua essência desigual(5).

A resoluçao desses problemas poderiam ser através de uma tênue intervenção do Estado; somente nos períodos de crise, segundo Gudin; ou, através da intervenção mais acirrada para desencadear ou implantar algum processo, - leia-se industrialização -, segundo Simonsen.

Todos esses ilustres intelectuais brasileiros, contudo, concordavam que no tocante à agricultura as propostas de transformação numa estrutura de propriedade da terra eram dispensáveis, desnecessárias. Que, portanto, a superação de seu atraso, este medido pela sua baixa competividade ao nível do mercado externo e a sua ineficência quanto ao abastecimento alimentar, tinham como única resposta: a **modernização tecnológica**, mecanização ou aumento do capital orgânico; utilização de insumos industriais (defensivos, fertilizantes, adubos; sementes melhoradas, etc). Essa visão da modernização da agricultura é sinônima de produtividade, ou seja, necessitava-se urgentemente de produtividade, e esta só seria possível através da modernização tecnológica.

O que pudemos perceber é que:

1. Indubitavelmente o pensamento econômico, que se forja no Brasil no período de 1940-65 está baseado nas correntes ortodoxas e heterodoxas de fundamentação neoclássica;

2. esta produção teórica é , por sua vez, muito mais política que teórica, devido ao fato de ter sido produzida fora da academia e dentro dos gabinetes públicos ou de empresas privadas;

3. esse pensamento faz parte da ideologia do desenvolvimentismo, esta tinha como 'modelo' de desenvolvimento econômico a via da industrialização;

4. a ação principal de desenvolver a economia brasileira ficou a cargo do Estado, através de seus projetos desenvolvimentistas; e,

5. a agricultura e, portanto, todos os aspectos que a envolviam ficaram secundarizados, na escala de prioridades das

políticas governamentais desenvolvimentistas, assim como no debate político e nas construções teóricas em torno do desenvolvimentismo, embora existissem uma concepção de desenvolvimento agrícola.

Sobre o desenvolvimentismo existem inúmeros trabalhos, mas para o melhor esclarecimento do que pretendemos expor nesse capítulo faz-se oportuno colocar, mesmo que resumidamente, o nosso entendimento.

Em termo gerais, concordamos com o conceito de desenvolvimentismo, da forma que é trabalhado por Bielschowsky (1988), a seguir,

> "(...) entendemos por desenvolvimentismo ... a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através de espontaneidade das forças de mercado, e por isto, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada for insuficiente" (BIELSCHOWSKY, 1988:8).

Parece-nos que os defensores do desenvolvimentismo tinham a agricultura como um dado na economia brasileira, apontavam suas limitações e a colocavam como coadjuvante da industrialização. Para isso se fundamentaram no pensamento neoclássico brasileiro, que, por sua vez, se forjou sobre as bases teóricas dos neoclássicos norte-americanos Schultz e Schuh.

3.3 - A INFLUENCIA DO PENSAMENTO DE SCHUH SOBRE A AGRICULTURA

George Edward Schuh, professor de Economia rural da Universidade de Purdue, Indiana, EUA, esteve no Brasil através de convênio cultural firmado entre o MEC- Ministério da Educação e Cultura e a USAID-Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional(6).

O professor Schuh, em sua estada no Brasil, escreveu vários textos, promoveu inúmeras conferências e cursos e teve acesso, portanto, às polêmicas sobre a agricultura então travadas. Schuh se tornou, desta maneira, um brasilianista que exerceu importante influência sobre o pensamento neoclássico brasileiro e consequentemente sobre o projeto de modernização da agricultura.

O seu pensamento se fundamentava em termos da teoria econômica geral em Schumpeter e Lewis, e, em termos de teoria agrícola, em Schultz. Este último foi, sem dúvida, um dos pioneiros em teoria agrícola neoclássica.

Schuh parte dos seguintes pressupostos: primeiro, que a agricultura pode trazer importantes contribuições "para o desenvolvimento econômico de uma região ou país"; segundo, que para isso "são necessários ... investimentos em pesquisa e educação" (Schuh, 1965:1).

Schuh (1965:2) analisa a agricultura brasileira em dois momentos. O primeiro seria o período anterior a década de 60, onde se deu uma secundarização política e econômica da agricultura em detrimento do desenvolvimento industrial. O segundo momento seria a partir da década de 60, quando a agricultura teria ganhado uma maior importância no cenário político desenvolvimentista

devido ao problema da deficiência da oferta alimentar. Schuh chama a atenção para a contribuição que a agricultura poderia dar ao processo de industrialização.

Segundo Schuh, "as razões da mudança de ênfase" no papel da agricultura para o desenvolvimento econômico estava: 1) no "aumento rápido da população, mormente declínio das taxas de mortalidade"; 2) na "inquietação no meio urbano" devido a alta dos preços internos dos alimentos; 3) no "alargamento da diferença nas trocas exteriores"; 4) no "malôgro em obter taxa sustentável de desenvolvimento econômico através de programas concentrados na industrialização e negligentes quanto ao setor agrícola" (SCHUH, 1965:2).

A mudança de ênfase no papel da agricultura colocava então, segundo Schuh, a necessidade de seu desenvolvimento de forma a responder às exigências funcionais do crescimento econômico geral, entendido como desenvolvimento industrial. Nesse novo papel, a agricultura poderia contribuir para o desenvolvimento econômico através do aumento de sua produção:

> "1) para a liberação de trabalho para o setor não agrícola; 2) como fonte de economias ou formação de capital para a economia total; 3) proporcionando maiores rendas reais através de alimentos por preços mais baixos para todos os membros da sociedade; provendo um mercado para produtos obtidos no setor não agrícola; 5) como fonte de receitas cambiais" (SCHUH, 1965:3).

A funcionalidade da agricultura se constituiria, desta forma: 1) como fornecedora de mão-de-obra para o setor não agrícola (pressupunha-se que os setores não agrícolas absorveriam essa mão-de-obra, a exemplo do que ocorrera nos EUA); 2) como setor de acumulação do capital; 3) como setor de viabilização da eleva-

ção do salário real; 4) como setor dinamizador do mercado interno; e, 5) como setor arrecadador de divisas.

A agricultura, segundo Schuh (1965:7-8), cumpriria a sua função dentro do desenvolvimento econômico brasileiro através do aumento da produtividade da terra e do trabalho (pressupostos de Schultz), economizando mão-de-obra (tida como recurso escasso para Schuh).

O "aumento da produtividade da terra e do trabalho tem resultado da melhoria na qualidade do agente humano e de níveis mais altos de tecnologia" (SCHUH, 1965:8)

Infere-se daí que a solução encontrada para os problemas agrícolas seria a modernização da agricultura (entendida como inovação tecnológica ou, ainda, a "industrialização" da agricultura).

Observa-se nos trabalhos de Schuh a tendência a se incorporar o discurso de modernização como tecnificação e industrialização. Esse discurso coincide com a resposta técnico-política que seria dada através da modernização, aos problemas sócio-políticos da agricultura.

Para Schuh,

> "O aumento da produção é explicado mormente pelo nível mais alto de habilidade da força de trabalho agrícola, como resultado de programas de educação e extensão e, um fluxo considerável de nova tecnologia criada pelos "Land Grant Colleges" e indústrias privadas" (SCHUH, 1965:8).

Percebe-se na afirmação acima notável influência de Schultz, sobre Schuh, no tocante a qualificação da mão-de-obra, ou seja no investimento em recursos humanos, ou ainda no capital humano, e consequentemente em extensão, pesquisa e desenvolvimen

to.

Para tornar a agricultura produtiva, segundo Schuh, era preciso investir nos escassos recursos de desenvolvimento agrícola: em estações experimentais de primeira-classe; em agente humano; e, na provisão de serviços de extensão adequados.

Assim sendo,

> "A agricultura, após anos sendo negligenciada pelos responsáveis por políticos e por economistas de desenvolvimento, recuperou a respeitabilidade como parte contribuinte de uma economia em crescimento. O desafio é para usar os bastante(s) limitados recursos de desenvolvimento, tanto físicos quanto humanos, de modo a aumentar a contribuição do setor agrícola. As poucas evidências empíricas disponíveis sugerem que promete ser alto o retorno aos investimentos feitos na criação de nova tecnologia e na educação da população" (SCHUH, 1965: 16).

É a partir, portanto, da contribuição de Schuh para a análise neoclássica da organização econômica da agricultura brasileira que vai surgir a produção teórica específicamente voltada para a agricultura. São vários, no Brasil, os estudiosos influenciados por Schuh. Destaca-se como um dos grandes expoentes da economia agrícola neoclássica o economista professor e pesquisador, Eliseu Roberto de Andrade Alves (75).

É também a partir de Schuh que se clareiam os nortes da política econômica de modernização da agricultura brasileira, a qual veremos na próxima seção.

3.4 - A INFLUÊNCIA NEOCLÁSSICA NO DEBATE SOBRE A AGRICULTURA BRASILEIRA DE 1965 AOS DIAS ATUAIS

Ao mesmo tempo em que se desenvolve no Brasil o pensamento neoclássico, desenvolve-se também um processo político-econômico de industrialização da economia brasileira, que resultaria, em termos econômicos, na substituição de importações, e, em termos políticos, na criação de uma ideologia justificadora desse tipo de desenvolvimento - o desenvolvimentismo.

As bases desse processo, tanto ao nível teórico, quanto ao nível econômico, vão se constitutindo no decorrer dos anos pós-Segunda Guerra Mundial. De forma que, findos os anos 60, vê-se delineada, no que tange a agricultura, mais que uma política agrícola, um projeto de modernização da agricultura, que tinha como objetivo principal transformar as suas bases técnicas de produção.

Veremos na próxima subseção como se contrói historicamente o projeto de modernização da agricultura brasileira e na seção seguinte a relação do pensamento de Schuh e Eliseu Alves na fundamentação teórica e política dessa modernização.

3.4.1 - O projeto (vencedor) da modernização da agricultura:

Um dos grandes acontecimentos do pós-Segunda Guerra(8) é a iniciação do processo de transnacionalização da economia. O capital transnacional encontrou nos países subdesenvolvidos, nesse-

período, o ambiente propício à realização de seus interesses, uma economia primário-exportadora, um frágil setor industrial e um ambiente de enorme instabilidade política.

É no bojo desse processo que são criados o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional - FMI(9), como fortes contribuidores e instrumentos de viabilização dos interesses transnacionalizantes das grandes empresas monopolistas transnacionais, em especial as dos EUA.

No estudo sobre o Banco Mundial observamos que as suas prioridades estão intimamente relacionadas com os vários interesses dos grandes monopólios empresariais, os quais se fazem representar nos cargos executivos dessa instituição. Esses interesses interferem, sem duvida, nas políticas governamentais dos países subdesenvolvidos. Veja-se, no exemplo do Brasil, a atuação das comissões de estudo da economia brasileira no pós-Segunda Guerra Mundial: a) a Missão Cooke, em 1942; b) a Missão Abbink, em 1948; c) a CMBEU - Comissão Mista Brasil Estados Unidos, de 1951 a 1953.

Esse último grupo de trabalho deixou várias sugestões para a condução da economia, dentre elas: o "estímulo à presença do capital privado nacional e estrangeiro, com a devida regulamentação do Estado"; e, a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE.

Essas comissões de estudos influenciaram sobremaneira na concepção e prática político-econômica dos governos,

> "Na verdade, as experiências de planejamento e as ações de governo, desenvolvidas a partir de 1945-46, sempre concederam ênfase aos setores de energia, de transportes, ***da agricultura e da industrialização***. No campo da energia, a ênfase sempre foi maior e os recursos destinados ao setor sempre atingiram-

somas expressivas, colocando-o como o principal setor das inversões do setor público. O objetivo principal dos planos era o desenvolvimento econômico. Em sua abordagem mais geral, pode-se dizer que a linha de raciocínio de maior presença era de que o desenvolvimento seria alcançado basicamente através da industrialização. Desta forma, os problemas do desenvolvimento eram identificados com os problemas da indústria, e estes, em especial, com os de infra-estrutura, de energia e transportes. O setor agrícola não entrava nos planos de governo senão para compor um quadro e completar a análise clássica da economia sob o ângulo dos setores primário, secundário e terciário" (IBASE, 1988:74).

No Brasil, o Banco Mundial atua desde 1949 quando do primeiro empréstimo feito ao Estado. O Brasil tem sido um dos principais credores deste banco.

Inegavelmente, o Banco Mundial teve significativa participação no processo de industrialização da economia brasileira, e, consequentemente, na modernização de sua agricultura.

Por outro lado, falar da modernização da agricultura brasileira é também falar do processo de transnacionalização de sua economia.

Coincidentemente as inversões de recursos, na agricultura, provenientes dos empréstimos feitos pelo Banco Mundial, só se darão em fins da década de 60, mais precisamente em 1968.

Essas inversões de recursos, por sua vez, coincidem com o início do funcionamento do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR em 1967, criado em 1965.

O SNCR funcionou basicamente para a concessão de emprestimos bancários que visavam a compra de equipamentos agroindústriais e principalmente insumos agrícolas.

Por sua vez a utilização de insumos e equipamentos agroindustriais aceleravam o processo de modernização em curso. Chegando mesmo, segundo Delgado (1985), a modificar as bases téc-

nicas da produção agrícola no país.

Mas, antes mesmo da criação do SNCR, haviam sido criados vários outros orgãos ou mecanismos estatais que tiveram o papel de apoiar a modernização da agricultura, através do crédito e/ou assessoria técnica, por meio de pesquisas, ou mesmo da formação educacional secundária e universitária, assim como através de ministérios e secretarias governamentais.

Schuh & Alves (1971) trazem fartas informações acerca das instituições creditícias (surgidas até 1965), de desenvolvimento, educacionais e de pesquisa, que estavam direcionadas para a questão agrícola.

Sabemos que tradicionalmente são o ministério e as secretarias da agricultura os interlocutores do Estado com os produtores agrícolas, mas nesse período do desenvolvimento foram criados inúmeros orgãos estatais que visavam o planejamento do desenvolvimento econômico da agricultura, como por exemplo: Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia - SPVEA; Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste - SPVF; Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; dentre outros.

Esses orgãos distribuíam setorialmente seus recursos recebidos do tesouro nacional, nos seguinte ítens:

> "1. Infra-estrutura: energia, transporte, saneamento básico; 2. Recursos Naturais; 3. Recursos Humanos; 4. Agricultura, abastecimento; 5. Pesca; 6. Colonização; 7. Indústria; 8. Mineração (na Amazonia)" (SCHUH & ALVES, 1971:221-48).

Esses recursos eram obtidos em sua grande maioria através de empréstimos.

"O orçamento para a agricultura no nível federal, tem sido proporcionado através de várias agências. Uma pequena parte dos recursos vem do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e uma apreciável soma tem vindo de fontes estrangeiras" (Schuh & Alves, 1971:240).

Houve, contudo, do início das políticas de conceção de crédito até a consolidação do SNCR, uma série de experiências adquiridas nos resultados da distribuição desses recursos.

O que se percebe em Schuh & Alves (1971) é que os créditos rurais não eram distribuídos de forma racional, mas visando outros interesses que se colocavam como obstáculo ao crescimento econômico da agricultura como um todo. Pode-se perceber isso pela seguinte sugestão dos autores,

"Duas importantes modificações deviam ser feitas na política de crédito agrícola. A primeira, é para restabelecer o preço do crédito rural como um fator, na sua distribuição. Dada a atual taxa de inflação e os baixos limites de taxas de juros, a maior parte do crédito oficial é distribuído por razões outras que não as consideradas econômicas. O uso mais eficiente destes recursos não será conseguido até que seja dado um papel preponderante ao preço, e até que este reflita mais adequadamente as condições do mercado de capital" (SCHUH & ALVES, 1971:352).

O SNCR foi o instrumento da política governamental de desenvolvimento da agricultura que veio atender algumas das críticas e sugestões que Schuh & Alves (1971) fazem para o setor agrícola no período de 1950-65, no livro (resultado de uma pesquisa encomendada pela Fundação Ford), "O Desenvolvimento da Agricultura no Brasil".

Contudo, ao analisarmos os resultados do SNCR, de sua criação até meados da década de 80, poderemos observar que este cumpriu o seu papel, e que contribuiu para que houvesse um mais

eficiente desenvolvimento agrícola, através de seus incentivos para a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos, e para a manutenção da tendência da concentração fundiária, verificada historicamente na agricultura brasileira. Não obstante ter imposto à agricultura brasileira um determinado padrão de modernização tecnológica.

Delgado, chama a atenção para,

> "Algumas implicações mais evidentes do processo de mecanização sobressaem claras - o desemprego rural e a concomitante intensificação de fluxos migratórios. Menos evidente mas não menos verdadeiro é a implicação de que o subsídio à compra de equipamentos e insumos "modernos" introduz graus variados de dependência tecnológica e de recursos externos. Ademais, a hegemonia da empresa industrial multinacional no processo de transferência de tecnologia interrompe ou descaracteriza o "feed-back" de informações deste e introduz uma outra tendenciosidade na adoção de tecnologia, qual seja a inibição da recriação tecnológica pelo próprio empresariado rural. Essa característica torna-se tanto mais presente quanto maiores forem os incentivos financeiros a promover o progressso técnico pela simples incorporação de equipamentos acabados, os quais pressupõem uma rotina de utilização pelo empresário agrícola mas não a acumulação de novo conhecimento e informação" (Delgado, 1979:118).

O SNCR beneficiou sobremaneira os grandes e médios empresários agrícolas.

> "Os 'pequenos produtores' caem de uma participação de 34,3% no valor do crédito concedido em 1966 para 11,38% em 1976. No mesmo período os grandes produtores que em 1966 absorviam 20,27% do crédito rural elevaram sua participação sistematicamente atingindo a faixa do 53,5% em 1976, não obstante representarem apenas 3,3% do número de contratos. Observe-se ainda que os médios produtores caíram também em sua participação relativa entre 1966 a 1976" (Delgado, 1979:119).

O SNCR, portanto, contribui sensivelmente para a consolidação do padrão tecnológico da agricultura e para o aumento da tendência fundiária concentracionista.

Nas leituras realizadas sobre o período do pós-Segunda Guerra Mundial até a década de 60 nota-se que não está explicitado um projeto de modernização para a agricultura nem de forma inacabada nem muito menos de forma acabada.

Por outro lado, também se percebe nas entrelinhas das análises sobre o desenvolvimentismo no Brasil, um espaço importante a ser ocupado pela agricultura.

Então, do pouco que se escreveu sobre a agricultura do pós-Segunda Guerra Mundial até a década de 60, embora estivessem em contínua discussão os problemas e consequentemente as propostas que se apresentavam para a sua resolução, percebe-se que havia uma concepção consensual, de qual seria o papel que a agricultura deveria e poderia desempenhar na industrialização do Brasil.

Entendemos que são das propostas consensuais de teor neoclássico, portanto, que se constrói ao longo de quase três décadas o "projeto (vencedor) da modernização da agricultura brasileira", que pretendemos analisar mais adiante.

Chamamos acima de projeto vencedor, por entender que existiam outras propostas de modernização da agricultura. Uma delas era a da linha do pensamento socialista, encabeçada pelo PCB que propugnava por uma transformação da agricultura pré-capitalista para uma agricultura moderna, através da reforma agrária, que por sua vez transformasse a estrutura da propriedade da terra, no campo. E essa proposta foi derrotada. Venceu a proposta de transformação da agricultura tradicional para uma moderna sem, contudo, mexer na tradição da estrutura fundiária.

Mas estejamos atentos quanto à utilização do termo "agricultura moderna" ou "modernização da agricultura", pois a utilização desses dois conceitos sem uma análise crítica prévia pode nos levar a não perceber a essência contraditória da modernização.

Nesse sentido, a simples adoção da concepção de modernização da agricultura deve nos fazer pensar em outras alternativas, ou pelo menos questionar se o "tipo" ou o "modelo" de modernização que se propunha era adequado às nossas condições econômicas, históricas e, até mesmo, geográficas.

Essa questão nos faz lembrar dos dois primeiros capítulos, onde vimos como as idéias, concepções e teorias de um determinado período histórico tem a ver com esse dado momento.

Assim sendo, a concepção de modernização da agricultura no pós-Segunda Guerra Mundial no Brasil, como em vários outros países, faz parte de um compreensão maior de mundo que está relacionada com a concepção de progresso; a crença histórica existente e consensual em todas as correntes econômicas de que o progresso era inevitável, e de que o crescimento econômico passava, via de regra, pelo desenvolvimento tecnológico ou progresso técnico, a que denominaram de modernização.

Quando, portanto, nos referirmos ao conceito de modernização nos neoclássicos, estaremos trabalhando o entendimento de desenvolvimento ou progresso técnico, em geral.

Discordamos desse conceito, porque ele tende a generalizar o processo histórico da modernização, destituindo-o, assim, de sua historicidade.

Feitos esses esclarecimentos, passemos a análise de outra questão inclusa na compreensão da modernização da agricultura brasileira.

O "projeto de modernização da agricultura brasileira", o qual faz parte de um projeto global de modernização do país, conhecido como o "nacional-desenvolvimentismo".

O nacional-desenvolvimentismo foi o projeto de industrialização da economia brasileira que, durante o seu processo de constituição enquanto projeto e idéia "nacional", comportou uma batalha em torno do "modelo" de industrialização e principalmente de como se desenrolaria o processo, uma vez que estavam em jogo divergentes interesses de facções das classes dirigentes e das classes dominadas.

A idéia do desenvolvimentismo, ou da existência de um conjunto de fatores econômicos, físicos, estruturais, sociais e históricos para a industrialização da economia brasileira e, consequentemente, de seu desenvolvimento fazia parte não só dos programas da "direita" como também dos da "esquerda" político-partidária do país.

É dessa forma, ao nosso ver, que a idéia de modernização se torna praticamente uma só para todos os segmentos políticos e de classes sociais no Brasil.

A grande polêmica de fins da década de 50 não ocorre em torno de que tipo de modernização, ou muito menos da necessidade ou não de modernização, mas da modernização da agricultura com ou sem reforma agrária, perdendo esta última alternativa.

Tem-se, então, em fins da década de 50, já instaladas ou em vias de instalação uma série de condições infra-estruturas

necessárias à modernização da agricultura. Essa infra-estrutura foi sendo montada enquanto as facções de classes sociais se digladiavam em torno do "modelo" de modernização. Fazia-se prevalecer o projeto hegemônico, de fundamentação neoclássica.

3.5 - A "TEORIA DA MODERNIZAÇAO DA AGRICULTURA" BRASILEIRA

O prof. Robério F. dos Santos (1986), define como "teoria da modernização da agricultura"o conjunto dos modelos de 'conservação'; 'do impacto urbano-industrial'; de 'difusão'; de 'insumos modernos'; de 'inovação induzida'; de 'De Janvry'; a 'formulação de Pastore, Dias e Castro'; 'mecanismos de auto-controle', de Ruy Miller Paiva.

Para Santos (1986) esses modelos sofrem direta ou indiretamente influência da "Teoria do Desenvolvimento Agrícola" de Theodore Schultz, seja pelas concepções expostas em "A transformação da Agricultura Tradicional" (1965), seja pela "A Organizaçao Econômica da Agricultura" (1956). No fundamental esses modelos apontam para uma transformação modernizadora da agricultura com a introdução de máquinas e equipamentos agrícolas e a adoção do uso de insumos químicos.

3.5.1 - Modernização de "modelo" tecnológico, a concepção neoclássica de modernização:

A modernização tecnológica é tida, pelos neoclássicos, como a mais importante transformação a ocorrer numa agricultura tradicional.

Schultz (1965) mostra que a agricultura tradicional é eficiente dentro de sua limitações, ou seja, dentro da escassez de recursos com que trabalha, produz o suficiente para a reprodução do pequeno agricultor. Só que, no que se refere ao desenvolvimento econômico,

> "... quando os agricultores se limitam aos fatores tradicionais de produção, atingem um ponto além do qual pouco ou nenhuma contribuição podem fazer para o crescimento econômico, por haver ineficiências significativas na distribuição de fatôres, cuja remoção aumentaria a produção corrente, e porque o investimento feito para aumentar o estoque de fatores tradicionais seria uma fonte onerosa de crescimento econômico" (SCHULTZ, 1965:35).

Nesse sentido, a agricultura brasileira foi eficiente para o que tradicionalmente se propôs, exportadora de produtos tropicais à base da monocultura para a exportação. Os recursos, portanto, que dispunha eram abundantes: terra e trabalho, o tipo de tratamento da terra e as técnicas de produção eram tradicionais no sentido de que foram resultados de longa experiência.

O tipo de agricultura extensiva só foi possível dado a abundância do recurso terra. E, no tocante ao seu papel para o global da economia brasileira, teve a agricultura historicamente grande significado.

A agricultura foi, minimamente, a supridora ou fornece-

dora de alimentos para o pequeno mercado interno. Porém, o mais importante papel da agricultura foi no entender dos estudiosos da questão agrária, o seu papel enquanto um setor de produção e acumulaçao de capital, e como o principal setor de geração de divisas, além de empregadora e fornecedora de mão-de-obra.

O período a que nos referimos é um momento muito importante do crescimento populacional, das cidades e dos centros urbanos mais importantes do país. E devido a esse crescimento surgiram vários problemas de infra-estrutura, entre eles o essencial, o abastecimento de alimentos.

A agricultura então, por causa de sua característica históricas de exportadora de produtos de monocultura vê-se, a partir de então com a responsabilidade de prover o mercado interno de alimentos, em especial da cesta básica (feijão, arroz, milho, carne, etc) e, contava então com um grande obstáculo, a sua propria tradição monocultora, e da parte dos pequenos produtores de alimentos de subsistência pouco incentivo para o aumento da produtividade.

Por outro lado, a se manter o nível de incentivos que o Estado destinava a agricultura de produtos de exportação, através de uma forte política protecionista, através de subsídios e da manipulação do câmbio, sem que esta participasse de forma mais incisiva na contribuição para o crescimento ou desenvolvimento econômico do pais, a agricultura poderia se tornar num estorvo para o processo de industrialização. Um "obstáculo" para a industrialização.

A saída era transformar essa agricultura de tradicional em moderna, competitiva, com elevados índices de produtividade.

Proporcionar ao setor agrícola as condições para a sua inovação tecnológica, e consequentemente aumentar a sua produtividade.

A concepção tecnológica da inteligência que subsidiava teoricamente os planos estatais estava totalmente ligada à linha de pensamento neoclássica, que por sua vez possuía uma concepção positiva da economia e do Estado.

Isso significa que, no tocante à economia, o seu processo estava ligada ao seu desenvolvimento ou progresso tecnológico. No que se refere ao Estado, ele é o gerenciador desses problemas e questões econômicas.

O debate político sobre os problemas da agricultura travaram-se durante toda a década de 50 e inícios de 60, sendo mais intensos em fins dos anos 50. Para isso contribuíram as lutas sociais ocorridas no campo, a organização dos trabalhadores através das ligas camponesas a partir de 1956, e as consequências do rápido e, não planejado, crescimento dos centros urbanos, e de forma geral o aumento populacional.

3.6 - A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA CONCEPÇÃO DE ELISEU ALVES

A partir da década de 70, mais precisamente com a criação da EMBRAPA - Empresa Brasileira da Pesquisa Agropecuária, em 1973, desponta na literatura econômica agrícola os escritos do prof. Eliseu Alves. Esses escritos têm o propósito de analisar as

condições das principais culturas agrícolas e ramos pecuários que juntamente com a pesquisa contribuíram para proporcionar um grau e um rítimo à modernização da agricultura. Sem dúvida, a EMBRAPA desempenhou e continua desempenhando papel imprescidível nesse processo.

Eliseu Alves apresentava-se como um dos mais importantes ideólogos do processo e, principalmente, do "modelo" de modernização da agricultura adotado no Brasil.

Favoráveis às suas idéias estão as condições políticas e econômicas, desse período. Estávamos nos primeiros anos da década de 70, vivendo os mais difíceis anos da ditadura militar que se instalou em 31 de março de 1964.

E este regime, juntamente com o autoritarismo, as perseguições e as injustiças sócio-políticas que se instaurou no país, levaram as esquerdas a mergulharem num silêncio e terror, nunca antes conhecidos pela nossa história. Fato que teve consequências em todos os níveis de nossa vida social, e que no tocante à agricultura significou a interrupção do fervoroso debate que se estendia até a ocasião do golpe em que se implantou o regime militar e a perseguição política, prisão e mesmo o assassinato das lideranças intelectuais e trabalhadoras.

E', portanto, nesse momento de silêncio forçado dos canais de representatividade dos segmentos sociais, economicamente dominados, que se instala no Brasil o "projeto de modernização da agricultura".

Assim sendo, o processo que se aprofunda (dado a manutenção da tendência de beneficiamento das médias e grandes empresas), a partir do regime militar, é um processo por natureza ex-

cludente e desigual, dado a eliminação da fala e da participação camponesa.

Do debate, que se travava em fins de 50 até a sua interrupção com o golpe militar, havia despontado duas posições majoritárias: a burguesa, que defendia que houvesse um processo de mudança no campo, sem que fosse preciso implantar a reforma agrária; e, a do PCB (que nesse momento gozava de grande prestígio junto as classes camponesas e operárias) que defendia a reforma agrária, como meio de eliminar os vestígios feudais, as formas pré-capitalistas no campo (SILVA, 1987:13).

Ambos projetos destacavam a necessidade da modernização da agricultura. Porém o vencedor foi o projeto burguês, dado o controle que este dispunha, no momento, dos mecanismos de decisão do Estado (ver DREIFUSS, 1981).

As fundamentações técnico-políticas e teórico-políticas do "projeto de modernização da agricultura" recebem a contribuição, dentre outros estudiosos da questão agrária, de Eliseu Alves. A sua visão sobre a agricultura foi, indubitavelmente, um dos fatores que o levou à presidência da EMBRAPA, a qual tinha como responsabilidade e objetivos precípuos viabilizar tecnicamente a continuidade do processo modernizador.

Para tanto, as colocações de Eliseu Alves, no tocante à reforma agrária, mostram o quanto estavam coadunadas a EMBRAPA, o processo de modernização da agricultura e a política agrícola estatal, no sentido de modernizar sem transformar a estrutura da propriedade da terra.

No seu paper **"A Política Agrícola do Brasil e Hipótese**

da Inovação Induzida", Eliseu Alves e Pastore (1973) afirmam que a modernização da agricultura "é sinônimo de uma agricultura que se baseia na ciência e não apenas nestes fatores tradicionais" (terra e trabalho) e que, portanto, "A modernização é entendida como implicando um aumento significativo da produtividade dos fatores terra e trabalho" (ALVES & PASTORE, 1973:9). Voltaremos à concepção de ciência, em Alves, mais adiante.

Entendida a modernização da maneira descrita acima, e diante das preementes questões colocadas pela crise agrária que se apresentava na década de 50, esses autores partem para a convocação de determinados problemas agrários, como a crise do abastecimento, a superprodução do café e discriminação que a agricultura vinha sofrendo, junto a política agrícola governamental desde os anos 50, para analisar o processo de modernização.

Os anos 50 e inícios dos anos 60 são de forte discriminação à agricultura. A política governamental, nesse período, priorizou a industrialização, que se fez às custas, também, da taxação agrícola, a fim da obtenção de divisas para a substituição de importações.

Não obstantemente, as crises agrícolas exigiam medidas políticas que se apresentavam de forma descontínua e paliativa para a resolução de problemas mais urgentes. Foi assim que a alta de 20% nos preços de gêneros alimentícios, no período de 51-54, foram interpretados como consequência das perdas de comercialização, resultantes da deficiência do sistema de transporte e armazenagem (Alves, 1973). Em resposta a esses problemas elaborou-se o Programa de Metas, o qual destacava "o melhoramento destas facilidades, considerando-o prioritário" (ALVES, 1973).

Outra crise de abastecimento se agravara no período de 1958-59. Em resposta o Estado procurou "estimular a produção; ampliando-se o crédito agrícola". Essa crise agravou-se em 1961-63 e dessa vez a saída "foi tornar efetiva a política de preço mínimo".

Como pode-se observar por esses poucos exemplos, que o Estado possuía uma política agrícola, que podemos chamar de, emergencial. Ou seja, o Estado intervinha na agricultura para corrigir desvios provocados pelo desequilíbrio de mercado.

A crise da superprodução do café em fins de 50, atingiu em 61 seu ápice e mais uma vez colocava-se para a agricultura as questões relativas à sua produtividade, fosse pela sua escassez ou pela sua abundância e superprodução, no caso do café.

Nesses momentos de crise vinham à tona as polêmicas acerca da estrutura da propriedade de terra e de produção da agricultura brasileira. Uns apontavam a reforma agrária como uma via política de minimização dos problemas de abastecimento e outros percebiam-na como mais um paliativo que a curto e médio prazo não responderiam às necessidades de produtividades exigidas pelo dinâmico crescimento urbano e populacional, pelo mercado interno e externo.

Alves & Pastore (1973:9-19) entendem que a via de solução dos problemas do abstecimento e produtividade seria a modernização através de inovações capazes de economizar a terra (um recursos escasso), ou seja pelo aumento significativo dos fatores terra e trabalho e no "investimento em pesquisa capazes de economizar, as de natureza químico-biológica"(1973:11). Criticam a es-

UFCG

trutura agrária, mas não do ponto de vista da concentração fundiária, e, sim do ponto de vista do tipo de produção agrícola em que se investe (culturas para exportação).

Para esses economistas,

> "Se as terras e a mão-de-obra ... tivessem sido empregadas na produção de gêneros alimentícios, o problema de abastecimento das grandes cidades teria sido menos complexo" (ALVES & PASTORE, 1973:9).

Continuando, esses autores entendem que:

> "o argumento central quanto aos efeitos negativos da estrutura agrária sobre a produtividade pode ser sumarizado da seguinte forma: 1) a dimensão do mercado de capital; 2) a terra é uma especie de guarda-valor...; 3) as imperfeições do mercado de capital limitam também o acesso à terra...; 4) as altas taxas de crescimento da população e a falta de oportunidade de emprego; 5) como resultado final, advém uma estrutura dual de emprego de mão-de-obra...; 6) ...isso significa que a agricultura está operando num ponto interior do conjunto das possibilidades de produção" (ALVES & PASTORE, 1973:9).

Mas a análise de todos esses fatores negativos da estrutura fundiária aparecem não no sentido da viabilização de uma política irrestrita de reforma agrária e sim para negá-la.

São bases para Alves e Pastore as concepções de Hayami e Ruttan, Schultz, Schuh, Thompson, Nicolls e Smith. Esses economistas fazem fortes restrições à reforma agrária:

> "Hayami e Ruttan ..., sumarizando a literatura sobre reforma agrária chegam à conclusão de que não existe nem tamanho de propriedade, nem tipo de arranjo ótimos no que respeita à posse de terra, do ponto de vista da modernização da agricultura" (ALVES e PASTORE, 1973:10).

Em Thompson, os autores apontam como argumentos contrá-

rios à modernização da agricultura via reforma agrária o seguinte: "1. Investimento insuficiente em pesquisa agrícola...". O contrário dispensaria a reforma agrária; "2. ... industrialização orientada para bens de consumo. Não se procurou ... estimular a indústria de insumos modernos, a qual é básica à modernização; 3. a política de "preços baratos..." (ALVES & PASTORE, 1973:10).

Segundo os autores, em estudo, essas interpretações somadas às de Schuh, Nicollls e Smith, apontam para a responsabilidade da não modernização da agricultura, nas políticas governamentais que priorizaram, a despeito da crítica de Schultz, a industrialização em detrimento do desenvolvimento da agricultura. Assim sendo, a mudança na postura e fundamentação das políticas agrícolas poderiam cumprir um papel essencial na modernização da agricultura, sem ter que adotar a reforma agrária, ou mesmo adotá-la, mas em casos muito limitados.

Em outro texto de Alves, "A Pesquisa Agrícola e a Questão Social" (1985), ele analisa o crescimento da população urbana na década de 70 e a atração (que no seu entender) a cidade exerce sobre o campo, apontando daí motivos de agravamento do problema do abastecimento alimentício e a da não necessidade de uma reforma agrária.

Não analisa a questão da estrutura de propriedade da terra como um dos motivos da migração campo-cidade. Ao contrário, aponta as chances e facilidades que apresentam as cidades em relação ao modo de vida no campo. As possíveis oportunidades como acesso à educação primária, secundária e até mesmo universitária; o acesso à programas de saúde, habitação, etc, exercem forte atração sobre os camponeses, segundo Alves. Uma atração tão forte

que para o autor,

> "Foi exatamente quando o campesino compreendeu que, sem ascensão vertical na sociedade permaneceriam eternamente obstruídos. Muitos deles chegaram a dizer que é melhor ser engraxate na cidade que um pequeno proprietário" (ALVES, 1985:30).

Daí a dedução de Alves sobre a reforma agrária:

> "Dessa forma, mesmo que a sociedade optasse por uma reforma agrária de caráter abrangente, sua implantação seria lenta, em vista dos obstáculos que se encontram presentes - mormente os de caráter financeiro, e, por conseguinte, pouco poderia fazer para desviar o Brasil da rota de desenvolvimento econômico em que se encontra, onde a agricultura terá cada vez menor função empregadora e mais avultará o papel de produzir excedentes para abastecer as cidades e o mercado externo" (ALVES, 1985:30).

Poderíamos chamar essa posição de neoclássica? Baseado em que?

Os neoclássicos se caracterizam por utilizar um conjunto de princípios filosóficos e econômicos. Os mais importantes seriam a aceitação e a defesa do sistema capitalista como o mais avançado sistema alcançado pela humanidade. Como vimos no capítulo 2, contam para a constituição dessa concepção as fortes influências que exercem o positivismo e o social-darwinismo, a idéia portanto de progresso e evolução.

Outros princípios mais econômicos são fundamentados principalmente nas teorias de equilíbrio econômico, em especial em Walras, ressalvando-se as impropriedades acusadas no seu estudo. Contando ainda a concepção de mercado (de livre concorrência) e as questões daí derivadas. São, portanto, os neoclássicos emi-

UFPb/BIBLIOTECA/PRAI

nentemente liberais ou neo-liberais. Compreendem o desenvolvimento econômico como resultado da articulação do capital, forças-produtivas (fatores de produção) e investimento (numa leitura Schumpeteriana).

No tocante à "teoria da modernização da agricultura" no Brasil, seus fundamentos precípuos foram firmados nas teorias majoritariamente de influência neoclássica, conforme o entendido por Santos (1986).

3.7. - A PRODUTIVIDADE E A PESQUISA AGRICOLA EM ELISEU ALVES

A presente análise se baseia numa série de artigos," papers" e textos de autoria de Eliseu Alves, escritos entre 1973 e 1988.

A interpretação que fizemos desses documentos é que o seu autor tem como precípuo, no tocante a questão agrária, a questão da produtividade. Só a produtividade dos fatores terra e trabalho poderiam solucionar as questões postas pelo crescimento econômico à agricultura. Só a produtividade poderia fazer da agricultura um
setor eficiente dentro das funções que uma sociedade em via de industrialização lhe colocam. Pois, na compreensão de Alves, a agricultura tem uma função a cumprir.

A produtividade é o argumento para a negação da reforma agrária, para a justificativa dos créditos agrícolas subsidiados,

assim como para a política governamental e de pesquisa privilegiarem os grandes e médios agricultores em detrimento do pequeno agricultor. Para a implementação de um processo de modernização excludente.

Alves defende sobremaneira a importância das instituições de extensão (pesquisa) no desenvolvimento da agricultura brasileira. A pesquisa é, no entender do autor, a base da produção científica. Sem pesquisa não há ciência. E a ciência é a grande "matriz da sociedade moderna".

Mas a ciência parece, nos escritos de Alves, neutra. Pois ele não apresenta nenhuma crítica com relação ao tipo de pesquisa que se privilegiou, aquelas que beneficiariam primeiramente os grandes produtores e nos ramos destinados ao mercado externo e, em níveis mais baixos, a produtividade nas culturas alimentícias básicas.

Alves mostra os níveis de retorno do investimento em pesquisa na produção agropecuária, mas não critica seus baixos índices no que se refere a pequena produção.

Entendemos que nem a ciência, nem a pesquisa e muito menos a política agrícola é neutra de uma posição de classe, de uma determinada concepção política. A EMBRAPA, não obstante, ter nos seus programas uma preocupação com a pequena produção, teve toda a sua estrutura montada para atender aos problemas e pressões da grande e média produção. E, pelo que podemos constatar, a estrutura da EMBRAPA não se destina prioritariamente ao problema da baixa produtividade na pequena produção. Essa questão faz parte de suas preocupações e de seus programas e consequentemente de sua estrutura mas, decididamente, não é seu objetivo principal.

E em assim sendo, como contribuir de forma mais decisiva para o aumento da produtividade da produção de alimentos básicos? Como alterar o persistente problema da escassez de alimentos?

3.8 - RESUMO E CONCLUSÃO:

Neste capítulo vimos como as questões conjunturais e históricas influenciaram para o surgimento e consolidação do processo de modernização da agricultura brasileira. E, principalmente, como esse processo de modernização forja, segundo as pressões econômicas e de classes, um "projeto de modernização da agricultura" que tem na sua essência a exclusão dos pequenos produtores e demais trabalhadores rurais destituídos da propriedade da terra.

O "projeto de modernização da agricultura" tem o seu tempo e espaço definidos historicamente, segue-se num período de ditadura política e de consolidação do processo de transnacionalização da economia brasileira. Constitui-se num ótimo espaço de expansão dos interesses capitalistas e arrebatou em seu objetivo empresas privadas e públicas, instituições de pesquisa e extensão, intelectuais de variados matizes teóricos, sob a idéia da modernização. Esta se prestou a todas as explicações e soluções para os gigantescos problemas sócio-econômicos brasileiros.

Porem, contribuíram sobremaneira para a idéia de modernização da agricultura como alternativa para fazer a agricultura cumprir suas funções as concepções e formulações analíticas e teóricas dos neoclássicos.

A fundamentação teórico-política do projeto de modernização da agricultura brasileira é , sem dúvida, marcadamente neoclássica.

NOTAS

(1) Para a formulação da importância do investimento no desenvolvimento econômico muito contribuiu Schumpeter.

(2) A grande dificuldade que se coloca para o pesquisador do pensamento econômico brasileiro que queira trabalhar a questão da agricultura no período de 1940-1965 é a da escassez de trabalhos teóricos historiográficos. No entanto, existe fontes primárias a serem exploradas e descobertas, mas trata-se de um trabalho braçal e intelectual de grande monta e, praticamente, todo por ser feito.

Observamos que existe uma lacuna (no período relativo a primeira metade deste século) no tocante a historiografia econômica sobre a origem e contexto histórico da produção teórica acerca da modernização da agricultura.

Não conseguimos encontrar uma bibliografia de teoria ecônomica especifica sobre o importante período historiográfico que compreende da Segunda Guerra Mundial até a década de 60, período da implantação da política de modernização da agricultura, que como tentaremos abordar adiante, faz parte de uma estratégia econômica e política maior, a que chamamos projeto de modernização da agricultura brasileira.

Encontramos, referentes ao período de 1940 a 1965, alguns textos sobre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen; uma vasta produção sobre a CEPAL e os aspectos da política de caráter desenvolvimentista em geral; e, em particular à agricultura, aspectos mais gerais de seu desenvolvimento no discurso do GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, grupo que originou a SUDENE - Superintendência para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste.

Temos nesse período dois importantes escritos teóricos. O de Eugênio Gudin, ***"Princípios de Economia Monetária"***; e a ***"História Econômica do Brasil (1500-1820)"***, o clássico e pioneiro estudo de Roberto Simonsen, publicado pela Cia. Editora Nacional, em 1933. As demais contribuições de Octávio Gouveia de Bulhões, Roberto Campos, Roberto Simonsen e Eugênio Gudin se detiveram mais ao nível de artigos jornalísticos sobre a economia em geral.

Os trabalhos mais sistematizados sobre a historiografia econômica são ainda muito genéricos. Nesse sentido, é a presente dissertação um esforço em conhecer as questões que originam e envolvem o processo de modernização da agricultura brasileira no período historicamente recente, 1960 aos dias atuais. Contudo, como trata-se da investigação sobre uma possível construção de

uma ideologia da modernização da agricultura, faz-se mister, minimamente, o resgate histórico do período precedente.

Atente-se ainda para o fato desses documentos e dessas fontes se reportarem sobretudo às questoes mais gerais do processo econômico brasileiro, e pouco contribuir para uma análise mais profunda desses intelectuais sobre as questões relacionadas com a agricultura.

A questão agrária, quando aparece, se apresenta como um elemento no processo global de desenvolvimento que, majoritariamente, compreende a industrizalização brasileira.

(3) MARCUSE, Hebert. **Der eindimensionale Mensch**, Neuwied, 1967, p.168.

(4) CAMPOS, Roberto.

(5) A desigualdade é vista, pelos neoclássicos como uma interpretação moral, e eles não discutem as questões morais. A desigualdade social é para eles uma coisa legítima.

(6) Segundo Arapiraca (1982), todos os acordos e teorias diplomáticas norte-americanas após o Big Stick (que dura até meados da década de 30) primam pelas boas relações entre EUA e demais países, principalmente porque concebem os países subdesenvolvido, em especial os da América Latina, como os responsáveis pela produção de matérias-primas, dentro de nova redivisão internacional do trabalho do pós-Segunda Guerra Mundial.

(7) Alves é um grande seguidor de Schuh. Note-se que escreveu conjuntamente com este o livro "***O desenvolvimento da Agricultura no Brasil***" (1971), e, que, como veremos mais adiante, reflete em sua análise e, principalmente, em suas propostas os principais aspectos da concepção de Schuh sobre o desenvolvimento da agricultura.

(8) No período que se segue logo após a Segunda Guerra Mundial, é de grandes e importantes mudanças mundiais; dava-se início a "guerra-fria", uma iniciativa ostensiva dos países capitalistas contra os socialistas, sob o comando dos EUA.

O mundo estava dividido entre dois sistemas econômicos, políticos e sociais: o capitalista e o socialista.

O mundo capitalista passa pela mudança do seu eixo de dominação, perdendo a Inglaterra, definitivamente, a hegemonia sobre a expansão da dominação capitalista, em favor dos EUA, que emergem da Segunda Guerra Mundial como primeira potencia capitalista.

Para tanto, foi imprescindível a mudança na ordem econômica internacional, com a substituição da libra esterlina pelo dólar, enquanto moeda forte para as transações internacionais. Este foi um dos resultados da conferência da Bretton Woods (01 a 22 de julho de 1944, na cidade de Bretton Woods, nos EUA).

(9) O Banco Mundial, ou BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, assim como o FMI sao resultados, também, da Conferência de Bretton Woods.

CAPITULO 4

A VISÃO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NOS CEPALINOS

> "Valores novos se traduziriam em tarefas tecnicamente solúveis; a novidade seria a **direção** desse progresso, mas o próprio padrão de racionalidade permaneceria inalterado..." (Habermas).

4.1 - INTRODUÇÃO

Vimos no capítulo anterior, que o desenvolvimentismo, enquanto uma concepção de industrialização e consequentemente (como o entendido) de desenvolvimento econômico para o país, teve início na década de 40 e se fortalece enquanto concepção na década de 50, chegando a tornar-se em fins de 50 uma ideologia compactuada por todas as correntes do pensamento econômico brasileiro.

No capítulo 3 vimos como o desenvolvimentismo nos neoclássicos (de fins 1940 à década de 80) resulta numa concepção de modernização da economia e, ao que nos interessa aqui, da agricultura, enquanto um setor importante para o desenvolvimento industrial. Em torno dessa concepção são formuladas políticas econômicas que visavam a solucionar na realidade o que a teoria desenvolvimentista neoclássica havia identificado e prognosticado.

No presente capítulo veremos, sob a análise da contribuição de Celso Furtado, como a mesma realidade se apresenta para os cepalinos, e quais serão as suas posições com relação à modernização da agricultura.

4.2 - A CEPAL E O DESENVOLVIMENTISMO

O pensamento desenvolvimentista foi caracterizado como um pensamento marcadamente cepalino, embora outras correntes econômicas, como a neoclássica, também tenha engendrado uma concepção desenvolvimentista própria.

Todavia, o desenvolvimentismo não foi um mérito apenas dos cepalinos, mas de todas as correntes do pensamento econômico no Brasil, na década de 50 e meados de 60. No entanto, teve a CEPAL enorme significado no surgimento e elaboração dessa concepção que posteriormente viria a se transformar numa ideologia.

A CEPAL foi criada em 1949 pela ONU-Organização das Nações Unidas. Nesse período esse organismo internacional, assim como o Bird e o FMI-Fundo Monetário Internacional, demonstravam, em seus discursos, uma forte preocupação com a necessidade de se conhecer mais profundamente as realidades dos países subdesenvolvidos, em especial os da América Latina, com o objetivo de elaborar programas e conhecimentos que viessem contribuir para a superação do subdesenvolvimento, particularmente, via a industrialização desses países.

A CEPAL, quando da sua criação, foi instalada no Chile e contou no seu quadro pessoal com a colabolação de economistas e técnicos de diversos países latino-americanos, assim como de variada formação teórica.

Todavia, em seus primeiros escritos já demonstrava uma divergência com relação às teorias econômicas dominantes, advindas do liberalismo. Segundo Bielschowsky (1988) o principal ataque da CEPAL era contra a doutrina dominante do livre comércio e

em segundo lugar contra as exigências político econômicas que o FMI fazia aos países credores.

Em contraposição à doutrina dominante do livre comércio, para a realidade dos países subdesenvolvidos, a CEPAL cria a teoria **estruturalista.** Esta se fundamentava na análise das particularidades existentes nos países subdesenvolvidos e desenvolveram "explicações não convencionais da inflação e do balanço de pagamentos",

> "Os países subdesenvolvidos tornaram-se, portanto, um novo objeto para a velha disputa teórica entre liberalismo e intervenção do Estado....a idéia de que a revolução keynesiana ajudou a estabelecer um clima teórico de rebelião contra as doutrinas liberais não deve obscurecer o fato de que o conteúdo da confrontação teórica que surgiu na teoria do subdesenvolvimento é de natureza diferente daquele encontrado nas controvérsias que são típicas de economias avançadas. Elas tinham em comum a questão da ineficiência dos mecanismos de mercado. Mas a heteredoxia relativa à alocação de recursos em países subdesenvolvidos não sifnificava apoio a intervenção do Estado para uso adequado de poupança ociosa, como no caso keynesiano, e sim a existência de protecionismo, planejamento, e outras medidas governamentais como meios de industrializar e maximizar a renda a partir de poupanças escassas" (BIELSCHOWSKY, 1988:12).

Ao produzir concepções teóricas não só distintas do liberalismo, mas dele bastante diferentes, os cepalinos vão defender a intervenção do Estado, sobretudo através do planejamento e do protecionismo, para a resolução de problemas, que na sua concepção não se resolveria pelos mecanismos da livre concorrência, uma vez que acreditavam que historicamente os países subdesenvolvidos haviam tido perdas de recursos nas trocas internacionais.

Assim sendo, a concepção desenvolvimentista cepalina se diferencia do desenvolvimentismo neoclássico apresentado na década de 40 por Campos e, principalmente, Simonsen, por apresentar-

se com um forte conteúdo nacionalista, ao qual foi denominado pelos especialistas em desenvolvimentismo de nacional-desenvolvimentismo ou desenvolvimentismo nacionalista.

4.2.1 - Celso Furtado e o nacional-desenvolvimentismo

O pensamento cepalino, em especial a contribuição de Furtado, estão mais na fundamentação da teoria estruturalista do desenvolvimento, do que no tocante à modernização da agricultura, como é o caso dos neoclássicos, com Eliseu Alves.

Isso, bem lembrado, até 1964.

Depois do golpe militar de março de 1964, a leitura de Furtado sobre a realidade brasileira apresenta algumas mudanças. Fixa-se mais à evidente dependência do Brasil ao capital transnacional e à dimensão dos problemas criados para que o país tomasse uma via de desenvolvimento autônomo (1).

Antes do golpe de 1964 a concepção de Furtado era a de que era possível industrializar o Brasil através de uma política desenvolvimentista, protecionista e planejada, a qual atacasse as questões da poupança e da capacidade de importação, assim como o problemas da disparidade existente na distribuição da renda, daí a proposta de forte tributação.

Furtado produz ao longo da década de 50 e inícios de 60 toda uma análise sistematizada que possibilita uma leitura aprofundada do processo de desenvolvimento ou subdesenvolvimento do Brasil(2).

Depois do golpe a análise de Furtado sobre a realidade brasileira se torna mais crítica, menos otimista, porém mais incisiva quanto aos avolumados problemas adivindos do que Furtado denomina de autoritarismo.

4.3 - FURTADO E A QUESTAO AGRARIA

As proposições cepalinas, no Brasil, quanto à questão agrária surgem quando da análise da situação de pobreza no Nordeste. Nesta, o Nordeste aparece como uma região duplamente taxada pelo escoamento de seu capital, ou sua poupança: 1) nas trocas desiguais no mercado externo, com as exportações; e, 2) nas trocas desiguais no mercado interno, com as exportações e importações para a região Centro-Sul.

Essa exploração sobre o Nordeste fazia com que o desenvolvimentismo brasileiro estivesse em contínua ameaça. Eram tempos de grande efervescência sócio-política, do auge da organização dos trabalhadores rurais, com as Ligas Camponesas, que a exemplo do que ocorria na Cuba revolucionária, de 1959, colocava as classes dominantes num estado de tensão e espectativa.

O pensamento cepalino, através de um de seus maiores expoentes, Celso Furtado, possuía uma visão muito limitada da questão agrária.

Os cepalinos entendiam que as diferenças nas duas regiões: Nordeste e Centro-Sul faziam com que os processos de desenvolvimento regionais fossem também diferentes. De forma que,

defendia uma reforma agrária para o Nordeste, pois acreditava que a estrutura agrária nordestina, marcadamente concentracionista, e, com "heranças feudais" e pré-capitalistas, faziam com que esta se constituísse num obstáculo ao desenvolvimentismo. Enquanto que, para o Sudeste achava desnecessária a reforma agrária. Isso, porque no entender de Furtado existiam dois estágios diferentes de desenvolvimento no Brasil, o do Norte-Nordeste e o do Centro-Sul(3).

O documento "Uma política de desenvolvimento econômico para o nordeste"(4), mostra bem como no entender de Furtado a questão agrária era uma questão a ser resolvida no Nordeste, isso porque "...a grande parte da produção de alimentos não se integra no mercado" (FURTADO, 1978:71). E só uma agricultura com base em relações monetarizadas poderia quebrar a estrutura latifundista, autoritária, senhorial:

> "(...) A solução dessa questão está inseparavelmente ligada à reorganização da unidade produtiva. Ao definir os tipos de cultura, a área a cultivar, a quantidade de gado, etc., poder-se-á estimar o volume de mão-de-obra a reter na fazenda, bem como o salário monetário que o fazendeiro estará em condições de pagar. O que é indispensável é fundar a economia em bases principalmente monetárias. Desde que se retenha uma área para produção de alimentos, também esta deverá ser organizada em bases monetárias" (GTDN, 1978:75).

A questão da modernização da agricultura conforme o entendido pelos neoclássicos (fatores de produção: terra e trabalho) não era colocada pelos cepalinos. Geralmente, quando se referem à modernização utilizam uma terminologia de progresso técnico.

O pensamento cepalino, uma vez que compreendia a existência de dois Brasis, um em desenvolvimento e outro atrasado, propunha para o equilíbrio regional um conjunto de modificações,

que no tocante à região nordestina passava pela dinamização de sua agricultura via mudanças em outros setores da economia como nos transportes, energia, armazenamento e crescimento industrial.

Aos problemas do excesso de contigente populacional, trabalhadores sem-terras e desempregados, no Nordeste para os seus níveis de crescimento, se apresentava como alternativa a abertura de fronteiras agrícolas, através delas, e não de uma modernização tal como a preconizada pelos neoclássicos, se obteria um aumento real da produtividade agrícola.

Essa concepção cepalina advém dos seus primeiros estudos acerca da agricultura. Estes foram fortemente influenciados pela teoria de Schultz. Assim sendo, a agricultura teria uma função a cumprir na sua relação como o desenvolvimento econômico, esta tão importante quanto imprescindível. Qual seja, a agricultura teria que responder:

> "(...) à demanda de produtos agrícolas, criada pelo setor nao agrícola, para cumprir o seu papel no processo de desenvolvimento. A preocupação principal tendeu a ser a identificação do grau de rigidez do setor agrícola, o qual seria responsável pela criação de pressões inflacionárias, pela elevação dos custos industriais, pelo crescimento mais que proporcional das importações de produtos agrícolas, etc." (FURTADO, 1982:112-3).

No pós-64, Furtado assume uma posição mais crítica com relação a essas primeiras análises,

> "Passou, assim, para segundo plano o saber se a agricultura que **responde** a uma demanda dinâmica está realmente se desenvolvendo, isto é, se eleva o seu nível técnico, se permite a melhoria qualitativa do fator humano, se acarreta elevação do nível de vida da população rural" (FURTADO, 1982:113).

4.4 - FURTADO E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Entendemos que toda a produção intelectual de fins de 50 a 60 esteve de uma forma ou de outra, mais intensa ou menos intensamente, preocupada com o papel da agricultura no desenvolvimento econômico, mesmo não se tratando de estudiosos das questões agrárias, como é o caso de Celso Furtado.

Daí a quantidade de interpretações e consequentemente de propostas para o encaminhamento da agricultura a soluções concernentes com às deficiências e exigências postas pelo processo histórico analisado.

Assim sendo, vão se filiar ou simpatizar com uma ou outra interpretação e seu "modelo", ou até mesmo com um conjunto de de interpretações e "modelos"(5).

Nesse sentido, procuraremos a seguir identificar a visão de Celso Furtado sobre a modernização da agricultura, a partir do estudo do documento: "Uma política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste", elaborado pelo GTDN-Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, em 1959. Procuraremos perceber se Furtado se filia ou sofre a influência de algum "modelo" de modernização e identificá-lo.

Alguns esclarecimentos preliminares são necessários. Primeiro: embora Furtado não assuma o documento como de sua autoria, pois merecidamente foi produto de um grupo de estudo, é sabido da relevante participação do autor nesse documento, dado a constatação das suas idéias e intepretações sobre a realidade brasileira, mais especificamente, sobre a industrialização brasileira, esboçada em vários momentos desse documento do GTDN.

Segundo, a categoria modernização da agricultura só aparece de forma mais precisa em textos posteriores a década de 60, quando já do exílio do autor e do seu trabalho em universidades estrangeiras(6). Nesse momento, então, ele reelabora significativamente a sua compreeensão acerca dos problemas brasileiros.

Na análise que se segue nos deteremos mais nos pensamentos esboçados, por Furtado, nos livros "O Mito do Desenvolvimento Econômico" (1974); "Análise do "Modelo" Brasileiro" (1982); e, "Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar" (1980), além do documento "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste".

Podemos perceber na análise do documento "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste" uma preocupação bastante racional não com os mecanismos de desenvolvimento, mas também com os resultados que se deveriam alcançar, em todos os sentidos, com o mesmo:

> Cabe ao GTDN "(...) a tarefa de integrar os distintos planos em um todo que reflita a política de desenvolvimento do Governo Federal, na região. (...)deverão ser feitos esforços no sentido de alcançar um grau mais elevado de racionalidade administrativa: evitar duplicações de esforços, dispersão de recursos, etc. Da mesma forma que... se pretende dar unidade à política de desenvolvimento do Governo Federal na região com a coordenação dos níveis do planejamento, sugerida neste parágrafo, se pretende dar o primeiro passo no sentido de unificar a ação executória dessa política" (GTDN, 1978:81).

Nesse plano de ação do governo junto aos problemas e necessidades de desenvolvimento da região Nordeste se destaca a priori a realização de um conjunto de esforços no sentido de combater os males causados pelos tempos de seca(7):

"A necessidade de reorganizar a economia agropecuária da região, com vistas a torná-la mais resistente ao impacto da seca, tem a mais elevada prioridade em um programa de desenvolvimento regional (...) é de toda conveniência que se ataque de imediato o problema no nível da empresa agrícola" (GTDN, 1978:81).

A preocupação do GTDN era com a "importância relativa da agricultura de subsistência, da participação da classe trabalhadora no produto real da mesma e do excedente estrutural de mão-de-obra" (GTDN, 1978:82), mas também demonstrava uma forte preocupação com as condições de fertilidade do solo e com as possíveis culturas que poderiam ser trabalhadas naqueles determinados solos. A compreensão de que se deveria abrir fronteiras agrícolas vai nessa linha de raciocínio, da pouca fertilidade do solo na micro-região do semi-árido, da quase desconhecida adaptação de outras culturas a esse determinado tipo de solo que não fossem as xerófilas e o algodão mocó e, consequentemente da baixa produtividade e rentabilidade das culturas nele trabalhadas.

Assim sendo, a abertura de fronteiras agrícolas resolveriam de imediato dois grandes problemas encontrados na região nordestina: a abundância da mão-de-obra, diante do escasso acesso à propriedade da terra, e, a tipologia do solo da região semi-árida. Essa propositura se caracteriza muito mais pela manutenção de determinados fatores do processo produtivo, do que pela inovação dos mesmos. Nesse sentido encontramos semelhanças com a interpretação da modernização da agricultura sob o "modelo" de conservação (8).

Nessa interpretação também se coaduna o "modelo" de difusão(9), isso devido a abertura de fronteiras agrícolas engen-

drou uma experiência que permitiriam a reprodução de conhecimentos técnicos, assim como o acesso aos novos conhecimentos que fossem mais apropriados aquele determinado tipo de solo.

Vejamos a interpretação do GTDN sobre a abertura de fronteiras agrícolas:

> "O problema da reorganização da economia da região semi-árida é inseparável do da abertura de frentes de colonização, seja nos vales úmidos da região, seja na periferia do Polígono, ou em outras regiões do país. A colonização tem duplo objetivo de absorver o excedente de população da região semi-árida e de produzir gêneros alimentícios para abastecer, parcialmente, aquela região. A reorganização da economia da zona semi-árida implica em especializar a mesma na cultura de xerófilas e na pecuária, e reduzir o setor de subsistência. Como os dois problemas estão intimamente ligados, é necessário que sejam considerados coordenadamente" (GTDN, 1978:82).

Em Alves (1973, 10-14), como o visto no capítulo 3, a produtividade, em índices eficientes, seria resultado pela inovação tecnológica via "modelo" de insumos modernos e inovação induzida, principalmente, enquanto em Furtado e GTDN a produtivdade, no Nordeste, dado as suas condições históricas, ecológicas e estágio de desenvolvimento, seria alcançada pela aquisição do fator terra, juntamente com uma mudança no sentido da monetarização da economia, inclusive e principalmente da economia de subsistência.

Mas também podemos observar a existência de um terceiro "modelo" de modernização da agricultura em Furtado e GTDN, qual seja, o "modelo" do impacto urbano-industrial(10). Isso porque, para Furtado e GTDN a colonização via abertura de fronteiras deveria se efetivar de preferência em regiões em que já houvesse ou estivesse em construção uma infra-estrutura de estradas (ver GTDN, 1978:82-3). E, principalmente, porque o desenvolvimento da

agricultura está em função da correção dos desequilíbrios regionais e de um processo de interação agricultura-indústria. Onde o desenvolvimento da segunda traria consequências benéficas ao desenvolvimento da primeira, uma vez que agiria como um fator de pressão para a dinamização, monetarização e mesmo inovação da mesmas.

Vejamos, a título de exemplo, a seguinte afirmação:

> "O grupo ..., ao estudar o mercado de produtos siderúrgicos na região, deverá apreciar a experiência industrial já existente no setor de transformação do ferro e do aço, com o objetivo de indicar as linhas de desenvolvimento que apresentam, de imediato, viabilidade econômica. Tudo indica que a possibilidade de uma oferta local de ferro e aço, a preços competitivos com os do Sul do país, venha estimular a criação de indústrias mecânica simples, como a fabricação de implementos agrícolas, móveis metálicos e outras que já contam com amplo mercado na região. O Estudo do mercado atual e potencial dessas indústrias deverá ser completado com a elaboração de anteprojetos industriais e de esquemas de financiamento que possam atrair os empresários locais, ou do Sul do país, com experiência no campo específico (...) O desenvolvimento dessas indústrias implica na assimilação de tecnologias avançadas e contribui para a formação de uma autêntica mentalidade industrial na região " (GTDN, 1978:84-5).

Vimos pelas colocações acima que as interpretações e propostas do GTDN e, portanto de Furtado, com relação à modernização da agricultura, se coadunam com três dos "modelos" constituidos da "teoria da modernização da agricultura", que em síntese defende a ocorrência de um ou vários processos de mudanças e inovações tecnológicas, que no fundamental atuem no sentido de transformar a agricultura tradicional numa agricultura monetarizada, capitalizada, eficiente, produtiva e competitiva. Quais as vias a se tomar para obter esses resultados é uma outra questão, que está mais condicionada ao próprio processo histórico que envolve o contexto da modernização da agricultura.

Em assim sendo, mesmo que Furtado não utilize a categoria modernização e até mesmo faça restrições a mesma, a sua visão e as suas propostas de desenvolvimento para a agricultura se encaixa dentro dos objetivos gerais e específicos da "teoria da modernização da agricultura". Isso é compreensível pela influência que provocou a teoria de Schultz sobre a transformação da agricultura tradicional, junto aos ideólogos da CEPAL, nos quais se encontra o eminente cientista Celso Furtado.

Nas leituras dos outros trabalhos de Furtado, acima citados, podemos verificar que no pós-64 suas posições com relação ao desenvolvimento ganham uma nova qualidade. Seus trabalhos se tornam mais profundos nas críticas ao que denominou de "modelo" brasileiro, que no tocante à agricultura significa uma forte herança de relações de produção pré-capitalistas, senhoriais e autoritárias.

Suas críticas não negam a continuidade de uma compreensão desenvolvimentista para os países subdesenvolvidos, mas com muito mais cuidado no que concerne aos mecanismos de controle e de poder. Pois o autoritarismo que se instalou com o golpe de 64, no Brasil, foi agente do processo que fortaleceu ainda mais o capital transnacional e colocou o desenvolvimento do país numa situação de muito maior dependência aos interesses estrangeiros ou dos países centrais.

O autor utiliza nos seus trabalhos pós-64 a categoria *progresso técnico*, significando "inovação no que respeita aos meios", mas com muita cautela, dado a posição mais crítica que assume com relação ao desenvolvimento o qual se tornou, nos países subdesenvolvidos um mito:

"A literatura sobre desenvolvimento econômico do último quarto do século nos dá um exemplo meridiano desse papel diretor dos mitos nas ciências sociais: pelo menos noventa por cento do que aí encontramos se funda na idéia, que se dá por evidente, segundo a qual o *desenvolvimento econômico*, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideram a revolução industrial, pode ser universalizado" (FURTADO, 1983:16).

4.5 - A INFLUENCIA DA ESCOLA CEPALINA NO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

As teorias da CEPAL, e, no que se refere ao Brasil, a influência de Celso Furtado, vão implicar no surgimento de duas novas escolas do pensamento econômico brasileiro.

O contexto histórico em que estas surgem (auge e início do declínio do poder autoritário, instalado no Brasil com o regime militar), é propício às polêmicas de uma esquerda crítica e inconformada com os destinos que haviam tomado o país, com o golpe militar e a implantação do regime autoritário de direita.

A não concreção das teorias cepalinas, junto a uma conjuntura de grande discussão política, de influência marxista, levam um segmento da intelectualidade brasileira a revisar as suas concepções, em geral, fossem essas concepções partidárias, ideológicas, políticas ou teóricas.

É nesse contexto que surge a "escola" dependentista, a "escola" do desenvolvimento do subdesenvolvimento e posteriormente a "escola" de Campinas. Desta última trataremos no próximo capítulo.

Aqui cabem alguns comentários acerca da "escola" dependentista, que aponta para interpretação de que tanto esta, quanto

a "escola" de Campinas surgem da evolução na análise e da revisão dos conceitos cepalinos.

A "escola" dependentista, marxista pelo método, pelo quadro conceitual e pela aceitação de alguns dos importantes princípios da filosofia marxista, parte da crítica a análise estrutural da CEPAL, do seu conceito de "periferia" para desenvolver o conceito de **dependência.**

Como diz Cardoso:

"O conceito nasce "impuro" na luta prática (teórica e política). No teste real para sua adequação, a teoria se consolida na medida em que permite ver mais claro o processo real. Mas repito, o esforço de "ver mais claro" o processo real não decorre simplesmente (embora o suponha) da ordem lógica pela qual se estrutura formalmente um conjunto de relações. Decorre, ao mesmo tempo, da capacidade que tenha de fundir nos movimentos sociais a perspectiva política derivada do "campo de percepção" aberto pelo discurso teórico" (CARDOSO, 1979:366-367).

Assim sendo, os dependentistas partem das desigualdades resultantes do processo de desenvolvimento, em moldes capitalistas, da economia brasileira, desconsiderando as discussões dos possíveis modos de produção, mais especificamente do modo-de-produção feudal. O despendentistas pressupõem a existência de diferentes formações econômicas, as quais se submetem cada vez mais fortemente ao capitalismo, e se constituem ao longo dos anos em um modo-de-produção característicamente capitalista. Mas sustentado ou sustentando relações externas, principalmente, e internas que resultam no processo de desenvolvimento dependente dos países centrais.

A compreensão, a partir de então, da realidade brasileira, buscou mais profundamente a sua origem e encontrou no "tipo" de processo de desenvolvimento as respostas para os problemas só-

cio-econômicos existentes.

> "(...) Trabalha-se, aqui, a hipótese de que, na dependência, está pressuposta a determinidade capitalista, tanto externa, como reafirmou insistentemente Cardoso, quanto interna, pois indevidamente, entrega os destinos capitalistas da nação às lutas de classes, não ao capital.
> "E no entanto, se o conceito de dependência possibilitou aos dependentistas pressupor o capitalismo em suas determinidades tanto externas quanto internas, também lhes possibilitou partirem para estudos das situações concretas de dependência nas novas relações Classe, Estado e Produção. Daí, passaram a considerar a possibilidade de superações dos obstáculos desenvolvimentistas no próprio jogo do poder interno" (XAVIER, 1990:20-33).

Não obstante a contribuição que essa "escola" proporcionou ao debate político-econômico brasileiro, não nos deteremos numa análise mais profunda de seu pensamento por não encontrar no que se relaciona à modernização da agricultura trabalhos de maior fôlego.

4.6 - RESUMO E CONCLUSÃO:

Vimos nesse e no capítulo anterior o papel que tem a CEPAL na construção da concepção de desenvolvimento e posteriormento na ideologia do desenvolvimentismo.

O desenvolvimentismo surgiu num período histórico propício a sua difusão e absorção, e desempenha papel marcante enquanto influência na elaboração de outras interpretações que não a da CEPAL e, em particular, de Celso Furtado.

No tocante a modernização da agricultura, o desenvolvimentismo cepalino se mostra muito menos otimista do que o apre-

sentado pelo pensamento neoclássico e, também, muito mais preocupado com a relação simultânea de desenvolvimento da indústria e agricultura. Incorre menos às alternativas das inovações pela aquisição de insumos modernos e difusão de tecnologias modernas, e se atenta mais ao equilíbrio dos fatores terra e trabalho, daí a proposta de reforma agrária para o Nordeste e não para o Sul.

Marcadamente, apresenta uma visão social do desenvolvimento e suas propostas se mostram num sentido de coerência entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, os quais encontram separados, como problemas distintos nos neoclássicos.

Embora Furtado não seja um agrarista demonstra uma compreensão profunda dos problemas agrários, que ganham importância no seu discurso, exatamente pela relevância que entende assumir esta, com suas funções a cumprir, num processo de industrialização.

Não obstante, a sua concepção e o seu discurso apontam para uma racionalização do processo de desenvolvimento capitalistas, onde as "fraquezas" estruturais, ou seja os pontos nevrálgicos das disparidades sócio-econômicas não se transformassem em ameaça ao desenvolvimento econômico brasileiro.

O aspecto ideológico do discurso e concepção de Furtado se mostra tão evidente quanto nos neoclássicos. Nesse sentido, a sua proposta de reforma agrária se constituía numa alternativa não meramente técnica, mas também política para a garantia do progresso econômico da região Centro-Sul.

NOTAS

(1) Ver "Análise do 'Modelo' Brasileiro", 1982; "O Mito do Desenvolvimento Econômico", 1983; "A Fantazia Desfeita", 1989;

(2) ídem.

(3) Ver no documento do GTDN, "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste", 1978.

(4) Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, do qual Furtado foi o principal articulador e pensador.

(5) Na tese de doutorado do profº Santos, "Presença de Viéses de Mudança Técnica na Agricultura Brasileira" (1986), vimos que são arrolados oito "modelos" de modernização da agricultura, que no seu conjunto constituiriam o que o autor denominou de "***modernização da agricultura brasileira***".

(6) A terminologia modernização, inclusive aparece muito pouco em seus escritos, em seu lugar está a categoria progresso técnico, definida como inovação tecnológica.

(7) O que mais tarde viria a se tornar o que alguns autores chamaram de "indústria da seca" não é compactuado nem explícita e muito menos implicitamente pelo plano de ação do GTDN. Sem dúvida a "indústria da seca" foi mais uma problemática que foi aproveitada pelos segmentos mais conservadores das classes dominantes nordestinas para servir de mecanismos na obtenção de recursos dos governos federais para fins outros.

(8) Entendemos que essa linha de raciocínio se identifica sobremaneira com o "modelo" de conservação, um dos constituidores da "teoria de modernização da agricultura", segundo Santos. "O modelo de conservação apoiou-se nos movimentos de conservação da natureza, nos avanços associados com a revolução agrícola inglesa, e nos conceitos de exaustão dos solos levantados por cientistas alemães. De acordo com esta teoria, a restauração completa dos nutrientes extraídos pelas plantas consignava a importância da fertilidade das terras..." (Santos, 1986:20).

(9) Segundo Santos (1986), "O modelo de difusão admite que as técnicas já conhecidas ou produzidas pelos próprios agricultores e sua disseminação ajudam na redução das diferenças de produtividade agrícola entre os países, regiões e agricultores. O interesse do modelo se centra mais fundamentalmente na realocação dos fatores de produção do que no problema de produção de tecnologia, e sua preocupação consiste na busca de relações entre as taxas de difusão e características inerentes à cultura, comportamento e educação dos produtores. Isto inspirou largamente a ênfase nos serviços de extensção rural e assistência técnica implantados nos anos 50, inclusive no Brasil, com o advento do sistema ABCAR" (Santos, 1986:22).

(10) Segundo Santos (1986), o "modelo do impacto urbano-industrial" fora formulado por Schultz, e "postulava que o crescimento econômico ocorre em diferentes locais e em ritmos e ocasiões diferentes; os centros de crescimento ***têm primariamente composição industrial urbana; a organização econômica funciona bem melhor nas proximidades do centro de determinada matriz de desenvolvimento que longe dela*** (Schuh, 1975, p.18). A hipótese admite, portanto, um melhor funcionamento do mercado de produtos e fatores nas economias agrícolas próximas dos centros industriais dinâmicos. A expansão dos polos industriais traria consigo alguns efeitos, como elevação da demanda de mão-de-obra, aparecimento de empresas voltadas para a produção industrial de insumos agrícolas, demanda de produtos agrícolas determinada pela exigência de indústrias processadoras e pela urbanização etc. Estes efeitos, junto com outras medidas que permitissem contribuir para um aumento da tecnificação da agricultura.

CAPÍTULO 5

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA VISÃO DA "ESCOLA" DE CAMPINAS

> "Toda verdade nova nasce apesar da evidência, toda experiência nova nasce, apesar da experiência imediata" (Bachelard).

5.1 - INTRODUÇÃO

Estudaremos, nesse capítulo, a "escola" da Campinas, no estrito à análise da modernização da agricultura brasileira. Procuraremos verificar a hipótese levantada na Introdução, onde afirmamos que se encontra nessa "escola", de forma mais contundente que nas demais, já analisadas, a crítica às consequências da modernização da agricultura, mas não se verifica na mesma a crítica à origem dessa modernização.

Basearemos nossa análise em alguns dos principais expoentes dessa "escola". Para tanto, selecionamos o trabalho de João Manuel Cardoso de Mello e alguns trabalhos específicos sobre a agricultura de José F.Graziano da Silva e Ângela Kageyama, uma vez que não teríamos condições, nesse estudo, de abordar toda a produção teórica sobre a agricultura, da "escola" de Campinas, e por entendermos que os mesmos apresentam em seus trabalhos o que há de mais siginificativo, nessa "escola", sobre a modernização da agricultura brasileira.

Partiremos, portanto, das críticas que essa "escola" faz à modernização, para então chegarmos a crítica que fazemos a essa "escola" por não criticar ou trabalhar a essência do processo mo-

dernizador.

Assim sendo, analisaremos as bases filosóficas que fundamentam as produções teóricas dos autores acima mencionados, para desta maneira verificar se há ou não neles uma influência ou uma concepção ideologizada da modernização da agricultura.

5.2 - A "ESCOLA" DE CAMPINAS

Não nos deteremos aqui em maiores detalhes no surgimento cronológico dessa "escola" do pensamento econômico brasileiro. Apenas nos remeteremos à sua origem numa conjuntura histórica, o que a caracteriza diante das demais "escolas" do pensamento político-econômico brasileiro.

A "escola" de Campinas é a denominação comumente usada para distinguir a produção econômica de um seleto grupo que fundou o Departamento de Economia, na Universidade Estadual de Campinas, no estado de São Paulo.

A fundação desse Departamento coincide com o momento histórico que vivenciávamos no Brasil da década de 70. O país estava recém-saido da fase do "milagre econômico" e penetrando num período de crise político-econômica que se encerra, politicamente, com a transição do regime militar para o regime civil e, no entanto, perdura sob outros conteúdos políticos e, principalmente, no seu aspécto econômico.

Nessa conjuntura, em que já se pode tirar conclusões sobre o processo de desenvolvimento empreendido pelos governos au-

toritários, do regime militar, percebe-se que o desenvolvimento econômico do país se deu de forma a aprofundar as suas condições de subdesenvolvimento. A economia brasileira durante esse período (1964-1974) de mais ou menos uma década, acelera seu processo de transnacionalização, dado as facilidades proporcionadas pelos governos militares.

A consolidação do processo de transnacionalização da economia levou o país a profundos impasses no que se refere às suas condições econômicas, políticas e sociais.

Esses impasses estão mais uma vez colocados no debate político-econômico desse período, onde a questão agrária reaparece no cenário político como uma questão a ser enfrentada pelos governos militares e pela sociedade brasileira.

Por esse período encontram-se em "baixa" as discussões cepalinas, pois as teorias divulgadas pela CEPAL, sobre o desenvolvimento através da superação do subdesenvolvimento via industrialização e a sua participação nos órgãos do governo antes de 1964 não produziu muitos resultados positivos. Não houve a superação dos "obstáculos estruturais" ao desenvolvimento. Ao contrário, verifica-se o fortalecimento das estruturas e um desenvolvimento dependente ao invés de autônomo.

É nesse contexto que surge, primeiro, a teoria dependentista e, por último, a teoria da "Escola de Campinas" ou campineira. Duas interpretações do processo de subdesenvolvimento/desenvolvimento brasileiro. Duas "escolas" que se derivaram da teoria cepalina e dela discordaram, surgindo desta discordância os conceitos que, evoluindo à análise da CEPAL, resultaram num arcabouço teórico que serve de base a constituição das "escolas" de-

pendentista e campineira.

Daí em diante as discussões se darão em torno da origem da dependência e, principalmente, de suas consequências para o processo de desenvolvimento.

Parte-se do conceito de dependência entendido como um dado estrutural, histórico. Para tornar, desta maneira, mais contundentes as explicações sobre a realidade brasileira que se fundamentam a partir de uma análise de seu processo originário de formação econômica.

Acontecem, de forma mais acirrada, os debates acerca dos modos de produção no Brasil, buscando-se assim entender a origem de seu subdesenvolvimento e de seu capitalismo.

Com relação à formação do capitalismo no Brasil, a CEPAL compreendia que este teria sido desde a sua origem subdesenvolvido por conta de fatores históricos completamente externos às suas determinações.

Para a CEPAL o desenvolvimento teria surgido da industrialização originária, consolidada no século XVIII na Inglaterra, França e Alemanha, passando estes a se constituírem em modelos clássicos do processo de industrialização. Acontecido esse fato, são acometidos por esse processo os demais países europeus e as colônias de povoamento, constituindo-se estes em países cêntricos.

Os demais países, os periféricos, não industrializados, passam, então, diante da superioridade técnica, econômica, política e comercial dos países cêntricos a se relacionarem com estes a um nível de subordinação de seus interesses aos interesses gerais desses países cêntricos, e portanto do seu processo de ex-

pansão capitalista. Daí as relações se apresentarem de forma desigual no que consiste a todos os aspectos das transações comerciais.

Os países desenvolvidos, "países cêntricos", levam vantagens no comércio de exportação/importação. Caracterizando, assim, uma condição de subdesenvolvimento para os "países periféricos".

Esse subdesenvolvimento era continuamente alimentado e reforçado pelas suas transações comerciais ao nível do mercado externo, onde as trocas tendiam a ser desiguais, ficando os países subdesenvolvidos dependentes dessas relações comerciais em que participavam com produtos primários de exportação, produzidos (dado a estrutura agrária) sob uma forte exploração da mão-de-obra, por sua vez em abundância e, portanto, remunerada a baixos preços.

A tendência dessa relação "países cêntricos" versus "países periféricos" era, portanto, a da continuidade dessas relações desiguais.

Para romper essa tendência fazia-se necessário minimizar as diferenças na apropriação da renda nacional, através de uma mais racional distribuição da renda, de maneira a engendrar uma maior dinâmica nas relações capitalistas internas, o que por sua vez deveria ser feito à medida em que se concretizasse o processo de industrialização.

Isso porque, segundo os cepalinos, a relação de subdesenvolvimento implicava num profundo processo desigual de enriquecimento interno, onde as discrepâncias entre os níveis de apropriação da renda interna colocava em constante ameaça o modo-

de-produção capitalista subdesenvolvido no Brasil.

Mas essa visão não os leva a concluírem pelo aguçamento desses níveis de desigualdades externos e internos como meio de chegar a um ponto tal em que ocorressem mudanças nas estruturas de produção.

Ao contrário, os cepalinos buscam a superação positiva do subdesenvolvimento, através da industrialização da economia como um todo, e das transformações na estrutura fundiária em particular.

Os dependentistas se destacam pelo "intento de caracterização do processo histórico estrutural da dependência em termos da relações de classe que, ligando a economia e a política internacionais a seus correspondentes locais e gerando, no mesmo movimento, contradições internas e luta política, asseguram a dinâmica das sociedades dependentes" (CARDOSO, 1979:365).

A teoria da dependência surgiu contudo da evolução do pensamento cepalino, no que se refere a revisão do conceito de "periférico", que se mostrava vago, inconsistente na análise da realidade, para em seu lugar desenvolver o conceito de dependência, este, mais atinente às relações que se davam ao nível do mercado externo e na submissão ou cooperação das classes dominantes locais.

Pode-se concluir que tanto a teoria cepalina quanto a teoria da dependência sobrevalorizam os fatores externos em detrimentos dos internos.

Já a teoria campineira se caracteriza, de início, pela sobrevalorização dos fatores internos no processo de desenvolvimento subjugado à relações dependentes, não determinísticas, num

processo de transição de formações econômicas pré-capitalistas para a formação de relações de produção, baseadas nas forças de produção capitalistas(1).

No debate sobre a origem do capitalismo no Brasil, João Manuel Cardoso de Mello (1988), um dos expoentes da "escola" de Campinas, desenvolveu a seguinte compreensão: que na formação econômica brasileira pode-se, inicialmente, verificar a existência de várias formações sócio-econômicas, como relações "feudais" e escravismo, mas que a existência destas não significa que houvesse um modo-de-procução feudal ou escravista.

> "Fica claro, portanto, que não é lícito identificar o modo de produção dominante nas formações sociais coloniais a partir, apenas, da forma que assumem as relações sociais básicas, como se escravidão fosse igual a modo de produção escravista, e servidão, a feudalismo. Este procedimento exclui, pura e simplesmente, o nível e a organização das forças produtivas, sua articulação com as relações sociais de produção e, não menos importante, os processos históricos que constituíram e deram "sentido" a tais sociedades. Que semelhança, senão a formal, guardariam, por exemplo, a economia mercantil-escravista brasileira e a economia mercantil escravista romano-cartaginesa?" (MELLO, 1988:35).

Entende Mello que desde a origem da formação econômica no Brasil o capitalismo existe. Apresentado formalmente (relações mercantis) e não especificamente (relações assalariadas).

Mello (1988) afirma a existência do capitalismo formalmente constituído através das relações agrário-mercantis e critica o paradigma cepalino, segundo o qual: "...ter-se-ia inaugurado... nas duas últimas décadas do século XIX, uma nova etapa do processo de desenvolvimento latino-americano com a constituição das economias primário-exportadoras" (Mello, 1988:29).

Os cepalinos, portanto, entendendiam, assim, o processo

de desenvolvimento como uma determinação externa na dinamização da economia local. Enquanto para Mello (1988:29), teve significado o reconhecimento da existência de um "único componente autônomo de crescimento da renda, e, **ipso facto**, o setor externo surge como um centro dinâmico da economia".

Ao reconhecer o setor agrário-mercantil como "centro dinâmico da economia", Mello (1988) não está aceitando a determinação do desenvolvimento por fatores externos, mas ao contrário admitindo que há um setor interno, autônomo e dinâmico que encontra no setor externo a realização dessa dinâmica.

Isto posto, Mello (1988) coloca a "escola" cepalina numa posição teórica questionável, no que se refere a sua compreensão acerca da formação econômica brasileira, quando esta evidencia formações sociais feudais e escravistas, ao destacar uma formação econômica originária no Brasil, onde as formações sociais feudais e escravistas existem, mas subordinadas às determinações das relações que lhes imprimem dinâmica: o capitalismo. Mas não o especificamente, porque não calcado em relações assalariadas, porém com especificidades, quais sejam as de se consolidar, ao mesmo tempo em que convive com formações sociais pré-capitalistas (feudais ou escravistas).

5.3 - PROGRESSO TÉCNICO E A INEXORABILIDADE DO CAPITALISMO, NA NA CONCEPÇÃO DE JOSÉ GRAZIANO DA SILVA

Por entendermos que Graziano elabora suas críticas às consequências da modernização na agricultura e não à própria essência da modernização, é que relacionaremos nessa seção os principais problemas agrários analisados por Graziano e depois por Kageyama para vermos a relação da modernização com cada um deles, quais sejam: 1) a concentração fundiária; 2) a transformação do campesinato/proletarização, em Graziano; e, a homogeneização/diferenças regionais, em Kageyama.

Antes atentamos para a fundamentação teórica da produção de Graziano, especialmente.

A concepção de Graziano acerca da modernização da agricultura está fundamentada na filosofia marxista da sociedade burguesa. Podemos fazer essa afirmação diante da análise de Graziano sobre a renda da terra em Marx, da sua aceitação da concepção e da construção de sua análise através dos conceitos e categorias marxistas.

Pode-se perceber, também, em Graziano a idéia de progresso técnico muito parecida com a concepção geral de progresso em Marx(2) e no pensamento filosófico em geral do século passado, com suas influências até os dias de hoje.

Fazemos as observações, acima, primeiro, dado a importância que, compreendemos ter, a fundamentação epistemológica do conhecimento científico a qual, não é neutra, ao contrário, apresenta-se enormemente relacionada com interesses de segmentos e/ou

classes sociais distintas. Segundo, a importância dessas concepções, dado a sua repercussão junto as classes sociais e aos seus canais de organização e viabilização de seus projetos.

Vejamos pois algumas passagens do trabalho de Graziano "Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura" (1981), a começar pelo seu conceito de progresso técnico.

O progresso técnico na agricultura talvez seja muito mais significativo do que na indústria, porque na agricultura as limitações não são apenas técnicas, mas também naturais. O que significa, que um avanço tecnológico na agricultura pode superar limitações, anteriormente postas pela própria Natureza (fertilidade, clima, secas, geadas etc), e não meramente técnicas, como é o caso da indústria. E, em se tratando de uma produção capitalista, o progresso técnico pode significar concretamente "uma maneira do capital superar a barreira representada pela propriedade fundiária" (SILVA, 1981:22), maior produtividade, encurtamento do período de rotação do capital e, consequentemente maior lucratividade, pois é sabido dos obstáculos naturais e específicos que o capital encontra no seu investimento na agricultura.

Graziano entende por progresso técnico o próprio desenvolvimento do capitalismo. Vejamos a seguinte citação:

> "(...) o capital tem no progresso técnico, que nada mais é do que uma das facetas do seu próprio desenvolvimento, a chave do processo de subordinação da terra e, por extensão, da própria Natureza. Em outros termos, com o desenvolvimento do modo capitalista de produção na agricultura, a barreira representada pela propriedade fundiária vai perdendo sua importancia..."
>
> .....
>
> "(...) é como se o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, ao enfrentar a questão do monopólio da propriedade da terra e o fato de ser esta limitada em sua disponibilidade, "fabricasse mais Terras", explorando cada unidade de área de maneira mais int(e)nsiva" (SILVA, 1981a:22-24).

Na definição de Graziano (SILVA, 1981a:24-25) sobre progresso técnico está explicitado, mais que uma relação intrínseca, entre progresso técnico e desenvolvimento do capital, uma relação sinônima. Todo progresso técnico, mais do que subordinado ao desenvolvimento do capital, representa o próprio desenvolvimento capitalista, sua evolução na superação de obstáculos.

Assim sendo,

> "a) todo progresso técnico está relacionado ao aumento da produtividade do trabalho, (portanto, numa análise marxista, é o aumento da mais valia relativa); b) a questão da técnica e de seu desenvolvimento, não pode ser dissociada das condições do seu emprego; c) tanto como propiciar uma maior eficiência da força produtiva do trabalho, o objetivo do progresso técnico no capitalismo é a submissão do trabalho ao capital" (SILVA, 1981a:25) (parênteses nosso).

A análise de Graziano é bastante coerente com as tendências apresentadas no desenvolvimento do capitalismo. Todavia, entendemos, que quando Graziano toma o conceito em Marx, de progresso técnico, e o associa com o capitalismo, como uma resultante do processo de desenvolvimento capitalista, ele (Graziano) se distancia de uma visão crítica do processo histórico do próprio progresso técnico. Daí para, em outros textos, confundir progresso técnico com modernização é um passo muito curto.

Sem dúvida o progresso técnico se vê mais revigorado e dinâmico sob as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, constituindo-se também num elemento da transformação das forças produtivas capitalistas. Mas, todavia, progresso técnico, enquanto resultado de evoluções e aperfeiçoamentos contínuos das técnicas, não é por si só nem capita-

lista nem pré-capitalista. Progresso técnico é um produto social, mas é também uma concepção social, podendo dessa forma estar a serviço dos interesses capitalistas como de outros segmentos das classes sociais, sem ser necessariamente de natureza capitalista. Ou não?.

O que temos como certeza é que o progresso técnico não é em sua criação de propósitos neutros e, embora pareça e até mesmo "sirva" a toda sociedade, traz uma marca característica - na sua utilidade - de uma determinada classe social, de interesses determinados.

Isto posto, vimos, na seguinte afirmação de Graziano, uma contradição:

> "(...) a aplicação do progresso técnico não é dirigida "contra os trabalhadores" ou "contra a Natureza", como fazem crer certas "análises ecológicas" ... A tecnologia, é, isto sim, a "favor do capital", ou seja, o seu sentido último (achamos que é objetivo primeiro, no capitalismo) é o de elevar a taxa de lucro... E, dependendo a elevação da taxa de lucro tanto do aumento da mais-valia por rotação desse capital adiantado à produção, o progresso técnico tenderá a incidir sobre ambas essas relações simultaneamente. É verdade que, às vezes, incide mais sobre uma do que sobre a outra; mas, e esse é o aspecto fundamental, sempre incide no sentido de permitir uma elevação na taxa de lucro do ponto de vista do empresário individual que a emprega" (SILVA, 1981a:27) (parênteses de RDM).

Essa compreensão de Graziano deriva da interpretação de que os conhecimentos científicos e técnicos são neutros. Ou que são benéficos a toda a sociedade. Se realmente for essa a compreensão de Graziano, então reside aí uma ideologização do papel do conhecimento na sociedade atual. Tomando-o como universal, como uma apropriação social global, se escamoteia as contradições que estes revelam.

Em outras palavras, a sociedade como um todo é realmente beneficiária da utilidade prática desse conhecimento (seja científico ou técnico)? Ou é apenas potencialmente beneficiária?

Quando falamos "potencialmente" nos referimos a seguinte idéia: quantos agricultores podem ter acesso as mais avançadas tecnologias agropecuárias? Outra questão que se desdobra dessa é a seguinte: uma vez tendo esses agricultores acesso às tecnologias, como serão suas relações de produção? Estarão mais livres dos limites da Natureza? É certo que sim. Mas, estarão mais livres das relações de produção desiguais? É improvável.

Isso significa que a produção científica e tecnológica são avanços sociais, mas ainda estão apropriados por segmentos e classes sociais determinadas. Romper, portanto, com essa determinação, é tarefa que, também, se encontra no campo da produção científica e tecnológica. Perceber dessa forma essa questão, é, no nosso entendimento, percebê-la criticamente.

A modernização da agricultura se encontra na mesma condição de desigualdade na sua apropriação, devido a desigualdade de sua origem e essência.

A modernização é, na sua essência, um atributo do desenvolvimento capitalista, mas não o é somente progresso técnico. Modernização é portanto progresso técnico mas é também qualidade de renovação dos interesses capitalistas, é uma característica do capital. É um saber científico e técnico que existe socialmente, mas é originariamente apropriado pela classe capitalista, e, portanto, reprodutora em sua natureza das relações desiguais de produção.

Aceitar essa interpretação da modernização em geral e da

agricultura, em particular, é mais que questionar a modernização da agricultura, é abrir um leque de possibilidades para o desenvolvimento sócio-econômico da mesma em moldes indeterminados, uma vez que não dependentes ou subordinados ao capitalismo. Ao contrário, é condenar as consequências da modernização da agricultura, negando-se a enxergar a natureza desigual de sua essência.

Parece-nos que Graziano não reconhece a origem contraditória da natureza da modernização. E, sim, suas consequências contraditórias. Isto posto, procuraremos a seguir analisar algumas das relações provenientes do caráter da modernização da agricultura com as consequências por ela provocadas.

5.3.1 - A Inexorabilidade da Modernização da Agricultura

O trabalho, "A Modernização Dolorosa" (SILVA, 1981b), de Graziano, reune uma série de textos escritos a partir de fins de 1970 os quais têm como objetivo analisar algumas das questões mais problemáticas da agricultura brasileira. Neste trabalho fica mais claro perceber o conceito de modernização da agricultura, utilizado por Graziano, e sua concepção sobre a questão da modernização da agricultura brasileira.

Esses textos apontam para a idéia de inexorabilidade do processo do desenvolvimento capitalista, sua expansão do setor agrícola e a submissão deste à sua dinâmica e lógica de acumulação.

Graziano baseia em Marx o seu entendimento sobre o papel

da agricultura capitalista. Para Marx, ao penetrar o capitalismo na agricultura, esta passa por um conjunto de transformações que vão modificar suas relações de produção. Os camponeses-artesãos se tornam assalariados; a expropriação de seus meios de subsistência os liberam para o mercado interno e para a venda de sua força de trabalho; a subsistência e as matérias-primas transformam-se em elemento do capital constante.

Torna-se, assim, a agricultura num setor secundário. Ao mesmo tempo em que tende a evoluir (em seus métodos e técnicas de produção) progressivamente para relações capitalistas ou subordinadas à lógica do capital. Daí persistirem relações sociais tidas como pré-capitalistas.

Nesse sentido, as relações pré-capitalistas não se colocam como entraves ao desenvolvimento capitalista, como pensavam os marxistas ortodoxos da esquerda brasileira.

A idéia de progresso está presente nas entrelinhas da concepção de desenvolvimento da agricultura em que coloca como elemento precípuo a inovação tecnológica e a sua subordinação à lógica de reprodução especificamente capitalista.

A idéia de progresso está presente nessa lógica teórica que não consegue apontar outra alternativa que não seja a evolução capitalista, a modernização; que não enxerga nesta modernização a origem dos problemas sociais recentes que se mostram na agricultura brasileira.

A concepção de que as relações pré-capitalistas são entraves à transformação da agricultura, são nitidamente influenciadas pela idéia de progresso que vigora desde o século XVIII.

Nessa idéia de progresso está fundamentada a valorização que se atribui ao avanço tecnológico, e às relações assalariadas (devido a "liberdade" que passou a gozar o antigo camponês, transformado em proletário, nos exemplos clássicos da revolução industrial), e em "lumpemproletariado" no exemplo brasileiro.

A já repetitiva explicação do "atraso" da agricultura brasileira (em relação à indústria e a própria agricultura dos países desenvolvidos), como sabemos, está na herança colonial, ou seja na herança das relações "feudais" e escravistas, mantenedoras da estrutura agrária baseada na forte concentração de terras, que por sua vez punha-se como obstáculo ao desenvolvimento agrícola e econômico do país.

Silva (1981a) nega terminantemente a interpretação de que a situação atual da agricultura é resultado do desenvolvimento capitalista, e também de suas limitações, dando, essa interpretação, a entender que se o capitalismo "quizesse" a situação seria diferente.

Para Graziano a "debilidade das transformações na agricultura brasileira" ocorre "em função da própria forma específica de desenvolvimento que havia aí assumido o capitalismo" (SILVA, 1981a:1).

> "...Isso significa que o capital não tem conseguido realizar a expropriação completa do trabalhador, nem revolucionar o processo de produção de modo amplo e dinâmico. Longe disso, a agricultura brasileira espelha avanços e recuos de uma lenta e, por isso mesmo, dolorosa modernização em alguns setores específicos, modernização essa em sua maior parte sustentada artificialmente pelos subsídios estatais" (SILVA(3), citado por Silva, 1981a:1).

A modernização da agricultura faz parte, portanto, dessa forma específica de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, sendo ela mesma específica, pois, conservadora.

Para Graziano, modernização da agricultura se define por inovação técnica (mecanização, fertilizantes, defensivos etc) que resulta em termos econômicos em aumento da produtividade, e, em termos sociais: "Vê-se, portanto, claramente que o processo de modernização se faz acompanhar de unidades de produção cada vez maiores, com uma consequente deterioração da distribuição da renda no setor agrícola" (SILVA, 1981b:29).

No tocante a realidade brasileira, as transformações ocorridas na agricultura com o desenvolvimento do capitalismo, no entender de Graziano, é o seguinte:

> "A agricultura já perdera a auto-suficiência de que dispunha no complexo rural para produzir os próprios meios de produção de que necessitava e os bens de consumo final; já deixara de produzir valores de uso, para se dedidar a uma atividade específica, determinada, que produz mercadorias, ou seja, valores de troca. E agora a agricultura passa a operar como se fosse ela mesma uma indústria de um ramo qualquer da produção; ela não apenas compra a força de trabalho e os insumos que necessita como também vende seus produtos os quais se converterão em sua grande maioria, em matérias-primas para outras indústrias" (SILVA, 1987: 17).

Vejamos, pois, nas subseções seguintes, como são colocadas por Graziano os problemas resultados da modernização de forma específicamente conservadora.

5.3.2 - Modernização Versus Concentração Fundiária

Graziano tem uma vasta produção sobre a concentração fundiária, não nos deteremos nos índices, mas nos principais aspectos de sua relação com a modernização da agricultura.

Vimos em Graziano que da década de 60 em diante há uma reconcentração fundiária no país, que se dá devido às consequências do processo de modernização aqui desencadeado. Esse processo privilegiou, por meio de uma política de incentivos e créditos, os grandes e médios proprietários de terra: fossem pessoas físicas ou jurídicas, empresas privadas de capital "nacional", de capital misto ou transnacional.

Como ocorreu?

Sabemos que a constituição histórica da propriedade da terra no Brasil, desde sua origem, se baseou na concentração da propriedade da terra.

Acreditava-se, contudo, que essa concentração fundiária era um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo. E que uma vez implementada a industrialização extensiva haveria consequentemente uma redistribuição da propriedade da terra com vistas a modificar a sua estrutura concentracionista em favor da pequena propriedade. Contudo, o que se verifica a partir de 60, com a implantação do projeto de modernização da agricultura, é que houve ainda uma reestruturação fundiária, a qual se deu no sentido de aumentar ainda mais o latifúndio, através da extinção (do "engolimento") da pequena propriedade.

Graziano faz uma observação pertinente a interpretação

apressada que se fez do processo de modernização. Algumas pesquisas referentes ao estado de São Paulo indicavam que a modernização havia trazido uma desconcentração da terra. A essa interpretação Graziano da Silva coloca os dados que comprovam que o que houve foi a extinção da pequena propriedade, que estatisticamente aparece como se tivesse havido uma relativa redistribuição no sentido da desconcentração.

Graziano mostra que, sem dúvida, o processo de modernização da agricultura paulista provocou um aumento da concentração da terra sem que esta tivesse se constituído em um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo, ao contrário foi altamente propício, pois transformou a agricultura num setor altamente específico, eliminando as propriedades e as atividades de subsistência, que tornavam anteriormente as fazendas autônomas.

Com a modernização e o paralelo crescimento urbano, as fazendas se especializam em produtoras de café, ou de leite, ou de arroz, etc. Ao mesmo tempo em que ocorre essa especialização, as fazendas que antes produziam seus próprios adubos, instrumentos de trabalho e alimentos dos trabalhadores, passam a comprá-los às indústrias e comércio das cidades (SILVA, 1981b:62).

Esse processo de modernização, portanto, resultou na exclusão dos pequenos produtores, na eliminação de um tipo de renda que era exclusivamente retirado das atividades agrícolas, e na criação de uma mão-de-obra sazonal, devido a não mecanização em todas as fases do processo produtivo agrícola.

Logo, as teses que indicavam a reestruturação agrária no sentido da ampliação da pequena produção e do processo moderniza-

dor aos pequenos produtores se viram negadas pelo processo histórico.

O desenvolvimento capitalista por sua vez se expandiu e fortaleceu-se muito mais profundamente com a modernização da agricultura, que não apenas suprimiu a pequena propriedade e especializou a produção agrícola criando um mercado interno para a indústria, mas valorizou de tal forma as terras que verdadeiros latifúndios foram criados ou transformados para servir apenas como "**reserva de valor**", tornando-se assim improdutivos e aumentando ainda mais a tendência a concentração fundiária.

5.3.3 - Modernização Versus Transformação do campesinato ou Lumpenização

A análise dessa questão na concepçao de Graziano sobre a agricultura brasileira faz-se oportuna dado o significado das consequências do processo recente de modernização.

Primeiro é importante salientar o papel que ocupou e ocupa o pequeno produtor agrícola brasileiro e a sua diversidade que, desde períodos mais remotos, indicam as especificidades do processo histórico brasileiro.

Chamar o pequeno produtor agrícola de camponês pode ser feito, porém, com as devidas explicações, pois não existiu no Brasil um campesinato (clássico) do tipo existente nos países europeus. O próprio Graziano, quando se refere a camponês se refere aos trabalhadores que "organizam a produção com base no trabalho

familiar e que só excepcionalmente lançam mão de trabalho assalariado nas suas unidades de exploração" (SILVA, 1981b:139).

Afora o camponês encontram-se inúmeras outras relações de produção na agricultura brasileira, muitas possuem a mesma essência mas assumem denominações regionais. Mas o que mais nos interessa nessa seção é apreender a concepção de Graziano sobre as transformações pelas quais passam os trabalhadores rurais, em todas as suas especificações, com o processo de modernização da agricultura brasileira.

Segundo, é importante discutir a relação do camponês ou pequeno produtor rural e demais trabalhadores rurais com as formas de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Nesse ponto, observamos que o capitalismo se desenvolveu na agricultura, inicialmente, sob a forma de capital comercial e, mais recentemente, sob a forma de capital financeiro. O capital que modernizou a agricultura não foi o capital industrial em sua forma pura, mas associado ao financeiro, que podemos denominar de capital financeiro ou monopolista.

De qualquer forma, o que se verifica é que:

> "Na grande maioria dos casos, o que se observa ainda hoje é a presença de pequenas unidades familiares onde os produtores se organizam com base no trabalho da família e com a ajuda de trabalhadores contratados apenas temporariamente em épocas determinadas do ciclo produtivo (na colheita, por exemplo) e com um nível muito baixo de tecnificação. Mas esse tipo de unidade não é absolutamente fechado ou independente, pois seu grau de participação no mercado - tanto na venda de produtos como na compra de insumos - é bastante elevado. E é justamente nessa vinculação crescente ao mercado à circulação capitalista de mercadorias que se materializam as formas concretas de extração do excedente ou sobretrabalho desses camponeses" (SILVA, 1981b:127).

O campesinato sofria, paulatinamente, a expropriação de seus meios de subsistência, porém o processo de desenvolvimento do capitalismo desencadeado na agricultura a partir da década de 60, com o projeto de modernização da agricultura, acirrou ainda mais o processo de expropriação do "camponês". Isso porque a modernização é conservadora e dolorosa, porque o seu objetivo é em primeira e em última instância a produtividade e não a transformação estrutural de forma a modificar, para melhor, as condições de vida dos trabalhadores rurais.

Graziano, traz em seus trabalhos vários índices estatísticos que revelam a quantidade de expropriação, pela concentração fundiária, e a quantidade de trabalhadores sazonais na agricultura. Esses dados concluem que a partir da década de 60 se verificou em São Paulo (de forma mais intensa, uma vez que o seu desenvolvimento capitalista também era mais intenso) e no Brasil, a concentração fundiária e concomitantemente o aumento de trabalhadores rurais sem terra, assalariados permanentes e temporários. Isso porque a modernização, ocorrida na agricultura brasileira é poupadora de mão-de-obra. E essa mão-de-obra excedente que finda por se "lumpemproletarizar"; inchando as cidades; aumentado o contingente populacional das favelas, criando outras favelas; se tornando em prostitutas, trombadinhas, mendigos e ladrões.

Para nós, a grande questão é que Graziano, dá a entender que essas consequências "dolorosas" da modernização da agricultura ocorrem por conta do modelo de modernização implantado no país. Porém se o "modelo" foi da tecnificação ou da inovação induzida (como vimos no capítulo 3), os resultados não poderiam ser

muitos diferentes, pois esse modelo é poupador de mão-de-obra. E em ne-
nhum momento Graziano aponta para um outro "modelo", todavia, revela a defesa da modernização da agricultura.

Por outro lado, Graziano entende que a modernização sob o desenvolvimento capitalista não pode resultar noutras consequências que não as acima apresentadas, mas por outro lado não aponta que tipo de desenvolvimento poderia se viabilizar para que se transformassem as condições de miséria dos trabalhadores rurais, pequenos produtores ou assalariados. A proposta que apresenta é de uma reforma agrária. Mas, esta também não é colocada com clareza. O que fica evidente é que uma pretensa reforma agrária deveria modificar o monopólio da terra.

Um aspécto que fica claro na análise de Graziano é o da necessidade da participação do Estado nas mudanças que visem transformar as atuais condições de miserabilidade dos trabalhadores da agricultura, o que deveria ocorrer na mesma intensidade e no mesmo grau de importância em que atuou o Estado no processo de modernização da agricultura.

Outro aspecto a salientar na análise de Graziano da Silva sobre o processo de modernização é o de que a eliminação da pequena propriedade não é total, assim como não são de todo eliminados os pequenos produtores, mas que a sobrevivência destes se dá de forma a continuar a dominação capitalista sobre eles.

> "É fundamental portanto entender a proletarização, a nosso ver, de uma forma bastante ampla: como o processo de subordinação direta do trabalho ao capital e não apenas como a expropriação completa dos meios de produção do camponês. Em outras palavras, o fato de o capitalismo reproduzir a pequena produção numa determinada fase histórica de sua evolução não

invalida a questão teórica mais geral da necessidade de um trabalhador "despossuído" para o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista na agricultura" (SILVA, 1981b:134).

5.3.4 - Modernização Versus Homogeneização e Diferenças Regionais

A homogeneização do espaço agrícola, no entender de Angela Kageyama significa o mesmo que modernização da agricultura.

Só que o conceito de modernização utilizado por Kageyama não se restringe apenas ao aspécto técnico da produção agrícola, mas a todos os elementos que a envolvem:

> "Deve-se entender que homogeneização dos espaços econômicos sob o domínio do capital, no caso da agricultura, é a sua ***modernização,*** em todos os sentidos: das técnicas de produção (novas formas de plantar, colher, criar animais etc.); da composição do capital (substituição de animais de tração e de força humana por máquinas e implementos mecânicos, por exemplo); das formas de uso do solo (eliminação do pousio e introdução da rotação de cultura, pastagens e forrageiras "artificiais", cultivos etc.); e, finalmente, modernização das relações de trabalho, com a substituição dos antigos arranjos nem sempre de todo monetarizados como a parceria, o colonato, o sistema do morador, as formas de mutirão e suas variantes pela relação assalariada, permanente ou temporária" (KAGEYAMA, 1986:27).

Contudo, o conceito de modernização de Kageyama, exposto acima, não significa que necessariamente tenha ocorrido modernização em sua plenitude em toda a agricultura brasileira. Ao contrário, Kageyama traz uma análise das diferenças e desigualdades regionais para mostrar que o processo de modernização implementado no pós-60 ocorre de forma desigual, aprofundando, assim, as diferenças regionais já existentes.

O que se verificou foi que o processo de modernização da agricultura já vinha ocorrendo em São Paulo desde o pós-guerra, e que a implementação do projeto de modernização do Estado brasileiro só fez com que se aprofundasse ainda mais o que já ocorria na agricultura paulista, isso devido a política estatal, que inegavelmente beneficiou essa região em detrimento das regiões Norte e Nordeste. Enquanto nos demais estados da região Sudeste e Sul apresentaram uma tendência em acompanhar os níveis de desenvolvimento da agricultura paulista, seguida em menor intensidade pela região Centro-Oeste.

Já as regiões mais distantes, parte do Centro-Oeste, Norte e Nordeste só conseguiram dinamizar algumas etapas do processo produtivo, de culturas específicas, já incorporadas pela divisão nacional do trabalho, como exemplo a cana-de-açúcar.

No caso do Nordeste, especificamente, o seu processo de industrialização nos anos 60 se destinou ao fornecimento de produtos para a região Centro-Sul, e não para o seu mercado interno, consequência de seus setores industriais e agrícolas serem pouco dinâmicos se comparados com os de São Paulo.

> "(...) A existência dessas desigualdades está relacionada não somente com as bases históricas do desenvolvimento do capitalismo em termos regionais, dos quais destaca-se o papel do capital mercantil e suas formas de dominação local, mas também as desigualdades regionais da modernização da agricultura podem permanecer a ser acentuadas pela atuação de fatores conjunturais. Destes fatores, a política agrícola e, principalmente, o crédito rural constituem, no caso brasileiro, não só uma das mais importantes fontes de viabilização da modernização da agricultura como simultaneamente uma das principais fontes de reprodução de suas desigualdades" (KAGEYAMA, 1986:28).

O importante a destacar é que no processo de desenvolvimento que se desencadeia no pós-60, processo este que tem na modernização dos setores produtivos em geral e da agricultura em particular a sua base, dá-se uma reestruturação da concentração fundiária e das atividades agrícolas de maneira a ocorrer a modernização da agricultura em todas as culturas destinadas ao mercado externo, à exportação.

Assim sendo, a modernização da agricultura se impõem como uma tendência, que, a depender das especificidades históricas regionais, se apresenta de formas diversas, transformando relações de produção, subordinando outras, mas em sua essência modificando os conteúdos das relações de produção que dai em diante se estabelecem.

Logo as características desse processo de modernização da agricultura se definem pela manutenção e ampliação das diferenças e desigualdes regionais, assim como pela "persistência das formas de dominação mercantil e pré-capitalistas" mesmo que subordinadas ao capital produtivo e financeiro. Ou seja, mantém-se as formas mas modifica-se o conteúdo. Outra característica desse processo é que o que lhe confere a direção é "a modernização tecnológica".

Nesse sentido, Kageyama (1986) apresenta uma distinção no conceito de modernização. Modernização tecnológica constitui-se na limitação da modernização da agricultura a um só elemento - o da inovação tecnológica, continuando sem alteração a "composição do capital", as "formas de uso do solo" e "as relações de trabalho". E, assim sendo a modernização da agricultura se mostra

UFPb/BIBLIOTECA/PRAI

diferente nos seus graus de extensidade e intensidade nas regiões brasileiras.

Percebe-se também, na análise de Kageyama, que apesar das diferenças, das desigualdade, o processo de modernização em sua plenitude ainda seria a melhor alternativa da agricultura brasileira, pelo inegável aumento da produtividade que este tipo de modernização apresenta.

A questão dessa alternativa ser poupadora de mão-de-obra é vista da seguinte maneira pela autora:

> "(...) na agricultura brasileira parte considerável do que se pode chamar de "pobreza" não decorre da "falta de trabalho", ou seja, não se vincula com o que tradicionalmente é tido por subemprego, em função do pequeno número de horas trabalhadas. Ao contrário, pretendemos mostrar que existe uma situação geral, porque comum a todas regiões do país, em que se combinam longas jornadas de trabalho - às vezes acima das 48 horas semanais - com baixíssimos níveis de renda. Com isto, reforça-se a idéia de que a raiz do problema da pobreza rural está no *tipo* de ocupação, mais do que no caráter quantitativo do tempo trabalhado" (KAGEYAMA, 1986:272).

Assim como Graziano da Silva, Kageyama não vê na modernização da agricultura a sua origem desigual, excludente, conservadora, dolorosa, mas o progresso que esta resulta em termos de produtividade e de avanço das forças produtivas, com a subjugação de relações pré-capitalistas, ainda existentes em nosso país, a direção do capital. Apresenta os índices de desigualdades agrícolas regionais, critica suas consequências, mas não aponta outra alternativa que não o desenvolvimento do capitalismo na agricultura (leia-se modernização da agricultura).

Enfim, não percebem que as desigualdades se mantêm por uma lógica do capital. Esta só será quebrada com a participação e

interferência política dos segmentos prejudicados e não com mais modernização.

5.4 - MODERNIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

No entender de Graziano, uma vez consolidado o processo de modernização da agricultura, que resultou no empobrecimento geral dos trabalhadores rurais, a reforma agrária é mais do que nunca um direito legítimo dos trabalhadores rurais brasileiros: pequenos produtores, posseiros, rendeiros, parceiros, assalariados permanentes e/ou temporários, etc.

Esse direito advém das brutais consequências das mudanças provocadas pela modernização da agricultura. Advém das condições de miserabilidade em que foram postos os pequenos produtores agrícolas e trabalhadores rurais em geral. Assim como, das questões sócio-econômicas que foram colocadas pelos problemas fundamentais, relacionados com a agricultura: "a questão energética, a questão indígena, a questão ecológica, a questão urbana e a questão das desigualdades regionais" (SILVA, 1981c:104).

Para Graziano da Silva , "*(...) A reforma agrária já não é mais hoje no Brasil uma reivindicação do desenvolvimento capitalista, e sim um questionamento da forma que assumiu esse desenvolvimento*" (SILVA, 1981c:105) .

Esse questionamento passa pela reforma de estrutura de propriedade da terra, no sentido de eliminar o monopólio da mesma e conceder aos trabalhadores rurais um direito há muito tempo ne-

gado que é o da cidadania, realizando-se, dessa forma, uma redemocratização sócio-econômica no país.

Uma reforma agrária, todavia, teria que atender as especificidades das relações de trabalho existentes na agricultura brasileira, de maneira que não seria uniforme, mas heterogênea.

Acima estão esboçadas as idéias principais de Graziano da Silva, extraídas do seu livro "O que é Questão Agrária" (1981c). Já a seguir exporemos a análise de Graziano da Silva no texto "Mas Qual Reforma Agrária?" (1987).

Nesse texto o autor faz uma análise das questões que envolvem a agricultura brasileira, traz o elemento da análise de classes e conclui, com base nas propostas resultadas do I Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra - MST (janeiro de 1985) e do IV Congresso dos Trabalhadores Rurais - CONTAG (maio de 1985), que são muitas as especificidades políticas da organização dos trabalhadores rurais ou "campesinato" brasileiro, e muitas também as dificuldades desses em seu nível de organização. E que fundamentalmente, as propostas apresentadas por esses dois congressos mostram, em seu conjunto, que suas reivindicações se encontravam ainda nas bandeiras de luta do movimento camponês de fins de 50 e inícios de 60. E que, portanto, se mostravam retrógradas por desconsiderarem vários aspéctos das mudanças provocadas na agricultura.

Para Graziano:

> "(...) A questão central é que essa "Reforma Agrária camponesa" se choca hoje com os marcos já plantados pelo desenvolvimento do capitalismo no campo em nosso País: só será viável, portanto, dentro de uma perspectiva de transição para uma nova ordem social, política e econômica. Isso não quer dizer que ela não é mais possível dentro do sistema capitalista em

que vivemos; quer dizer que ela não é mais **necessária** do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas no campo. Permanece, todavia, como uma **possibilidade** (ou uma alternativa) para um desenvolvimento econômico mais democrático que incorpore a dimensão social como um parâmetro importante dentro dos objetivos de suas políticas públicas (...)" (SILVA, 1987:56) .

Uma questão que colocamos à interpretação do autor é: a "reforma agrária camponesa" já foi necessária para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil?

Parece-nos que o tipo de reforma agrária **necessária** ao capitalismo foi a que se realizou com a implantação do projeto de modernização da agricultura no pós-60, a qual recentralizou a propriedade da terra no país, de forma a possibilitar a transformação da base técnica da produção, e subordinou as relações pré-capitalistas a direção do capital monopólico transnacional.

Efetivamente a agricultura se modificou, assim também como o conteúdo de suas relações de produção.

5.5 - RESUMO E CONCLUSÃO

Neste capítulo vimos a forma como é interpretada pela "Escola" de Campinas o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mais precisamente a sua relação com a agricultura. Esta se mostrou um setor estratégico para a dinamização do processo de acumulação do capital assim como de sua reprodução, não se constituindo como obstáculos às formas de relações de produção pré-ca-

pitalistas, que com a penetração do capitalismo no campo acabam por se subordinar à dinâmica e à lógica de desenvolvimento do capital.

Sua diferença para as demais "escolas" aqui analisadas são a de primeiro: compreenderem o elemento endógeno como o principal fator do processo de desenvolvimento do capitalismo no país, embora a história de seu desenvolvimento tenha mostrado, na concepção da "escola" de Campinas, que até o período da industrialização brasileira (1956-1961) a reprodução do capital tenha se realizado externamente, devido a prevalência de uma agricultura exportadora como o principal setor econômico do país.

Segundo: de criticarem o processo de modernização instalado no pós-60. Apontam suas deficiências e o seu caráter desigual e conservador das estruturas de dominação capitalista. Não se colocam portanto contra a modernização, enquanto um mecanismo de transformação e evolução das forças produtivas, através de suas mudanças técnicas e do aumento da produtividade. Ao contrário defendem a modernização, como instrumento de desenvolvimento capaitalista.

Ao criticarem as consequências da modernização sem contudo negá-la, os autores aqui analisados, filiados a "escola" de Campinas, não conseguem ver a essência desta. Isso se dá por conta da influência não só do marxismo mas da base epistemológica na qual se funda o conhecimento filosófico e científico do século XIX até hoje - o racionalismo científico, advindo do Iluminismo e do Positivismo.

5.6 - NOTAS

(1) Para Mello (1988: 96-97), "A problemática da transição é a problemática da industrialização capitalista na América Latina, porque a revolução das forças produtivas, quer dizer, a industrialização, se dá sob a dominação do capital. (...) A industrialização capitalista, portanto, deve ser entendida como o processo de constituição de forças produtivas capitalistas, mas precisamente como o processo de passagem ao modo especificamente capitalista de produção, ao que é impropriamente chamado de capitalismo industrial."

(2) Visto no segundo capítulo.

(3) SILVA, José Graziano da (coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência.** Campinas: UNICAMP, 1978:252. (Relatório).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao findar esse estudo sobre a ideologia da modernização da agricultura brasileira chegamos a algumas considerações gerais das quais exporemos as, que entendemos, principais.

Queremos antes, porém, salientar que não é facil estudar e analisar o conteúdo ideológico dos discursos. Isto porque o conceito de ideologia é muito complexo e envolve uma série de interpretações, que em sua maioria são muito polêmicas.

Nesse ponto, percebemos que trabalhar com a categoria ideologia traz muitos problemas, porque os outros discursos, que não são os da classe dominante, ou melhor que se apresentam em oposição aos discursos das classes dominantes também são discursos ideológicos. E nesse sentido não existiria ideologia, mas discursos.

Todavia, o problema dessa interpretação, se levada às últimas instâncias, é chegar a constatação de que os discursos criariam a realidade, seriam os construtores da realidade.

Mas entendendo o sistema capitalista como um conjunto de elementos e formas contrárias e antagônicas, a exemplo da filosofia marxista, fica difícil aceitar a concepção dos discursos demiurgos, "fundadores".

Trabalhar com o princípio dos antagonismos do sistema capitalista leva inevitavelmente à concepção de discursos ideológicos ou ao entendimento de que esse sistema cria suas próprias

justificativas que aparecem sob a forma de ideologia(s) - uma explicação aparente dos problemas, das diferenças, das contradições sociais.

Então como resolver **metodologicamente** esse problema? Através da interpretação da ideologia como discurso dominante, que subjuga através da influência acrítica os demais discursos. E, sendo assim, a ideologia assim como o discurso, são entendidos como elementos fundados e fundantes de aspectos da realidade, tendencialmente hegemônicos ou heterogêneos ou ainda dominantes.

O discurso radicalmente oposto é entendido como ideologia dominada, porque também não dá conta do entendimento e explicação da realidade, porque seu postulado de compreensão global é equivocado, como têm se mostrado equivocadas todas as interpretações totalitárias.

O fato da cultura dos Tempos Modernos ter sido construída e produzida sob o signo da modernidade e terem sido tão marcantes as mudanças ocorridas, assim como as suas consequências criou a idéia de que a sociedade era fruto daquelas mudanças, da modernidade, e não o contrário, que as sociedades de então foram as criadoras da modernidade, ou seja o fundante não se reconhece enquanto tal.

Reconhece-se concomitante aos tempos modernos o surgimento de novas relações sociais de produção, mas não se percebe de imediato que essas relações são, por sua vez, geradoras de uma necessidade cada vez maior de novas transformações, de modernidade.

O positivismo perceberá nessa dinâmica um conjunto de

leis que tendem inevitavelmente ao progresso, e ao ordenamento (e não a dissolução), das diferenças sócio-econômicas e políticas.

Nesse sentido, a razão positiva se posicionará como defensora dessas transformações, que significavam as transformações provocadas pela dinâmica e expansão do capitalismo. Enquanto que o marxismo defenderá as leis do progresso sob o prisma da transformação da sociedade desigual e substituição da mesma pela sociedade comunista. E mais uma vez o progresso, o desenvolvimento, as inovações técnicas, o elemento moderno se coloca mais do que uma necessidade, como uma lei.

Observe-se quanta semelhança em posturas ideológicas tão distintas. O matiz filosófico é, portanto, o mesmo - o iluminismo, a racionalidade científica que marcou tão profundamento o século XIX.

O discurso marxista, nesse sentido, embora se coloque como totalmente oposto ao positivista ou burguês, finda por defender ou conceber como inevitável o progresso econômico, a submissão e mesmo superação de relações de produção pré-capitalistas pela capitalista e esta última como necessária à criação das bases estruturais ou objetivas de superação do próprio capitalismo.

Mais uma vez a modernização se apresenta como o criador dessa sociedade, e não como um fenômeno criado pelos interesses sociais predominantes, pelas mudanças que os homens constrem nos limites determinados, de relações sociais de produção. É essa aparência do processo histórico que denominamos de ideologização, ou seja, é o não reconhecimento do processo enquanto uma construção histórica.

No tocante ao conceito de modernização da agricultura a

compreensão consensual, dos neoclássicos aos marxistas, é o de inovações tecnológicas que passam pela introdução e utilização intensiva de maquinaria agrícola, tratores, equipamentos agrícolas, insumos químicos: fertilizantes, adubos, defensivos; mudanças na organização do trabalho etc.

As mudanças técnicas na agricultura se mostram como necessárias, como prova da inexorabilidade do progresso técnico e econômico. Elemento que transformaria a agricultura tradicional, arcaica ou de forte herança conservadora numa agricultura moderna, engajada com o desenvolvimento industrial, o desenvolvimento econômico, o progresso.

Desde então a agricultura é analisada dentro de dois parâmetros: o da relação desta com o desenvolvimento econômico, podendo se constituir tanto em entrave quanto em fator propulsor de maior desenvolvimento; e do fator interno à própria agricultura: a oposição entre a agricultura tradicional e a agricultura moderna (mecanizada, com utilização de inovações tecnológicas). Em ambos os casos, à agricultura se põe a inevitabilidade e a necessidade do progresso.

Ainda sobre o conceito de modernização, uma questão que não está analisada pelos estudiosos da modernização da agricultura é a questão do conteúdo de dominação existente na implementação dos conhecimentos técnicos. Queremos dizer com isso que a técnica é ideológica, é política, ela encerra uma visão de mundo, um padrão cultural.

Logo, a modernização da agricultura brasileira ou a inovação tecnológica da agricultura brasileira obedece de antemão a

uma lógica econômica que é ideológica, política e cultural porque estrita aos limites e necessidades de desenvolvimento do capitalismo.

Se não, porque não se inventou técnicas ou mesmo um "pacote" tecnológico que trouxesse como resultado objetivo a melhor distribuição de rendas e uma diminuição nas diferenças ou desigualdades sociais? Se isso não aconteceu não foi porque o desenvolvimento da agricultura, via modernização agrícola, estava voltado para as melhorias das condições de vida e trabalho das massas populacionais trabalhadoras rurais. Mas porque o objetivo real, e que foi atingido, era o desenvolvimento da indústria, dos capitais produtivo e financeiro e de um determinado setor da agricultura.

A agricultura é importante para o crescimento econômico? Sem dúvida. Mas, pode haver crescimento econômico no Brasil com melhorias sociais? Teoricamente é plenamente possível, mesmo sob as formas de organização capitalistas, mas para isso seria preciso que houvesse profundas mudanças na sociedade e que estas garantissem uma participação realmente democrática das classes sociais atualmente excluídas, da qual a classe campesina faz parte.

Elevar, portanto, a atual condição de vida do pequeno produtor e trabalhador rural a uma condição de plena cidadania é condição primordial para quaisquer melhorias sociais que se queira implantar. O problema agrário continua latente, embora pareçam ter perdido as esperanças àqueles que sonharam com transformações radicais na estrutura de propriedade privada, algo possível desde que houvesse uma mudança na correlação de forças das classes so-

ciais dominadas. E esse processo certamente seria mais vagaroso do que o tipo de modernização da agricultura que foi implantado. Mas, com certeza, seria verdadeiramente democrático.

Esse fenômeno histórico, que observamos com tanta profundidade, uma vez se extinguindo não significaria a estagnação. A sociedade o substituiria por um saber tecnológico com outros objetivos e conteúdo político. E é exatamente nesse ponto que reside, no nosso entender, a problemática do entendimento de modernização da agricultura como algo mais do que inevitável, necessário.

É aí que reside a inexorabilidade da modernização da agricultura. Ela é necessária, porque representaria avanço das forças produtivas. Mas sob que prisma se chega a essa conclusão? Será o avanço das forças produtivas mais importante que a própria existência humana?

Os problemas atuais da agricultura brasileira não seriam humanamente mais exequíveis partindo antes de tudo da valorização humana? Como continuar defendendo, mesmo com restrições, a modernização da agricultura? Fazê-lo não significa estar se enredando num elemento que é eminentemente contraditório, desigual, excludente? Continuará existindo fenômenos imutáveis historicamente? As determinações serão ou não históricas?

Isto posto, quando o conceito de modernização é utilizado pelos neoclássicos é visto sob uma ideologia dominante, a da justificativa e defesa da desigualdade no processo modernizador. Por isso é compreensível as constatações destes, com relação aos efeitos negativos para a economia (já que a análise é puramente

economicista), tais como desemprego (liberação de mão-de-obra e constante necessidade da inovação dos insumos e defensivos); assim como o da tendência à concentração da propriedade e da produção agrícolas.

Já no que se refere à crítica ao processo de modernização da agricultura nos marxistas ou economistas de influência marxista, entendemos que, por não possuir uma forte convicção do conteúdo ideológico do conhecimento tecnológico, eles, têm se perdido em suas críticas, e findam por admitir que a modernização não pode ser de outra maneira. E ao conceberem desta forma ideologizam a modernização da agricultura.

Discordamos dessas interpretações da modernização da agricultura por entendê-la, enquanto fenômeno capitalista de inovações tecnológicas do "agir-racional com respeito-a-fins", como um fenômeno notadamente e tendencialmente conservador, excludente, doloroso. E isso já foi amplamente estudado, analisado, admitido e criticado.

O que fizemos foi uma crítica desse conceito de modernização. Mas não às suas deficiências técnicas (como os neoclássicos), ou aos seus efeitos (como as interpretações de influência marxista), e sim à sua ideologização.

O conceito de modernização da agricultura é ideologizado à medida que os amplos segmentos das classes sociais, intelectualmente, representados na produção científica e na propagação dos valores e idéias se influenciam de tal forma com os resultados técnicos e as vantagens e perspectivas que esta apresenta, que acabam por defendê-la como algo necessário, óbvio. A ideolo-

gização consiste em que esse progresso técnico sob a denominação de modernização da agricultura é um produto de relações sociais de produção que seguem os padrões e interesses da reprodução do capital, ou das relações sociais de produção capitalistas. Portanto, são parte de um universo cultural determinado num tempo e espaço sócio-cultural e econômico.

Essa ideologização da modernização da agricultura faz com que se percam em angústias intelectuais, questões insolúveis no plano teórico e prático - se insistirem na admissão do conceito na forma geral em que é apreendida: inovações tecnológicas, imagem de processo cumulativo, aparência de processo em crescendo, progresso.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo de Paiva. Contribuições de Eugênio Gudin ao pensamento econômico brasileiro; apresentação. In **REVISTA LITERATURA ECONÔMICA.** Rio de Janeiro, v.6, n.4, out., p.601-634, 1984.

ALCANTARA, Cyntia Hewitt. *La modernización de la agricultura mexicana.* México: Siglo XXI, 1978. 319 p.

ALVES, Elise R de A. **O caminho da agricultura.** Brasília: CODEVASF 1988. 9p.

_____. **A pobreza rural no Brasil**; desafios da extensão e da pesquisa. 4 ed. Brasília: CODEVASF, 1988. 79p.

_____. **A agroindústria e os agricultores.** Brasília: CODEVASF, 1988. 29p.

_____. **O dilema da política agrícola brasileira**; produtividade ou expansão da área agricultável. Brasília: EMBRAPA, 1983. 108p.

_____. **A produtividade da agricultura.** Brasília: EMBRAPA, 1979. 56p.

_____. **O papel da pesquisa agrícola.** Brasília: EMBRAPA, 1985. 50p.

_____. & PASTORE, A.C. A política agrícola do Brasil e hipótese da inovação induzida. In: **COLETÂNEA DE TRABALHOS SOBRE A EMBRAPA.** Brasília: EMBRAPA, 1980. p.9-20.

_____. & PASTORE, J. O papel da tecnologia na expansão agrícola In: **COLETANEA DE TRABALHOS SOBRE A EMBRAPA.** Brasília: EMBRAPA, 1980. p.20-24.

_____. O processo de geração de conhecimentos. In: **COLETANEA DE TRABALHOS SOBRE A EMBRAPA.** Brasília: EMBRAPA, 1980. p.37-45

_____. Justiça social, ensino e pesquisa. In: YEGANIANTZ, Levon (org.). **PESQUISA AGROPECUÁRIA**; novos rumos. Brasília: EMBRAPA, 1985. p.3-33.

_____. Pesquisa agrícola e a questão social. In: YEGANIANTZ, Levon (org.). **PESQUISA AGROPECUÁRIA**; novos rumos. Brasília: EMBRAPA, 1985. p.29-33.

_____. Pesquisa agropecuária e pequeno produtor. In: YEGANIANTZ, Levon (org.). **PESQUISA AGROPECUÁRIA**; novos rumos. Brasília: EMBRAPA, 1985. p.37-49.

_____. Políticas para a agricultura e fertilizantes. In: YEGANIANTZ, Levon (org.). **PESQUISA AGROPECUÁRIA**; novos rumos. Brasília: EMBRAPA, 1985. p.179-186.

ALVES, Eliseu R. A. Mudanças tecnológicas da agricultura brasileira. In: YEGANIANTZ, Levon (org.). **PESQUISA AGROPECUÁRIA**; novos rumos. Brasília: EMBRAPA, 1985. p.249-263.

_____. Tecnologias brasileiras para o desenvolvimento agrícola, agroindustrial e florestal. In: YEGANIANTZ, Levon (org.). **PESQUISA AGROPECUÁRIA**; novos rumos. Brasília: EMBRAPA, 1985. p.267-312.

_____. Amostragem de ferramenta na avaliação da assistência técnica. In: YEGANIANTZ, Levon (org.). **PESQUISA AGROPECUÁRIA**; Perspectiva histórica e desenvolvimento institucional. Brasília: EMBRAPA, 1985. p.63-70.

_____. Papel da tecnologia na expansão agrícola. In: YEGANIANTZ, Levon (org.). **PESQUISA AGROPECUÁRIA**; Perspectiva histórica e desenvolvimento institucional. Brasília: EMBRAPA, 1985. p.337-341.

_____. Enfoque de sistemas na pesquisa agropecuária. In: YEGANIANTZ, Levon (org.). **PESQUISA AGROPECUÁRIA**; Perspectiva histórica e desenvolvimento institucional. Brasília: EMBRAPA, 1985. p.345-358.

_____. Modelo institucional da EMBRAPA. In: YEGANIANTZ, Levon (org.). **PESQUISA AGROPECUÁRIA**; Perspectiva histórica e desenvolvimento institucional. Brasília: EMBRAPA, 1985. p. 373-393.

_____ & CONTINI. A modernização da agricultura brasileira. In: BRANDÃO, Antônio Salazar P. (org.). **Os principais problemas da agricultura brasileira: análises e sugestões.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

ARAPIRACA, José O. **A USAID e a educação brasileira.** São Paulo: Associados/Cortês, 1982.

ARAÚJO, José Diniz. ***Padrões Tecnológicos e Transformação no Setor Leiteiro: Uma abordagem Schumpeteriana.*** São Paulo: FEA/USP, Tese (doutorado), 1989. p.3-33.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**; a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. 360p.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro**; o ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988. 536p.

BRANDÃO, Antônio Salazar P. **Os principais problemas da agricultura brasileira**; análise e sugestões. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988. 399p.

BUARQUE, Cristóvam. **A desordem do progresso**; o fim da era dos economistas e a construção do futuro. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 186p.

BUARQUE, Cristóvam. **O colapso da modernidade brasileira**; e uma proposta al- ternativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1991. 128p.

CARDOSO, Fernando H. Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência. In: SERRA, José (org.). **AMÉRICA LATINA**; ensaios de interpretação econômica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 364-393.

CARDOSO, Eliana. O investimento privado na América Latina. In: **RE VISTA DE ECONOMIA POLÍTICA.** v.12, n.4 (48), p.73-88, 1992.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento**; de JK a JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978. 459p.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia.** 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Col. Primeiros Passos). 125p.

_____. **Cultura e democracia**; o discurso competente e outras falas. 4 ed. São Paulo: Cortez. 1989. p.3-83.

COLISTETE, Renato P. Desenvolvimento, distribuição de renda e capital estrangeiro; um comentário sobre a CEPAL nos anos 50. In: **REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA.** v.12, n.4 (48), p.27-36, out./nov 1992.

DELGADO, Guilherme C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil.** Campinas: Unicamp/Icone, 1985. 240p.

_____. Modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro. In: **REVISTA DE ECONOMIA RURAL.** v.17, n.1, p.107-121, jan./mar., 1979.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**; ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981, 814p.

FALCON, Francisco J.C. **Iluminismo.** São Paulo: Atica, 1986. 95p.

FREYER, Hans. **Teoria da época atual.** Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

FURTADO, Celso. **Um projeto para o Brasil.** 3 ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968. p.58-66.

_____. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina.** 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 192p.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p.71-79.

_____. **Pequena introdução ao desenvolvimento**; enfoque interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, 1980. 161p.

_____. **Análise do "modelo" brasileiro.** 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 122p.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 109p.

_____. **A fantazia desfeita.** 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 206p.

FAJNZYLBER, Fernando. Industrialização na América Latina; da "caixa alta" à "caixa postal vazia". In **REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA**, v. 12, n.4 (48), p.7-16, 1992.

GANEN, Angela. Teoria Neoclássica: a face econômica da razão positiva. In: **REVISTA DE LITERATURA ECONÔMICA.** Rio de Janeiro, v. 11, n.2, p.267-279, jun., 1984.

GONÇALVES, Reinaldo. Uma nota introdutória ao artigo "A instabilidade do capitalismo" de Joseph Schumpeter. In: **REVISTA LITERATURA ECONOMICA.** Rio de Janeiro, v.6, n.2, p.143-152, mar./abr., p.143-151, 1984.

GONZALEZ, Manuel J.F. et al (org.). **O Brasil e o Banco Mundial;** um diagnóstico das relações econômicas: 1949-1989. Minas Gerais: MGSP/IPEA, 1990. 174p.

HABERMAS, Jurgen. **Técnica e ciência enquanto "ideologia".** In: São Paulo: Abril Cultural, 1980. p.313-343. (Os pensadores).

_____. **El discurso filosófico de la modernidad.** Madri: Taurus, 1989. p.11-35.

_____. In: FREITAG, Bárbara & ROUNET, Sérgio Paulo (org.). **Sociologia.** São Paulo: Atica, 1980.

HINKLAMMERT, Franz J. O credo econômico da comissão trilateral. In: ASSMANN, Hugo; et ali (org.). **A TRILATERAL;** nova fase do capitalismo mundial. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982. p.83-114.

HIRSCHMAN, Albert O. **Política econômica na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 109p.

HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico*. 5a. ed., Rio de Janeiro: Campus, 1987. p.137-353.

IANI, Otávio. **Estado e Planejamento econômico no Brasil (1930-1970).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. p.75-187.

IBASE-Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Ecoômicas. Rio de Janeiro: IBASE, 1988. 173p.(Relatório).

KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. 3a. ed., São Paulo: Proposta Editorial, 1980. 329p.

KAGEYAMA, Angela. **Modernização, produtividade e emprego na agricultura;** uma análise regional. Campinas: UNICAMP, 1988. 389p. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1986.

KAGEYAMA, Angela. **A estrutura agrária como obstáculo ao desenvolvimento do Nordeste.** Campinas: UNICAMP, 1988. 156p.(Relatório).

LENIN, V. I. ***Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América.*** São Paulo: Brasil Debates, 1980. 100p.

LEWIS, W. Arthur. **A teoria do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira.** 3 ed. Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984. 282p.

MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo C. (org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Caetés, 1987. p.81-207.

MARX, Karl. ***O Capital***: Crítica da economia política. 5 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1987. 3v.

_____. ***O manifesto comunista.*** São Paulo: Alfa-ômega, 1980. v.1. (Obras escolhidas).

MELLO, João Manuel C. **O capitalismo tardio.** 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. 182p.

MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão**; dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova. São Paulo: Cortez, 1989. 151p.

MORAIS, Régis de. **Estudos de Filosofia da Cultura.** São Paulo: Edições Loyola, 1992. (Coleção Filosofia). 114p.

NAPOLEONI, Claudio. ***Curso de Economia Política.*** 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p.301-404.

RODRIGO, Lídia Maria. ***O nacionalismo no pensamento filosófico.*** Petrópolis: Vozes, 1988. 133p.

ROSSI, Paolo. **Os filósofos e as máquinas: 1400-1700.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 183p.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.200-277.

SANTOS, Robério Ferreira. ***Presença de Viéses de Mudança Técnica na Agricultura Brasileira.*** São Paulo: IPE/USP, 1986. 175p.

_____. Análise crítica da interpretação neoclássica do processo de modernização brasileira. In: **REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA.** São Paulo, v.12, n.4 (31), p.131-148, jul./set., 1988.

SCHUH, George Edward. **A contribuição da agricultura para o desenvolvimento econômico.** Fortaleza: BNB, 1965. (Mímeo).

_____ & ALVES, Eliseu. **O desenvolvimento da agricultura no Brasil.** Rio de Jeneiro: APEC, 1971. 369p.

SCHULTZ, Theodore W. *A Transformação da Agricultura Tradicional.* Rio de Janeiro: Zahar, 1965. 207p.

_____. *La Organización Economica De La Agricultura.* México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 1965. 429p.

SCHUMPETER, Joseph A. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico.* 3a. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988. 169p. (Os economistas).

_____. *Capitaliamo, Socialismo e Democracia.* Rio de Janeiro: Zahar, 1984. p.19-211.

_____. *História da Análise Econômica.* Brasil/Portugal: Fundo de Cultura, 1964. p.317-418.

_____. A instabilidade do capitalismo. In: **REVISTA LITERATURA ECONOMICA.** Rio de Janeiro, v.6, n.2, jun., 1984. p. 153-189.

SILVA, José Graziano. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: Hucitec, 1981a, 210p.

_____. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981b. 192p.

_____. Mas qual reforma agrária?. In: **REVISTA REFORMA AGRARIA.** abr./jul., 1987, p.11-56.

_____. **O que é questão agrária.** ed. São Paulo: Brasiliense, 1981c, 108p.

_____. & STOLCK, Verena (org.). *A Questão Agrária.* São Paulo: Brasiliense, 1981d.

VIDAL, Diana G. **Técnica e Sociedade no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 183p.

WALRAS, Léon. **Compêndio dos Elementos de Exonomia Política Pura.** 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 237p. (Os economistas).